



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO A. C. SIMÕES  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**



**FERNANDA VALERIA DO NASCIMENTO BORBA**

**O PRONATEC EM MACEIÓ: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE FORMAÇÃO  
INICIAL E CONTINUADA NA ESCOLA TÉCNICA DE ARTES – UFAL**

**MACEIÓ  
2016**

FERNANDA VALERIA DO NASCIMENTO BORBA

O PRONATEC EM MACEIÓ: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL  
E CONTINUADA NA ESCOLA TÉCNICA DE ARTES – UFAL

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Paz.

MACEIÓ  
2016

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- B726i Borba, Fernanda Valeria do Nascimento.  
O Pronatec em Maceió : uma análise dos cursos de formação inicial e continuada na Escola Técnica de Artes – UFAL / Fernanda Valéria do Nascimento Borba. – 2016. 134 f. .
- Orientadora: Sandra Regina Paz.  
Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2016.
- Bibliografia: f. 113-120.  
Apêndices: f. 121-134.
1. Pronatec. 2. Professores – Formação. 3. Educação continuada. 4. Ensino Profissional. 5. Qualificação profissional. I. Título.

CDU: 371.13

Gabriela, minha filha amada, que alegra meus dias  
com sua existência, compreensão e amor.

À minha mãe (*in memoriam*), por todo o amor a  
mim consagrado.

Dedico.

## AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho só foi possível graças à contribuição direta ou indireta de algumas pessoas. Embora não seja possível citar todos, há pessoas que não posso deixar de demonstrar minha estima e agradecimento sincero.

Inicialmente agradeço a Deus pelo dom da vida, sem o qual não poderia ter vivido todo esse aprendizado.

À minha mãe (*in memoriam*), um modelo de mulher, que me inspirou com seus ensinamentos, força e determinação. Sei que onde estiver, estar orgulhosa de mim. Mainha, que falta você me faz!

À minha filha Gabriela, por compreender minha ausência em alguns momentos. Filha te amo!

A todos os meus familiares, sobrinhos, primos, tias e tios, que se alegram com as minhas conquistas.

Às minhas sobrinhas Poly, Juli e Duda, que sempre torceram por mim.

Ao meu sobrinho Arthur, que sempre quer brincar.

Aos meus irmãos Sandro, Sandra e, especialmente, a minha irmã Kátia, por cuidar dos afazeres de casa e cuidar da minha filha, enquanto eu me debruçava nos estudos.

Ao amigo Dayvid, por dividir comigo os momentos de angústia e aliviar minha alma e por ler com carinho e atenção esta dissertação. Obrigada amigo!

À Simone, amiga para além da Universidade, que me inspira com sua determinação e inteligência. Obrigada amiga!

À Patrícia, minha amiga primeira que sempre torceu e acreditou em mim, quando nem eu acreditava. Obrigada por tudo!

Às minhas amigas Márcia e Adriana, que estiveram sempre ao meu lado.

Ao meu amigo Edvaldo, que esbanja sorrisos e boas vibrações.

Às minhas amigas Amanda, Cássia, Hortência, Luanda e Olívia, família amorosa que me acolheu como um dos seus.

Aos amigos e companheiros da graduação e do mestrado que contribuíram com as discussões políticas e históricas da educação.

À minha primeira orientadora, Edna Bertoldo que me mostrou caminhos e compartilhou seu olhar sobre o mundo. Obrigada!

À minha orientadora Sandra Paz, pela amizade e confiança, além de sua competência, dedicação e especial rigor e atenção nas revisões e sugestões, fatores essenciais para

conclusão deste trabalho. Agradeço a preciosa orientação e pelas palavras de incentivo, sem as quais eu não teria chegado até aqui. Obrigada de coração pessoa linda!

À professora Georgia Cêa, pelos momentos de co-orientação e aprendizado.

Ao professor Walter Matias, por sua disponibilidade e generosidade sempre que solicitado. Muito obrigada!

Às professoras Rosemeire Reis e Suzana Barrios, pela disponibilidade. Obrigada!

Aos membros da banca de qualificação - Ramon de Oliveira, Ciro Bezerra e Elione Diógenes – agradeço por aceitarem o convite e pelas orientações, críticas e sugestões tão relevantes para andamento da pesquisa. Muito obrigada!

Aos membros da banca de defesa - Ramon de Oliveira, Ciro Bezerra e Elione Diógenes - por se fazerem presente neste momento e me presentear com suas colaborações inestimáveis.

Aos professores da graduação, que me mostraram os primeiros passos da pesquisa científica.

A todos os professores do programa, por enriquecer meu trabalho com seus conhecimentos, discussões e comentários que de alguma maneira contribuíram com minha formação acadêmica.

Aos participantes da pesquisa (professores, coordenadores e alunos egressos), obrigada por participar das entrevistas e enriquecer esta pesquisa com suas falas.

À Marilda e Guido, coordenadores do Pronatec na ETA/UFAL, por permitirem a realização da pesquisa e pela disponibilidade sempre que solicitados.

Aos funcionários da Pós-Graduação e do CEDU pela atenção, organização e paciência.

Agradeço, por fim, a Capes pelo auxílio financeiro, sem o qual este trabalho teria maiores dificuldades.

A todos vocês o meu muito obrigada!

Quem trabalha e mata a fome não come o pão de ninguém, mas quem ganha mais do que come sempre come o pão de alguém (Tião galinha, personagem de Osmar Prado na novela Renascer de Benedito Ruy Barbosa, 1993).

## RESUMO

A presente pesquisa investigou a implementação do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), em Maceió, no período compreendido entre 2012 a 2014, no que se refere à qualificação profissional dos trabalhadores, tendo como recorte os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) na Escola Técnica de Artes. Após uma análise da implementação do Pronatec na ETA/UFAL, buscamos compreender como os sujeitos da pesquisa (alunos egressos, professores e coordenadores) avaliam os cursos ofertados pelo Pronatec. Traz à tona a seguinte problemática: como vem ocorrendo a qualificação profissional do trabalhador a partir da implementação do Pronatec em Maceió, no contexto da ETA/UFAL no período de 2012 a 2014? A pesquisa é de abordagem qualitativa, por compreender que o objeto de estudo está em constante movimento e apresenta contradições no processo de investigação, já que a realidade é uma construção social, desconsiderando generalizações estáticas. A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição federal, ofertante dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) - a Escola Técnica de Artes – ETA/UFAL. Esta pesquisa tem sua relevância ao se propor analisar a implementação do Pronatec, com um olhar voltado para os cursos de Formação Inicial e Continuada em uma Escola Técnica de Artes da Universidade Federal de Alagoas, posto que até o momento do levantamento da revisão da literatura desta pesquisa ainda não havia investigações dirigidas para a implementação do Pronatec em uma Escola de Artes, caso de alcance inédito para um programa de qualificação profissional, que diante de sua amplitude adentrou as escolas técnicas das universidades federais, alterando o caráter artístico dessas instituições. Com o intuito de compreender as diversas facetas do Pronatec em Maceió, foram explorados aspectos teóricos e metodológicos, por meio dos seguintes procedimentos: estudo teórico, análise documental, entrevistas semiestruturadas com a coordenação, professores e alunos egressos que fazem e/ou fizeram parte do programa na ETA, registros e análises sobre documentos e dados fornecidos e recolhidos junto à instituição pesquisada. Compreendemos a partir desta pesquisa que a formação disponibilizada aos trabalhadores se configura em uma formação aligeirada, fragmentada, incompleta e simplista, que nega as oportunidades de acesso à educação básica/continuada de qualidade, com cursos que em sua maioria marcados por seu caráter desigual e meramente certificatório, distante de um domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento integral dos trabalhadores e das trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Pronatec. Cursos FIC. Qualificação profissional. Trabalho. Educação.

## RESUMEN

La presente pesquisa investigó la implementación del Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), en Maceió, en el período comprendido entre 2012 a 2014. En lo que respecta a la cualificación profesional de los trabajadores, teniendo como recorte los cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) en la Escola Técnica de Artes. Después de un análisis de la implementación del Pronatec ETA / UFAL, buscamos entender cómo los sujetos (antiguos alumnos, profesores y coordinadores ) evalúan los cursos ofrecidos por Pronatec. Se abre el siguiente problema: como sucede la implementación de Pronatec en Maceió, en el contexto de la ETA / IUFAL en el período de 2012 a 2014? La pesquisa es de enfoque cualitativo, por entender que el objeto de estudio está en constante movimiento y presenta contradicciones en el proceso de investigación, ya que la realidad es una construcción social, desconsiderando generalizaciones estáticas. La pesquisa fue desarrollada en una institución federal, oferente de los cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – la Escola Técnica de Artes – ETA/UFAL. Esta pesquisa tiene su relevancia al proponer analizar la implementación del Pronatec, mirando para los cursos del Formación Inicial e Continuada en una Escuela Técnica de Artes de la Universidade Federal de Alagoas, ya que hasta el momento del levantamiento de la revisión de la literatura de esta pesquisa todavía no había investigaciones direccionadas para la implementación del Pronatec en una Escuela de Artes, caso de alcance inédito para un programa de cualificación profesional, que delante de su amplitud adentró en las escuelas técnicas de las universidades federales, cambiando el carácter artístico de esas instituciones. Con el fin de comprender las diversas facetas del Pronatec en Maceió, fueron explorados aspectos teóricos y metodológicos, por medio de los siguientes procedimientos: estudio teórico, análisis documentales, entrevistas semiestructuradas con la coordinación, profesores y alumnos egresos que hacen y/o hicieron parte del programa en la ETA, registros y análisis sobre documentos y datos fornecidos y recogidos junto a la institución pesquisada. Comprendemos a partir de esta pesquisa que la formación disponible a los trabajadores se configura en una formación aligerada, fragmentada, incompleta y simplista, que niega oportunidades de acceso a la educación básica/continuada de calidad, con cursos que en su mayoría son marcados por su carácter desigual y meramente certificadorio, distante de un dominio de conocimientos necesarios al desarrollo integral de los trabajadores y de las trabajadoras.

**Palabras clave:** Pronatec. Cursos FIC. Cualificación Profesional. Trabajo. Educación.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	Aproximação com o tema: relações construídas ao longo de um percurso da vida.....	14
1.2	O que revela a literatura acerca do Pronatec: um objeto em construção.....	15
1.3	Construindo e definindo as trajetórias da investigação.....	20
1.4	Construindo a metodologia para compreender o PRONATEC: fundamentos e pressupostos para construção da investigação.....	23
<b>2</b>	<b>A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CLASSE TRABALHADORA</b> .....	31
2.1	O contexto socioeconômico brasileiro contemporâneo.....	38
<b>3</b>	<b>PRONATEC: TECENDO COMPREENSÕES, APROXIMAÇÕES E RELAÇÕES</b> .....	44
3.1	Pronatec: ampliação e democratização da educação profissional.....	51
3.2	O Pronatec no contexto da ETA: algumas aproximações.....	55
3.3	Os cursos FIC em questão: compreendendo sua natureza e especificidade.....	60
3.4	Cursos FIC e a formação dos trabalhadores.....	71
3.5	A educação profissional e os Sistemas S de ensino.....	73
<b>4</b>	<b>COMPREENDENDO A MATERIALIDADE HISTÓRICA DO PRONATEC EM MACEIÓ: o que nos revelam as entrevistas com os sujeitos da qualificação profissional</b> .....	86
4.1	Expectativas iniciais dos alunos com relação ao Pronatec: o que revela seus depoimentos.....	89
4.2	Avaliação dos cursos do Pronatec: como analisam a qualificação ofertada na ETA/UFAL.....	93
4.3	Aspectos mais significativos dos cursos do Pronatec: pontos relevantes nos cursos ofertados pela ETA/UFAL.....	96
4.4	Aspectos que precisam melhorar nos cursos do Pronatec: a ETA/UFAL como contexto.....	100

<b>4.5 (Re) inserção profissional a partir dos cursos do Pronatec: uma possibilidade vislumbrada.....</b>	<b>103</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE A – Documentos do Comitê de Ética.....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiros das entrevistas.....</b>	<b>132</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A dissertação do Mestrado em Educação, na linha de pesquisa História e Política da Educação, do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), intitulada: **O Pronatec em Maceió: uma análise dos cursos de Formação Inicial e Continuada na Escola Técnica de Artes – UFAL** é resultado de um processo de pesquisa e investigação que teve como objetivo analisar a implementação do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), em Maceió, no período compreendido entre 2012 a 2014, no que se refere à qualificação profissional dos trabalhadores, tendo como recorte os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) na Escola Técnica de Artes<sup>1</sup> ETA/UFAL.

Os cursos são destinados aos trabalhadores, com duração mínima de 160 horas, conhecidos como cursos de qualificação profissional, ou seja, cursos de curta duração, cujo intuito é de formar e/ou requalificar profissionalmente os trabalhadores e as trabalhadoras.

Após uma análise da implementação do Pronatec na ETA/UFAL, buscamos compreender como os sujeitos (alunos egressos, professores e coordenadores) avaliam os cursos ofertados pelo Pronatec na ETA/UFAL. A pesquisa se desenvolveu, basicamente, em duas etapas: uma de leitura, sistematização e estudo teórico-metodológico e outra de visitas e entrevistas com os sujeitos que vivenciam e/ou vivenciaram o processo de formação dos cursos do Pronatec, no período de 2012 a 2014.

Priorizou-se como *lócus* de investigação a Escola Técnica de Artes da Universidade Federal de Alagoas (ETA/UFAL), que tem como área de atuação o ensino médio subsequente, ensino profissional técnico e prestação de serviços para a comunidade escolar, em geral na área das Artes. Desde 2012, com a implementação do Pronatec, a instituição é ofertante dos cursos FIC para qualificação profissional do trabalhador e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura - MEC para ofertar e executar os cursos do Pronatec, no âmbito da Bolsa-Formação trabalhador.

Esta pesquisa tem sua relevância ao se propor analisar a implementação do Pronatec, com um olhar voltado para os cursos de Formação Inicial e Continuada em uma Escola Técnica de Artes da Universidade Federal de Alagoas, posto que até o momento do levantamento da revisão da literatura para esta pesquisa ainda não havia investigações

---

<sup>1</sup> Atualmente são 16 escolas técnicas vinculadas as universidades federais, destas, 4 são voltadas para as artes - Escola Técnica de Música da UFRN, Escola Técnica de Artes da UFAL, Escola de Teatro e Dança da UFPA Escola Técnica de Música da UFPA -, todas as Escolas de Artes firmaram parceria com o Pronatec.

dirigidas para a implementação do Pronatec em uma Escola de Artes, caso de alcance inédito para um programa de qualificação profissional, que diante de sua amplitude adentrou nas escolas técnicas das universidades federais, alterando o caráter artístico dessas instituições. A pesquisa traz à tona a seguinte problemática: como vem ocorrendo a qualificação profissional do trabalhador a partir da implementação do Pronatec em Maceió, no contexto da ETA/IUFAL no período de 2012 a 2014?

O primeiro capítulo desta dissertação da qual faz parte esta introdução situa, inicialmente, o leitor com relação à pesquisadora, trazendo a tona seu percurso acadêmico; apresenta um levantamento acerca da produção acadêmica sobre o Pronatec, este como o primeiro movimento da investigação; contextualiza a construção do projeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos.

O segundo capítulo buscou uma compreensão e problematização dos documentos oficiais que normatizam a educação profissional, mas sem centralizar ainda as discussões em torno do programa; uma contextualização do desenvolvimento do Estado brasileiro e suas relações e correlações como forças antagônicas.

O terceiro capítulo inicia as discussões voltadas para compreensão do Pronatec, tendo como ponto de partida a Lei 12.513/11 e seu caráter expansionista e democratizador; além de contextualizar a relação da ETA/UFAL com o programa, busca ainda compreender a natureza e especificidade dos cursos FIC e a relação da educação profissional com o Sistema S.

O quarto e também último capítulo apresenta a análise, a problematização das entrevistas e as categorias elencadas pela pesquisa: expectativas iniciais dos cursos; avaliação dos cursos; aspectos significativos dos cursos; aspectos de melhoria dos cursos e (re) inserção profissional a partir dos cursos do Pronatec.

Por fim, compreendemos, a partir da triangulação entre os autores estudados, os documentos oficiais do programa e a análise das entrevistas, que o Pronatec muito mais que democratização e ampliação da educação profissional conserva a ampliação da lógica da reprodução capitalista, por meio da superexploração do trabalho, principalmente, em países dependentes do capital internacional, como o Brasil. Os programas de qualificação profissional, como o Pronatec, ampliam e tornam cada vez mais precarizadas as ofertas educativas e as relações de trabalho, aprofundando a divisão entre capital e trabalho, com uma educação cada vez mais aligeirada, simplista e precarizada, reforçando as diferenças sociais e econômicas existentes e típicas da sociedade capitalista.

## **1.1 Aproximação com o tema: relações construídas ao longo de um percurso da vida**

Expressar em palavras um pouco dos acontecimentos vividos desde o início da graduação não é uma tarefa tão simples, tampouco, separada da vida pessoal. E, por mais que os momentos, brevemente retratados, refiram-se a minha trajetória acadêmica, não se desata dos anseios e desejos pessoais.

A trajetória acadêmica imbricada na relação pessoal me aconteceu desde o início da graduação em Pedagogia (2009), na Universidade Federal de Alagoas. Nesse período, com toda inexperiência de uma estudante de graduação, foi-me oportunizada, pela professora Edna Bertoldo a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com a pesquisa intitulada “A reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro em Alagoas e a escolaridade dos cortadores de cana” (2009-2010). Teve como objetivo analisar a relação entre a escolaridade dos trabalhadores e o processo de reestruturação produtiva da indústria sucroalcooleira.

A investigação teve continuidade no ano seguinte (2010-2011), em que investigamos “Os efeitos da maquinaria no setor sucroalcooleiro em Alagoas e a relação com as condições de escolaridade dos cortadores de cana”. As duas pesquisas voltaram-se para o contexto de uma usina em Alagoas, relacionando a reestruturação produtiva com a escolaridade dos cortadores de cana e os efeitos da introdução da maquinaria na vida desses trabalhadores.

Em (2011-2012), a investigação de iniciação científica foi direcionada ao trabalho docente, com o projeto: “O professor no contexto das classes sociais”. A pesquisa discutiu a profissão de professor, no contexto do sistema do capital a partir da análise da classe social a que pertence o professor.

O último ano na graduação teve como última pesquisa de PIBIC “O Estado capitalista na perspectiva da ontologia marxiana”. Esta analisou a concepção de Estado a partir dos fundamentos da ontologia marxiana e que impulsionou a escolha do trabalho de conclusão de curso (TCC), intitulado “Os limites do Estado e das políticas educacionais: um estudo a partir das principais obras de Marx e Engels”. Este trabalho teve como objetivo apreender a concepção e o papel do Estado na efetivação das políticas educacionais na sociedade contemporânea. Reforço que as pesquisas, anteriormente citadas, foram orientadas pela professora Edna Bertoldo, que sempre me incentivou a continuar minha trajetória acadêmica.

As pesquisas me serviram de base para entendimento da complexidade do mundo do trabalho e sua relação com a educação, colocando em movimento a minha vida pessoal e

acadêmica, que está tendo continuidade nesta pesquisa de mestrado, intitulada “**O Pronatec em Maceió: uma análise dos cursos de Formação Inicial e Continuada na Escola Técnica de Artes – UFAL**”, sob a orientação da professora Sandra Regina Paz, a qual tem colaborado com o processo de construção, reconstrução e consolidação desse trabalho acadêmico.

A atual pesquisa, como as anteriores, com suas singularidades e pluralidades, vem reafirmar a minha intenção de seguir com a pesquisa na linha de História e Política, especificamente, tendo como objeto de estudo a educação, em uma perspectiva crítica que relaciona trabalho e educação, Estado e sociedade no contexto das crises capitalistas.

Esse breve recorte objetiva situar o leitor acerca da minha trajetória de vida acadêmica, que se enlaça com a vida em sua totalidade. Com relação ao objeto da pesquisa: o Pronatec, antes de adentrarmos ao programa em si, fez-se necessário um movimento de contato com a literatura acerca da temática, para compreender o tamanho de seu alcance no que tange ao interesse acadêmico.

Esse movimento se deu logo de início e, como esperado, as pesquisas ainda eram de um quantitativo pouco expressivo, pois o Pronatec, como uma política de qualificação profissional, estava em seu início, e muitas pesquisas ainda caminhavam nesse sentido. Como pesquisas concluídas, no momento do levantamento da literatura, encontramos quatro dissertações e uma tese, que abordavam o Pronatec com menor ou maior destaque. Tais pesquisas foram sistematizadas e sintetizadas, como vislumbraremos a seguir.

## **1.2 O que revela a literatura acerca do Pronatec: um objeto em construção**

A revisão da literatura dos trabalhos já produzidos acerca do objeto de pesquisa - o Pronatec – constituiu-se em um dos primeiros passos para fundamentar e delimitar a investigação. A revisão da literatura possibilitou um panorama não estático do conhecimento já pesquisado referente ao tema de estudo, bem como evidenciou as lacunas e contribuições para o desenvolvimento da pesquisa.

Com o objetivo de compreender como esta temática vem sendo trabalhada e dialogada pelas diversas áreas do conhecimento, optamos por um levantamento inicial de dissertações e teses no Banco de Teses da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), em sites das Pós-Graduações em Educação de algumas Instituições de Ensino Superior e em sites de busca (Google e Google acadêmico), configurando-se em um total de cinco trabalhos.

O quantitativo reduzido de trabalhos, provavelmente, justifique-se por se tratar de uma política de qualificação profissional recente, em que os trabalhos ainda estão em construção e

serão posteriormente divulgados. Por certo que no decorrer deste trabalho e, posteriormente, muitos trabalhos virão à tona, contudo os que aqui se encontram fazem parte do levantamento inicial da pesquisa.

Outras pesquisas referentes ao Pronatec, assim como outros estudos que tratam das políticas de qualificação profissional, serão discutidas no decorrer das análises e problematizações, isso em virtude de que a revisão da literatura não se limita a um capítulo, mas permeia todo o processo investigativo. Diante do quantitativo encontrado, não foi estabelecido nenhum critério de exclusão, posto que já se encontrava em um número reduzido, assim todo o material encontrado foi selecionado para leitura, fichamento e análise.

Inicialmente foi realizada uma busca no banco de dissertações e teses da Capes. Com a chave de busca Pronatec, localizamos duas dissertações: Trogiani et al (2012) e Franzon (2012).

Em função da escassez de pesquisas sobre o Pronatec no banco da Capes, outras fontes foram consultadas. Os sites de busca Google e Google acadêmico foram utilizados como ferramentas, contudo os resultados relativos a dissertações e teses foram nulos, apresentando alguns artigos que foram selecionados para uma posterior leitura e sistematização.

Com a necessidade de ampliar o número de pesquisas, buscamos produções acadêmicas no Banco de Teses e Dissertações (BDTD), que nos encaminhou aos sites das Pós-graduações. Busca que resultou em três trabalhos, sendo o último deles uma tese: Oliveira (2013); Pinto (2013); Câmara (2013).

A sistematização e análise dos textos proporcionaram uma reflexão e problematização da investigação, o que permitiu um olhar mais amplo e crítico sobre o tema. O contato com produções de perspectivas diversas permitiu perceber como um objeto de estudo pode adquirir diferentes formas de análises e perspectivas, bem como induz o pesquisador à construção e consolidação de sua fundamentação teórica e análise de dados.

A revisão da literatura, como já mencionado, colaborou com o conhecimento de novas abordagens metodológicas, fundamentações e referenciais teóricos até então pouco conhecidos. Mesmo que não contribuam em sua totalidade com a pesquisa construída, as sistematizações desses trabalhos tão distintos e ricos possibilitaram uma visão do que está sendo produzido, publicado e sob qual perspectiva se sustentam, fornecendo pistas, indagações, reflexões e lacunas.

Permitiu uma magnitude dos avanços já alcançados sobre o que vem sendo explorado teoricamente e empiricamente por outros pesquisadores. Como nos sugere Alves “[...] a familiarização com a literatura já produzida evita o dissabor de descobrir mais tarde (às vezes,

tarde demais) que a roda já tinha sido inventada” (1992, p. 54). A revisão da literatura se constituiu em um esforço de aproximação com trabalhos acadêmicos que discutem e dialogam, em maior ou menor amplitude, com o objeto a ser investigado.

Dos trabalhos revistos, dois são da área da educação, dois da administração e um sobre gestão e políticas públicas. Cada um com suas particularidades contribui em menor ou maior proporção com o trabalho investigado.

A pesquisa de Pinto (2013) apresenta uma análise das categorias trabalho e empregabilidade presentes nas políticas públicas para a Educação Profissional, nos programas: PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional), e-TEC (Escola Técnica Aberta do Brasil) e Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico).

A autora compreende que os três programas convergem, em última instância, para uma proposta de educação profissional voltada aos interesses do capital, no qual prevalece a categoria empregabilidade. Essa teórica, embora, problematize a educação profissional na sociedade capitalista, compreende que convém atuar nas oportunidades proporcionadas pelas contradições no sentido de produzir movimentos que contribuam para o rompimento da dualidade na perspectiva da formação humana e não apenas vislumbrar que, primeiramente, ocorra uma transformação no modo de produção para, depois, construir uma escola compatível com a nova sociedade (PINTO, 2013).

Ainda que sua discussão relacione-se com uma perspectiva crítica e histórica, caminha paralelamente com o entendimento acerca da política de educação profissional, que tem a qualificação profissional como necessária para colocação e recolocação no mundo do trabalho, especialmente, para os trabalhadores e jovens da classe dominada. Porém, a qualificação disponibilizada a esses sujeitos é uma educação diretamente ligada ao processo de trabalho, exigindo habilidades e conhecimentos específicos, reafirmando a dualidade educacional.

Esta perspectiva de Pinto não rompe com a dualidade estrutural característica da reprodução sociometabólica do capital, usando a expressão de Mészáros. A formação profissional, nesta perspectiva, segue na contramão de uma formação humana, não sendo possível a partir das oportunidades de qualificação profissional o rompimento com as contradições do capital.

Seguindo, o que poderíamos chamar, “na contramão” de uma perspectiva mais crítica e histórica, destaca-se o trabalho em conjunto de Trogiani, Pereira, Campos e Medina (2012),

que objetivou identificar as principais causas do baixo índice de adesão e alto índice de evasão dos alunos do Pronatec na cidade de Osasco/SP.

Uma pesquisa, solicitada pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI), responsável pela execução do Pronatec/Osasco Sem Miséria, apresentou um diagnóstico e propôs um Plano de Ação como resolução dos problemas para adesão e não evasão dos alunos ao programa.

Essa pesquisa não problematizou a política pública em questão – o Pronatec-, com reflexões favoráveis ao programa, este visto pelos autores como capaz de “[...] propiciar uma melhor e permanente inserção profissional, viabilizando o acesso ao mercado à parcela da população com poucas chances” (TROGIANI et al, 2012, p. 92). Os autores percebem o Pronatec como um programa capaz de propiciar mudanças reais na vida das pessoas. Não realizaram uma leitura do Estado capitalista e como este subordina as políticas públicas aos interesses do capital e suas implicações para a classe trabalhadora.

A pesquisa de Franzon (2012) apresentou o papel dos estrategistas do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio Grande do Sul envolvidos na prática estratégica diversificação de cursos. À primeira vista se apresenta distante das nossas discussões ao identificar o papel dos estrategistas para adesão e implementação do Pronatec na instituição pesquisada, papel que fortalece os laços com o MEC, resultando em recursos futuros para a instituição que aderisse e implementasse o programa.

Percebe-se que as instituições se tornam reféns dessa dinâmica, e mesmo que discordem em alguns aspectos do programa, o que está em jogo é a captação de recursos. As instituições tendem a se adaptar às exigências do programa, fato observado na adesão da Escola Técnica de Artes (ETA/UFAL), uma instituição voltada à execução de cursos de artes e que a partir da adesão ao Pronatec, passou a ofertar cursos variados, como informática, recepcionista, idiomas, entre outros. Cursos de qualificação profissional básica, desvirtuando da sua missão institucional que é a formação em artes.

O trabalho de Oliveira (2013) expôs o contexto da implementação de um curso de Ensino Médio Integrado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa colaborou com a compreensão do debate sobre a educação profissional, problematizando as práticas sociais, a partir do contexto de uma instituição, que surge em um estado avançado da reforma da educação profissional, com as mudanças trazidas pelo Decreto 5.154/2004.

O Pronatec foi abordado de maneira breve e apontado como uma realidade imposta às instituições de ensino, mais uma vez percebe-se a determinação para que instituições públicas façam adesão ao programa. O autor constatou junto aos professores, que estes não têm

resistência ao Ensino Médio Integrado ao PROEJA, desde que a modalidade EJA não seja vinculada ao Pronatec, pois defendem a EJA como modalidade e não como programa.

Os professores entendem que, com esse programa, surgem formas de contratação de trabalhadores em educação sob relações trabalhistas frágeis e precarizadas, em detrimento da ampliação do quadro de servidores efetivos, o que diminui gravemente o limite de atuação dos trabalhadores da educação, e, conseqüentemente, a possibilidade de estabelecimento de vínculos com a comunidade (OLIVEIRA, 2013). Para o autor, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade EJA vai aos poucos tendo suas diretrizes substituídas por outras orientações, sob a nomenclatura de Pronatec-EJA, ao que o autor considera incoerente, parecendo indicar

“[...] um caminho de fortalecimento enfraquecido da Rede Federal de Educação Profissional, onde se injeta recursos sem estruturá-la e, conseqüentemente, enfraquecimento da proposta de integração entre Educação Profissional e Educação básica” (OLIVEIRA, 2013, p. 113-114).

A tese de Câmara (2013) apresentou um estudo comparativo em que se analisa a implementação de programas sociais de combate à pobreza na Argentina e no Brasil. Problematicizou as limitações dos programas (Asignación Universal por Hijo para La Protección Social – AUH-; Argentina Trabaja; Programa Bolsa Família – PBF-; e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – PRONATEC) no combate efetivo da pobreza.

O autor apresentou criticamente os programas, o Pronatec de maneira concisa, fato entendido por ser o período inicial de sua implementação nos municípios investigados e visto pelo autor, como um programa que oferta cursos aos beneficiários do Programa Bolsa família – PBF, não sendo ainda tão abrangente no momento da pesquisa.

O autor analisou as rupturas, continuidades e limites dos programas de combate à pobreza presente nos dois países e afirma que esses programas não proporcionam/proporcionaram mudanças reais na vida dos sujeitos participantes. Evidenciou que esses programas de combate à pobreza na Argentina e no Brasil estão organizados de forma a reproduzir a totalidade do sistema vigente, proporcionando uma ajuda de sobrevivência, no entanto, as pessoas querem mais do que simples auxílio (CÂMARA, 2013).

Defende a tese de que os programas sociais de combate à pobreza, na Argentina e no Brasil, operam como mecanismos complementares à superexploração do trabalho na reprodução ampliada da dependência desses países. Conclui acrescentando que esses programas qualificam o trabalho vivo para sua inserção no mercado de trabalho, divulgam

uma moral individualista de empregabilidade e oferecem um benefício monetário que é complementar à remuneração insuficiente do trabalhador superexplorado (CÂMARA, 2013).

Compreende e analisa a limitação dos programas sociais para o combate à pobreza, que não alteram significativamente a vida dos indivíduos. Contextualizando seu estudo com a educação, compreende que o Pronatec com a ampliação dos seus cursos de qualificação não garante a inserção dos trabalhadores ao mundo do trabalho digno e formal, característica típica do sistema capitalista vigente. Por certo, tais programas segundo Câmara “[...] facilitam a ampliação de postos de trabalho precários caracterizados pelo subemprego e, também, contribui para manutenção de um exército de reserva de trabalhadores” (2013, p. 199).

Essas produções compreenderam um esforço de aproximação com trabalhos acadêmicos que discutem e dialogam, em maior ou menor amplitude, com o objeto investigado e não se esgota neste momento, mas se encontra em constante movimento durante todo o percurso da investigação.

A revisão da literatura acerca do Pronatec proporcionou aproximações contínuas com o objeto de pesquisa - o Pronatec. Sua Lei, seus Decretos, Portarias, expansão, parceiros, público alvo, objetivos, dados empíricos, entre outros.

Porém, antes de adentrarmos especificamente para investigação, consideramos importante explicitar momentos iniciais e anteriores às delimitações que culminaram nesta pesquisa de mestrado, contextualizando a trajetória metodológica da investigação.

### **1.3 Construindo e definindo as trajetórias da investigação**

“As respostas nos permitem andar sobre a terra firme. Mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido (2013, p. 78)”.

*Rubem Alves*

Uma investigação tem como ponto de partida uma pergunta, que se relaciona com interesses e circunstâncias sociais (MINAYO, 2013). As aproximações com o objeto de pesquisa são realizadas por leituras sucessivas acerca do objeto até sua formulação que não é linear, mas repletas de questionamentos, incertezas, idas e vindas.

O objeto de pesquisa - o Pronatec – constitui-se na relação real que motivou essa pesquisa, com um olhar dirigido aos cursos de Formação Inicial e Continuada na ETA, para compreender como ocorreu o processo de implementação do Pronatec em uma Escola de

Artes vinculada à Universidade Federal de Alagoas. Considerando que essa instituição passou a ofertar cursos distintos dos ofertados até então, ou seja, aqueles voltados para as Artes.

Fez parte do projeto de pesquisa a escolha do tema que foi investigado, que é aquela primeira ideia que surge para o pesquisador, e que demonstra os assuntos que lhe interessam. O tema foi ganhando forma e recorte a partir do levantamento e seleção bibliográfica para leitura e estudo, bem como a problemática que deve ser resgatada e se faz presente durante todo o trabalho acadêmico.

As etapas do projeto se entrelaçaram e encaminharam para os objetivos: geral e específicos. Estes se referem aos propósitos que se desejam alcançar com a investigação, por isso devem ser possíveis de serem concretizados e articulados.

A escolha do objeto de pesquisa, o Pronatec em geral e os cursos FIC em específico, permitiu-nos a construção do objetivo geral da pesquisa, que é analisar a implementação do Pronatec em Maceió com um olhar voltado aos cursos de Formação Inicial e Continuada na Escola Técnica de Artes – UFAL, no período compreendido de 2012 a 2014.

A relevância do objeto de pesquisa, a partir da pesquisa bibliográfica, encaminhou-nos para a elaboração de objetivos específicos. Compreendendo o grau de importância de tais objetivos, assim o definimos: compreender o processo de implementação do Pronatec em âmbito nacional e na Escola Técnica de Artes – ETA/UFAL; analisar os cursos de formação inicial e continuada – FIC - no âmbito do Pronatec e na Escola Técnica de Artes – ETA/UFAL; analisar as expectativas e avaliações que os sujeitos entrevistados (coordenadores, professores e alunos egressos) têm sobre os cursos que estão sendo ofertados.

O Pronatec, como uma política de qualificação profissional, vem se apresentando, como uma iniciativa e alternativa abrangente que visa contemplar e ampliar a qualificação profissional do trabalhador em âmbito nacional (Brasil) e local (Maceió). O crescente e variado número de cursos e instituições que aderiram ao programa do governo federal em Maceió é amplo e em constante dinâmica.

Parte-se do pressuposto de que a implementação do Pronatec em Maceió alterou o cenário da qualificação/formação profissional nesse município, com um grande alcance territorial, articulação com vários ministérios, convênios e contratos com instituições (públicas e privadas), ofertas variadas de cursos, tanto de nível técnico como de curta duração, apresentando-se como uma alternativa para qualificação profissional do trabalhador em Maceió, porém, com mecanismos de aligeiramento e simplificação da formação, por meio dos seus cursos FIC.

Ao passo que a ampliação da oferta de cursos para qualificação profissional não

diminui as diferenças sociais e econômicas do trabalhador, pois “[...] a ampliação da oferta de educação não provoca, automaticamente, mudanças nas relações sociais; ao contrário, esta ampliação é produtiva para o capital” (KUENZER, 1991, p. 42). Para a autora, uma educação que é distribuída desigualmente, não diminui as desigualdades sociais, ao contrário, aumenta. O que nos remete a problematizar as ofertas de formação e qualificação para o trabalhador no contexto do Pronatec.

No cenário atual, uma das principais e mais propagadas políticas de formação/qualificação do trabalhador tem sido o Pronatec, que tem se consolidado como um programa de grande expansão no país, presente nas mais diversas instituições de ensino (públicas e privadas) e cursos distintos (formação inicial e continuada – FIC e cursos técnicos). A partir do referido programa, a qualificação profissional vem adquirindo cada vez mais destaque no cenário brasileiro.

A procura por qualificação profissional entre os trabalhadores jovens, adultos e desempregados cresce, consideravelmente, como se a requalificação profissional se constituísse linearmente em oportunidade ao mundo do trabalho, porém o desemprego e/ou trabalho precarizado não se restringe apenas aos trabalhadores sem qualificação, os trabalhadores qualificados também são acometidos pelas condições de subemprego e desemprego.

Assim, a qualificação profissional seria a oferta de alguma alternativa por parte do Estado, visando possibilitar a inserção e a reinserção da classe trabalhadora ao mundo do trabalho, clientela predominante neste tipo de formação, visto que

esses futuros trabalhadores seriam a clientela, por excelência, de cursos de qualificação profissional de duração e intensidade variáveis, que vão desde os cursos de aprendizagem aos cursos técnicos” (KUENZER, 1991, p. 6).

Parte-se da hipótese de que, embora os cursos FIC ofertados pelo Pronatec se apresentem, muitas vezes, como uma alternativa ampla de qualificação para o trabalhador, a ampliação da oferta e do acesso à qualificação profissional para uma parcela cada vez maior da sociedade corresponde a mecanismos de aligeiramento, simplificação e empobrecimento da formação profissional, que alcançou espaços para além dos comumente estabelecidos, como a ETA/UFAL alterando sua natureza de cursos voltados para as Artes. A hipótese aqui apresentada foi dialogada e problematizada no percorrer da investigação, que envolveu pesquisa teórica e entrevistas, permitindo uma melhor compreensão desse programa de qualificação para o emprego, a partir das possíveis contradições encontradas ao longo da

pesquisa.

A tentativa que se faz de explicar o que se desconhece – a hipótese – será problematizada a partir da exploração das fontes de estudo (referenciais teóricos e metodológicos, documentos oficiais e análise das entrevistas) e considerará o que já foi e vem sendo estudado no campo das políticas públicas de qualificação profissional.

Dentre os autores que serviram de aporte teórico e metodológico para fundamentação e problematização da investigação, temos: ANTUNES (2015); ALVES (1991,1992); BARDIN (2011); BEZERRA (2009); CÊA (2003); CIAVATTA (2005); EVANGELISTA (2009); FRIGOTTO (1989,2001,2005); GRAMSCI (1991;2001); KUENZER (1991,1998,2000,2005,2007,2008); MÉSZÁROS (2005); MINAYO (2013); NEVES (2005,2008); OLIVEIRA,(2003,2012); PAZ (2011,2012); POULANTZAS (1980); RAMOS (2012,2014); RODRIGUES (2005); SEVERINO (2007); SHIROMA (2010), dentre outros importantes autores que subsidiaram a nossa investigação.

Com a definição do projeto, parte-se para os procedimentos metodológicos, que serão referenciados no próximo tópico.

#### **1.4 Construindo a metodologia para compreender o PRONATEC: fundamentos e pressupostos para construção da investigação**

“Metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2013, p. 14).

Diante de diferentes abordagens, a pesquisa qualitativa se caracteriza como sendo a que melhor subsidia esta investigação, possibilitando uma dimensão mais ampla sobre o objeto de estudo. A pesquisa qualitativa aprofunda a investigação do fenômeno, o que exige uma maior interação e participação do pesquisador. Assim, para esta abordagem “a realidade é uma construção social da qual o investigador participa e, portanto, os fenômenos só podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva holística [...]” (ALVES, 1991, p. 55).

A abordagem qualitativa considera um universo mais amplo, como as emoções, os desejos, os valores, as crenças, os comportamentos, a cultura, entre outras coisas. Não se limita à objetividade dos fatos, considera a subjetividade para compreensão da realidade social. Por considerar a subjetividade na relação entre sujeito e objeto, entende que uma pesquisa, mesmo a quantitativa, não é neutra, pois é uma construção histórica e social realizada por sujeitos também históricos e sociais.

Embora não tenha a pretensão de estabelecer um grau de hierarquia entre abordagem qualitativa x quantitativa, como às vezes acontece com alguns pesquisadores que se posicionam “colocando uma hierarquia em que as pesquisas quantitativas ocupariam um primeiro lugar sendo ‘objetivas e científicas’ e as qualitativas ficariam no fim da escala, ocupando um lugar auxiliar e exploratório” (MINAYO, 2013, p. 21). As duas abordagens não são inconciliáveis e, se bem trabalhadas, completam-se teoricamente e empiricamente, estabelecendo condições de produzir significativas interpretações sobre uma dada realidade social.

Com base na abordagem qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida na Escola Técnica de Artes – ETA/UFAL – ofertante dos cursos de Formação Inicial e Continuada em Alagoas. A escolha pela instituição justificou-se pelo fato desta estabelecer uma parceria com o programa desde a sua instituição em 2011 e implementação em 2012 no estado de Alagoas, no que diz respeito aos cursos de formação inicial e continuada em Maceió. A ETA/UFAL foi a primeira instituição pública em Alagoas a ofertar cursos do Pronatec já em 2011 (ano da instituição do programa) – período em que grande parte das instituições públicas e privadas ainda estavam implementando o programa, ofertando seus cursos a partir de 2012. A Adesão da ETA/UFAL ao Pronatec alterou o formato dos cursos da instituição, antes apenas voltado para cursos de artes. Assim, a instituição teve que ofertar cursos diversos para assegurar recursos federais em sua instituição.

Constitui-se em um local de pesquisa “significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências” (SEVERINO, 2007, p. 121), pois, compreendemos que discutir as políticas educacionais “é de fundamental importância para compreensão da sociedade em que vivemos e a que desejamos” (DIÓGENES; ANDRADE, 2015, p. 49).

Foram recolhidos, junto a instituição pesquisada, dados e informações referentes à implementação do Pronatec e como vem se configurando a qualificação profissional dos trabalhadores por meio dos cursos FIC na ETA/UFAL. Foram realizadas entrevistas com a coordenação, os professores e alunos egressos do programa para compreender como avaliam o Pronatec na ETA/UFAL. Os registros de informações, documentos e entrevistas foram anotados e sistematizados, para uma posterior análise desses dados coletados.

Acerca dos documentos que utilizamos como fonte de investigação, Evangelista (2009, p. 5) esclarece a importância da atuação ativa do pesquisador, reconhecendo que

[...] o documento existe fora do pesquisador, para que se possa extrair dele dados da realidade é preciso que assuma uma posição ativa na produção de conhecimento:

localiza, seleciona, lê, relê, sistematiza, analisa as evidências que apresenta. Esses passos resultam de intencionalidades que, para além da pesquisa, se vinculam aos determinantes mais profundos e fecundos da investigação, qual seja discutir, elucidar, desconstruir compreensões do mundo; produzir documentos, produzir conhecimentos é produzir consciências.

Para a autora, “[...] trabalhar com documentos significa aceder à história, à consciência do homem e às suas possibilidades de transformação” (p. 8). Corroboram com a referida perspectiva Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 437), ao afirmarem que,

separados dos contextos políticos em que foram produzidos, os discursos oficiais tendem a ocultar também a dimensão valorativa que os informa. Por exemplo, quando se afirma que é preciso melhorar a qualidade da educação: melhor ou qualidade dizem respeito a que conjunto de valores? Melhor dentro de que concepção de educação?

Os documentos oficiais se sustentam com um discurso legitimador da reforma estatal, com a intenção de direcionar os sujeitos ao consenso social, estes são caracterizados por

[...] um tom prescritivo e recorrendo a argumento de autoridade, os textos da política dão margem a interpretações e reinterpretções, gerando, como consequência, atribuição de significados e de sentidos diversos a um mesmo termo. Estes significados e sentidos apresentam-se, não raro, em competição com outros veiculados por outros textos e outros discursos (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 430).

Assim, os documentos oficiais do Pronatec são uma unidade de análise e interpretação que “[...] nos permite ter acesso ao discurso para compreender a política” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 439), vista como uma política de qualificação profissional ainda em andamento no país.

Para tanto, o método de investigação compreendeu os seguintes passos metodológicos:

**a) Pesquisa bibliográfica:** a pesquisa privilegiou teses, dissertações, artigos e livros que tratam do objeto de pesquisa – o Pronatec. A busca se realizou, inicialmente, no Banco de Teses e Dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior), na *base Scielo*, em anais de eventos e obras impressas, que fazem relação com o objeto de estudo - Pronatec - com trabalho e educação, Estado e políticas públicas. Após a seleção, leitura, fichamento e análise dos textos, fez-se necessário um processo de diálogo reflexivo entre as teorias, os textos selecionados e o objeto de pesquisa em questão. Pois, “desenvolver esta capacidade comparativa e analítica em relação aos outros estudos nos ajuda a melhor delimitar nossa proposta” (DESLANDES, 2013, p. 36). Através desse processo, o pesquisador estará “por dentro” do conhecimento que vem sendo construído pela literatura e que faz relação com o seu tema de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica permitiu a aproximação e conhecimento sobre o tema da pesquisa e a articulação com outros temas, como o Estado e a sociedade. Assim a pesquisa bibliográfica não se encerra neste momento, ela perpassa todas as etapas da pesquisa.

**b) Pesquisa documental:** em documentos oficiais que regem o Pronatec (Legislação, Decretos, Portarias e materiais oficiais diversos) em meios eletrônicos e impressos em sites oficiais do MEC, para compreensão da Lei que rege o programa, seus objetivos, suas ações, seu alcance, seu público alvo e suas finalidades, com ênfase nos cursos de formação inicial e continuada - FIC.

A seleção prévia dos documentos para análise consiste em um momento importante, devendo-se evitar tanto o exagero na busca por documentos quanto o seu estreitamento. “Escolhas são necessárias e devem obedecer a critérios derivados da intencionalidade da investigação” (EVANGELISTA, 2009, p. 6).

**d) Entrevista:** obtenção de informações fornecidas pela equipe de coordenação, professores e alunos egressos da instituição pesquisada, referente à implementação do programa na cidade de Maceió, no que diz respeito à qualificação profissional. A entrevista se apresenta, como a possibilidade de conversas sobre o tema proposto, sem respostas ou condições predeterminadas pelo pesquisador. Trata-se de “uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas” (SEVERINO, 2007, p. 124). Também se justifica por ser a técnica mais usada em pesquisa social, pois coleta informações científicas sobre um tema e tem como finalidade “[...] construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa” (MINAYO, 2013, p. 64).

A entrevista é uma técnica de interação social, em que pesquisadores a ela recorrem “sempre que têm necessidade de obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais, podendo estes ser fornecidos por determinadas pessoas” (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIORS, 2011, p. 230). São informações e dados que não seriam possíveis apenas pela pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, constitui-se como a técnica mais pertinente a ser utilizada, mas que isoladamente não garante a fidelidade dos dados e informações coletadas. A entrevista deve ser utilizada com outros métodos de coleta de dados, “para que os resultados qualitativos esperados possam ser fidedignos e retratem realmente o universo no qual está inserido o objeto de pesquisa” (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIORS, 2011, p. 242).

Anteriormente a elaboração e efetivação das entrevistas, que só se consolidaram após a aprovação do projeto junto ao comitê de ética em outubro de 2015, aproximamo-nos da instituição – ETA/UFAL – com o intuito de expressar nosso desejo de elaborar com a

instituição uma pesquisa acerca do Pronatec. Esses momentos tiveram início em agosto de 2014, com quatro visitas informais, em que expusemos nosso projeto de pesquisa para os coordenadores do programa, que autorizaram a efetivação da pesquisa no local. Nessas visitas, eles se mostraram solícitos e conversaram genericamente sobre o programa.

Foi definido um quantitativo de 10 alunos egressos, 10 professores e 4 coordenadores, por serem os sujeitos diretamente relacionados aos cursos e que poderiam expressar a avaliação que fazem dos cursos FIC, no âmbito do Pronatec.

A amostra foi assim delimitada, quando, em conversa com a coordenação do programa na ETA, percebeu-se certa dificuldade de contato com algumas pessoas. Pois, na época, não estava acontecendo nenhum curso do Pronatec na ETA, alguns estavam acontecendo em cidades do interior e foi preciso entrar em contato por telefone e agendar um encontro para entrevista, tanto com professores como alunos egressos, como também se deslocar até algumas cidades mais próximas.

Nem todas as tentativas resultaram em sucesso, principalmente por questão de disponibilidade dos professores e da dificuldade de contato com alunos egressos, embora, a coordenação da instituição (ETA/UFAL) tenha se disponibilizado ao máximo nos fornecendo contatos. Em conjunto, decidimos que 10 professores e 10 alunos seria um número apropriado, considerando os percalços encontrados. Com relação aos coordenadores do curso, foram entrevistados 04, que se encontravam na instituição no momento, pois pertenciam ao quadro de servidores efetivos da instituição.

Com a aprovação do comitê de ética, deu-se o processo de retorno à instituição para as entrevistas e coleta de dados. As entrevistas ocorreram na ETA em Maceió com os coordenadores, professores e alunos egressos. Para atingir o quantitativo de professores e alunos egressos entrevistados, foi preciso se deslocar até a cidade de Marechal Deodoro/AL, onde estava acontecendo um curso ofertado pela ETA e que contava com a participação de alunos egressos. Nesta cidade, concluímos o quantitativo de 10 professores e 10 alunos, os 4 coordenadores já haviam sido contemplados na ETA em Maceió.

As entrevistas compreenderam os meses de outubro a dezembro de 2015, foram transcritas, sistematizadas e analisadas. Foram coletados dados com a instituição referentes ao quantitativo de alunos matriculados, concluintes, locais dos cursos, cursos ofertados e parceiros demandantes. Estes são dados fornecidos pela coordenação do programa na ETA/UFAL.

Como tratamento dos dados da entrevista foi utilizada a técnica da análise de conteúdo, fundamentada na proposta de Bardin (2011), que se constitui em:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

e) **Análise de dados:** a análise dos dados de uma pesquisa não é simplesmente interpretação, na análise “[...] o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram descompostas” (GOMES, 2013, p. 80), para assim chegar a sua interpretação, que seria uma explicação ou compreensão, que vai além do descrito e do analisado. A análise e a interpretação dos dados da pesquisa também se configuram em um momento de finalização do trabalho, claro que não se restringindo a este momento, sendo o momento em que o pesquisador se ancora em “[...] todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica” (GOMES, 2013, p. 81).

O processo de análise será ancorado pelo uso da técnica de análise de conteúdo, desenvolvendo-se, conforme Bardin (2011) em três fases: a) pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos dados, inferência e interpretação.

A primeira fase, a pré-análise é a fase da organização dos dados que, embora flexíveis, devem ser bem definidos. No caso das entrevistas, estas serão transcritas e o seu conjunto se constituirá o “corpus da pesquisa” (CÂMARA, 2013). Com um recorte das entrevistas transcritas, inicia-se uma leitura flutuante que, conforme Bardin (2011), é a leitura em que surgem hipóteses ou questões norteadoras.

A segunda fase, exploração do material é a mais longa, em que se adotam os seguintes procedimentos:

*codificação* [que compreende a escolha de unidades de registro – recorte; a seleção de regras de contagem – enumeração – e a escolha de categorias – classificação e agregação - rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) em razão de características comuns], *classificação* [semântico (temas, no exemplo dado), sintático, léxico – agrupar pelo sentido das palavras; expressivo – agrupar as perturbações da linguagem tais como perplexidade, hesitação, embaraço, outras da escrita, etc...] e *categorização* (que permite reunir maior número de informações à custa de uma esquematização e assim correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los). [...] o próximo passo será a classificação em blocos que expressem determinadas categorias, que confirmam ou modificam aquelas, presentes nas hipóteses, e referenciais teóricos inicialmente propostos (CÂMARA, 2013, p. 186, grifos do autor).

E é nesse movimento contínuo entre teoria/dados e dados/teorias, que as categorias vão se tornando mais claras e adequadas diante do propósito da pesquisa.

A terceira fase tratamento dos resultados – inferência e interpretação, momento em que o pesquisador procura tornar os resultados brutos em significativos e válidos, “deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente aprendido” (CÂMARA, 2013, p. 188).

As três fases devem ser seguidas, porém há modificações na maneira de conduzi-las e as unidades de análises e a forma de tratá-las podem ser abordadas de formas variadas. Pode-se escolher a palavra, as sentenças, os parágrafos, o texto, contar as palavras ou expressões, analisar temáticas determinadas. Enfim não há um esquema rígido, e sim uma flexibilidade, em que deve permanecer “[...] o compromisso de imprimir nitidez ao quadro teórico e a postura metodológica” (CÂMARA, 2013, p. 190).

Uma técnica que pode ser aplicada em discursos diversos e em todas as formas de comunicação, o que a torna consonante com o tratamento dos dados a serem analisados na pesquisa qualitativa desenvolvida, que se propôs como um dos objetivos específicos analisar as expectativas e avaliações que os sujeitos (coordenadores, professores e alunos egressos) têm sobre os cursos que foram ofertados pelo Pronatec.

Por meio da técnica da entrevista, foi possível compreender com base nas narrativas dos entrevistados como estes avaliam o programa e quais foram suas expectativas iniciais acerca dos cursos ofertados. A entrevista nos proporcionou uma interlocução com a teoria e os documentos estudados, sendo problematizada no quarto capítulo desta dissertação.

De toda forma, não pretendemos reduzir a pesquisa ao momento empírico, pois a metodologia utilizada no nosso estudo não se resumiu a técnicas, “ela incluiu as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (MINAYO, 2013, p. 15).

Ambas (teoria e metodologia) caminham juntas e são indissociáveis no processo de pesquisa. “A teoria é construída para explicar ou para compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto” (MINAYO, 2013, p. 17). Ao tratar do conhecimento como *práxis* transformadora, Kuenzer (1998, p.74), esclarece-nos que este deve permitir “a superação do capitalismo como horizonte e não apenas como contemplação e comprometido com o avanço do projeto contra hegemônico dos trabalhadores”.

Por certo, a metodologia, não se limita a técnicas, necessita de um percurso “[...] claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (MINAYO, 2013, p. 15) e que, conforme a autora, deve vir acompanhada da criatividade do

pesquisador. A metodologia adotada e as técnicas que encaminham a produção do conhecimento são parâmetros para consolidação deste trabalho.

A pesquisa em questão compreende que uma investigação se concretiza com o diálogo mediado entre teoria e empiria, com resultados provisórios e cumulativos, pois uma pesquisa se revela “[...] sempre em partes que podem ser apanhadas no âmbito da totalidade que a constitui. Aprender a totalidade não corresponde a conhecer totalmente uma dada realidade” (EVANGELISTA, 2009, p. 13). Assim, com o intuito de apreender a totalidade a partir de uma dada realidade e, em constante relação com a teoria, prosseguimos com a investigação, buscando reciprocidade com o projeto e a metodologia proposta anteriormente.

Nos termos que aponta Karel Kosik (1976), o ponto de partida – o Pronatec como política de qualificação profissional – é o mesmo que o ponto de chegada. Porém, antes da análise, trata-se de uma “pseudoconcreticidade”, isto é, um fenômeno empírico que esconde e revela sua essência. Com a análise, revelam-se as mediações contraditórias e a síntese torna-se o real elevado ao plano do pensamento, isto é, o “concreto pensado”.

O fenômeno observado, ou seja, a implementação do Pronatec, como unidade de análise da pesquisa, não desconsidera sua essência, mas se encaminha para ela, o que nos permitiu compreender e inferir sobre esse programa de qualificação profissional em sua dimensão total e particular.

A compreensão da totalidade do Pronatec em âmbito nacional se relaciona dialeticamente com a particularidade, a implementação do Pronatec em Maceió, de forma integrada, implicando em uma compreensão do todo, pois a particularidade possui características essenciais da totalidade e vice-versa. Dessa forma, a investigação nos subsidiou na compreensão da realidade, sem deixar de considerar a totalidade em constante construção social. A implementação do Pronatec em Maceió, como uma das possibilidades de manifestação da essência, ou seja, da totalidade do programa nos direcionou para a essência das coisas.

Ao que pese as questões introdutórias e metodológicas, avançamos para compreensão de nosso propósito de pesquisa. Iniciamos assim para uma compreensão e problematização dos documentos oficiais que tratam da educação profissional e que são anteriores ao Pronatec.

## **2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CLASSE TRABALHADORA**

Compreender a educação profissional ofertada aos trabalhadores é uma tarefa complexa, com seu emaranhado de contradições e implicações na formação/qualificação do trabalhador brasileiro. O próprio termo “educação profissional” é recente na literatura educacional e quase sempre colocada a parte da educação regular.

O termo apareceu, inicialmente, no projeto democrático de massa do senador Cid Sabóia, com mudanças na relação entre educação profissional e educação regular, mas, com a permanência das características preexistentes ao ensino técnico. Em contrapartida, o projeto neoliberal do senador Darcy Ribeiro propôs que a educação profissional também fosse ofertada fora do sistema de ensino regular “em instituições especializadas ou no âmbito do trabalho, sem vinculação obrigatória com o sistema regular ou supletivo” (NEVES, 2008, p. 197).

O último projeto, que prevalece até os dias atuais, possibilitou flexibilidade e dinamismo para a educação profissional, principalmente com a qualificação e requalificação profissional. Com uma educação profissional que não fosse substituta da educação básica, mas para execução de atividades produtivas na sociedade.

Neste capítulo, buscamos dialogar, de maneira não exaustiva, com as principais leis que se importaram com a educação profissional no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que teve parte de sua redação alterada pela Lei nº 11.741/2008 e pelos Decretos nº 2.208/1997, nº 5.154/2004 e nº 8.268/2014.

A instituição das políticas para educação no Brasil tem como marco legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que normatizou a educação profissional, com uma formação adequada para a classe trabalhadora. Contudo, não prevaleceu a proposta democrática de Jorge Hage, com amplo processo de discussões e propostas de diversas organizações e instituições da sociedade civil, aprovou-se sim a proposta elaborada por Darcy Ribeiro, com seu caráter conservador e reacionário.

Com a nova LDB aprovada, começou um processo de reformas na educação profissional que teve início com o Decreto nº 2.208/97,

conhecido como aquele que desarticulou a educação profissional. Entretanto, foi a partir da aprovação desse decreto que se instituíram as modalidades de educação profissional básica, média e tecnológica (OLIVEIRA; PAZ, 2012, p. 127).

Com a promulgação da LDB, cria-se uma nova modalidade de educação – educação profissional -, sem sua responsabilidade e especificidades expressa na lei. Segundo Neves e

Pronko (2008), a LDB de 1996 estabeleceu o termo ‘educação profissional’ em substituição à expressão ‘formação técnico profissional’. Não se trata apenas de uma substituição de ordem semântica, pois foi responsável pela criação de uma nova modalidade de educação, cujo objetivo é a formação para a vida produtiva através de cursos de qualificação profissional.

Colocada como modalidade, a educação profissional se encontra independente da educação regular, o que reforça o caráter dual da educação no Brasil, bem como uma terminalidade educacional precoce para um grande quantitativo de trabalhadores. A nova LDB consolidou dois sistemas educativos “um regular – fundamental médio (educação básica) e superior – e outro sistema (não regular, por dedução) que é da educação profissional dividida em ‘básico, técnico e tecnológico’ (FRIGOTTO, 2001, p. 83).

A alteração de alguns dispositivos da Lei nº 9.394/1996, pela Lei nº 11.741/2008 estabeleceu a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos e o ensino regular de nível médio, através dos cursos de educação profissional técnica de nível médio e educação profissional e tecnológica. No § 2º do Art. 39, a educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – de educação profissional técnica de nível médio;
- III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008, p. 1).

A Lei nº 11.741/2008, que alterou dispositivos da LDB, segue em consonância com o Decreto nº 5.154/2004, porém este Decreto teve sua redação alterada pelo recente Decreto nº 8.268/2014, que substituiu a redação do item I: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para: qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores.

Anteriormente tivemos a implementação do Decreto 2.208/97, que regulamentou e normatizou a denominada educação profissional, dividindo-a e em três níveis: ensino básico, técnico e tecnológico, com a separação formal entre o ensino médio e o técnico. Com o pretexto de atrair para as escolas técnicas as classes populares efetivou-se a desvinculação entre a educação profissional e a educação propedêutica, estabelecendo duas formas de educação profissional: concomitante ao ensino médio ou subsequente.

O decreto se configurava em uma investida contra a Rede Federal, pois limitou a oferta de vagas no ensino médio em 50%. Era o desmonte da educação básica na rede federal de ensino que seria extinta e substituída pela educação profissional, quando deveria ser

promovido o acesso a um número maior de estudantes. Diante de uma resistência da Rede Federal, o processo foi recuado, com lutas pela revogação desse decreto.

Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, aquilo que era promessa de campanha aconteceu em 23 de julho de 2004, com a publicação do Decreto 5.154/04. Este determinou que a educação profissional fosse desenvolvida em articulação com o Ensino Médio, materializando-se nas formas integrada, concomitante e subsequente. Na forma concomitante, a educação básica e a educação profissional são desenvolvidas, normalmente em instituições diferentes, com currículos diferentes, quando acontecem na mesma instituição é em cursos separados, com currículos também separados.

Os limites do Estado capitalista não oferecem condições reais de implantar universalmente a forma integrada. Só faz sentido esse tipo de educação profissional (concomitante), quando, além de oferecê-las, as redes de ensino também ofertem a educação integrada. A forma subsequente da educação profissional se estabelece como educação continuada, em que o indivíduo pode participar de um curso de qualificação profissional e/ou requalificação profissional. Apesar dos avanços em relação ao Decreto 2.208/97, o Decreto 5.154/04 não foi capaz de romper com a dualidade da educação profissional.

O Decreto 5.154/04 sofreu alterações em 2014 pelo Decreto 8.268/14. Algumas delas foram: alteração do inciso I do artigo 1º que substituiu a denominação formação inicial e continuada de trabalhadores para qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores e incluiu os parágrafos 1º, 2º e 3º, com a seguinte redação:

§ 1º Os cursos e programas da educação profissional de que tratam os incisos I e II do caput serão organizados por regulamentação do Ministério da Educação em trajetórias de formação que favoreçam a continuidade da formação. § 2º Para os fins do disposto neste Decreto, consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional, em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. § 3º Será permitida a proposição de projetos de cursos experimentais com carga horária diferenciada para os cursos e programas organizados na forma prevista no § 1º, conforme os parâmetros definidos em ato do Ministro de Estado da Educação (BRASIL, p. 1, 2014).

Essas alterações têm relação com a oferta de cursos que acontecem no âmbito do Pronatec, seja na definição da carga horária dos cursos FIC em 160 horas (§ 1º Art. 1º e § 1º Art. 3º), ou ainda, na definição dos itinerários formativos (§ 2º Art. 1º), ou na forma de criação de cursos (§ 3º Art. 1º).

Os próprios documentos, independentemente de sua redação, não esclarecem o que seria esse tipo de formação, podendo ter proximidade com o já revogado “nível básico, destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente

de escolaridade prévia” (BRASIL, 1997, p. 1), previsto no Decreto nº 2.208/1997. Exceto pela nova redação ao Inciso I, os demais níveis de educação profissional reproduzem o Decreto revogado e no geral a mesma lógica formal.

Este decreto teve o mérito de desestruturar a educação profissional brasileira e, como resultado dessa estruturação/desestruturação, a decomposição e a descontinuidade do ensino, na medida em que não estabeleceu a integração entre os níveis e etapas de educação e privilegiou a qualificação profissional de nível básica para os desescolarizados e desempregados. (PAZ, 2011, p.127).

Cabe salientar que os documentos oficiais do Pronatec são anteriores ao Decreto nº 8.268/2014, e sua redação segue semelhante à Lei nº 11.741/2008 e o Decreto nº 5.154/2004, que “[...] não resolveu o problema da integração entre educação básica e educação profissional, bem como a histórica dualidade da educação brasileira” (PAZ, 2011, p. 128).

As discussões políticas e teóricas que resultaram no decreto nº 5.154/2004 marcam a “possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional, mas mantêm as outras duas possibilidades de articulação previstas no decreto n. 2.208/1007 – as formas subsequente e concomitante” (MOURA, 2012, p. 55).

Esses documentos que regulamentam a educação profissional têm como um dos níveis de educação a Formação Inicial e Continuada e se adequam perfeitamente ao padrão da acumulação flexível. Tem, além disso, como uma das suas grandes consequências a organização dos trabalhadores e a contratação precária da força de trabalho.

O modelo de acumulação padrão inclui na educação profissional diversos níveis de cursos: de qualificação profissional e/ou formação inicial e continuada, técnico em suas formas: integrada, concomitante e subsequente. Essa regulamentação

[...] amplia ainda mais o leque de possibilidade de articulação entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico, visto que prevê a possibilidade de uma formação de nível técnico integrada, além daquelas já arroladas no Decreto nº 2.208/1997, a saber, formação subsequente e formação concomitante. Eis o cerne da flexibilidade que busca conciliar alguns dos interesses em conflitos desde a promulgação do Decreto nº 2.208, em 1997 (RODRIGUES, 2005, p. 266).

São Leis e Decretos que acentuam de maneira sutil e natural a dualidade estrutural, social e educacional presente na sociedade classista. Assim, como considera Rodrigues “[...] para uns, um percurso educacional, para outros, um verdadeiro percalço escolar” (2005, p. 267). Os documentos oficiais que tratam da educação profissional reconhecem de maneira perspicaz a dualidade escolar e sua flexibilidade, com o intuito de atender diversos sujeitos trabalhadores, dessa forma, reforçam a desigualdade social e econômica e acentuam a exploração dos trabalhadores.

Dualidade que precede o modo de produção capitalista e se consolida com a interiorização da concepção burguesa da relação trabalho e educação, em que se destaca a inversão metodológica: educação-trabalho. Seria uma inversão metodológica e não apenas representativa, uma evidente não apreensão das relações de trabalho.

Na prática a inversão aqui referida, se explicita pela ênfase que se tem dado à educação para o trabalho, para a produção, para o mercado de trabalho, sem uma crítica radical à forma que assumem as relações de trabalho (FRIGOTTO, 1989, p. 17).

A relação trabalho e educação deve ser pensada a partir das contradições das relações de trabalho historicamente construídas. “Trata-se de pensar a especificidade da escola não a partir dela, mas das determinações fundamentais: as relações sociais de trabalho, as relações sociais de produção” (FRIGOTTO, 1989, p.18), sempre considerando o modo de produção vigente, pois os problemas são advindos das contradições do próprio modo de produção capitalista. Como nos lembra Mészáros:

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo (2008, p.43).

O desenvolvimento do capitalismo, acompanhado da demanda social da acumulação flexível, passa a exigir um profissional de novo tipo, que se relacione profundamente com as mudanças na produção e com as alterações científicas e tecnológicas (RODRIGUES, 2005), demandando uma qualificação profissional também de novo tipo. Assim as mudanças no mundo do trabalho interferem em alterações na formação/qualificação do trabalhador.

Dada a simplificação das tarefas laborais, mediadas pela máquina e pela uniformização dos processos de trabalho, o trabalhador teria a possibilidade de atuar em todas as etapas do processo de trabalho. Logo, o desenvolvimento atual dos meios e instrumentos de produção demandaria a polivalência do trabalhador. As mudanças contemporâneas, portanto, não só dispensariam o trabalhador formado pelo estreito padrão taylorista-fordista, como a manutenção deste padrão traria entraves ao próprio desenvolvimento da produção capitalista (RODRIGUES, 2005, p. 271).

O atual padrão de acumulação flexível exige, com o desenvolvimento dos meios de produção, um trabalhador, que se torne polivalente. É neste contexto que, segundo Antunes (2015, p. 61), “vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado”. Os trabalhadores considerados centrais são reduzidos em

detrimento de uma força de trabalho que se emprega com mais facilidade no mesmo ritmo que também são dispensadas, ou seja,

enquanto vários países de capitalismo avançado viram decrescer os empregos em tempo completo, paralelamente assistiram a um aumento das formas de subproletarização, através da expansão dos trabalhadores parciais precários, temporários, subcontratados, etc (ANTUNES, 2015, p. 65).

Um tipo de trabalhador polivalente e multifuncional. Polivalência, que nesses moldes não se identifica com a perspectiva da educação politécnica, nem tampouco significa a renúncia de uma perspectiva de superação da sociedade capitalista (RODRIGUES, 2005).

Para este autor:

A concepção de educação politécnica, principalmente em sua dimensão infra-estrutural, define-se na luta pela liberdade no trabalho, na medida em que busca métodos de reconstrução da identidade do trabalhador com o produto de seu trabalho, por meio da mediação da compreensão totalizante do processo de trabalho. Esse tipo de compreensão abrir-lhe-ia caminho para uma atuação mais ampla propiciada pela polivalência, no processo de produção da existência. Politécnica pressupõe, assim, domínio teórico-prático do processo de trabalho (RODRIGUES, 2005, p. 272).

Essa concepção de educação, mesmo que possibilite a entrada de alguns trabalhadores ao mundo do trabalho, não resolve o problema do desemprego nem as condições de exploração em que o trabalhador é submetido. Enquanto um trabalhador está empregado, tantos outros se encontram desempregados ou subempregados e ainda há aqueles que nunca terão oportunidades de emprego. Torna os trabalhadores supérfluos, criando, o que Marx denominou de “um exército industrial de reserva sempre disponível, numa parte do ano dizimado pelo trabalho excessivo mais desumano, noutra, lançado à miséria por falta de trabalho” (MARX, 2010, p. 543).

A educação profissional, se nos centrarmos nos moldes atuais, distancia-se da perspectiva politécnica e mais se aproxima de uma noção reducionista e utilitária, que “[...] reduz o trabalho à produção material da subsistência e a educação a uma função social seletora e especializante daquela produção” (ARRUDA, 1989, p. 71).

Quanto mais avançado tecnologicamente o mundo do trabalho se apresenta, maior a luta dos trabalhadores por um espaço que lhe garanta a sobrevivência, e, diariamente, os “trabalhadores precisam lutar pelo direito de serem explorados pelo capital. Principalmente com a crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto” (RODRIGUES, 2005, p. 278). Ou como reforça Gomes “a luta pelo emprego é ao mesmo tempo a aceitação da exploração” (1989, p.57).

Assim, é justo, na época da inserção dos grandes avanços tecnológicos ao mundo do trabalho, que se conhece a informalização, precarização, terceirização, flexibilização, parcialização e subcontratação do trabalho, cuja tendência é o crescimento significativo para atender uma grande parcela de trabalhadores informais e sem vínculos empregatícios (ANTUNES, 2015).

Porém, como nos lembra Nosella, “saber se relacionar com a máquina é, sobretudo, possuir conhecimento científico, tecnológico e político” (1989, p. 37). O que não é possível a partir de uma qualificação profissional superficial, aligeirada, expansionista e “democrática”, que vem sendo proposta pelo Estado brasileiro, ao longo dos tempos, para formação e qualificação profissional dos trabalhadores.

É fato que não existe emprego suficiente para todos, o que nos leva a compreensão de que os cursos de qualificação profissional estão, em grande parte, formando o trabalhador para uma atividade de sobrevivência, ou seja, o trabalho informal, em que a questão do desemprego é justificada “pela falta de preparação dos mesmos para acompanhar as mudanças existentes no mundo do trabalho” (OLIVEIRA, 2003, p. 36).

Responsabiliza os sujeitos e o processo de escolarização por sua condição de desempregado, assim desviam “das relações de exploração capitalista os motivos reais de desigualdade na nossa sociedade” (OLIVEIRA, 2003, p. 63). Moura (2012), legitimando esta discussão, elucida-nos que:

É preciso compreender que a dualidade estrutural não é fruto da escola, mas de uma exigência do modo de produção capitalista que exige que a escola se estruture de forma dual no sentido de fortalecer o modo de produção baseado na valorização diferenciada do trabalho intelectual e do trabalho manual. Portanto, rompê-lo não depende unicamente do sistema educacional, mas antes da transformação do modo de produção (p. 78-79).

São as relações econômicas que excluem cada vez mais a população do acesso ao mundo do trabalho, impossibilitando-a de uma atividade remunerada que lhes assegure uma vida minimamente digna, pois não há uma relação direta entre qualificação e crescimento econômico, como também a solução não se encontra na ampliação dos cursos de qualificação profissional, tão enfatizados nos programas governamentais. Para Antunes (2015, p. 124), “cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global”.

Os programas governamentais voltados para educação profissional adquirem mandato após mandato, uma roupagem “nova”. E o que deveria implicar avanços na qualificação

profissional do trabalhador se apresenta na verdade como um retalho, cheio de remendos e costuras, que mais reforçam as políticas anteriores que trazem mudanças efetivas para formação dos trabalhadores. Assim,

a exigência de maior nível de qualificação profissional tem servido de pretexto para justificar a falta de emprego e a exclusão de milhares de trabalhadores do mundo do trabalho, além de ajustar a força de trabalho aos imperativos do capital (OLIVEIRA; PAZ, 2012, p. 136).

Constitui-se, em grande parte, em um retrocesso histórico no que se refere à educação geral e profissional do trabalhador brasileiro. As “mudanças” se manifestam mais claramente na execução dos programas, que na formação real do trabalhador, que continua aligeirada e superficial, mesmo com toda expansão.

Enquanto, na Constituição de 1988, a educação deve vincular-se ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, na LDB de 1996, a educação deve conduzir à formação para o mundo do trabalho e às práticas sociais. Por mais que a Lei nº 9.394/96 esteja subordinada à Constituição de 1988, são os seus princípios que prevalecem para se estabelecer as políticas públicas para a educação (regular e profissional) que se materializa em programas educacionais como o Pronatec.

O recorte por hora contextualizado tratou da educação profissional de uma forma geral, com a evidente permanência de duas redes de ensino: regular e profissional e suas alterações e reformas para a classe trabalhadora. Antes, de adentrarmos as questões do Pronatec, consideramos importante uma contextualização do desenvolvimento do Estado brasileiro e suas correlações entre forças antagônicas.

## **2.1 O contexto socioeconômico brasileiro contemporâneo**

Para compreender o contexto brasileiro, faz-se necessário evidenciar o processo de adaptação do desenvolvimento do Estado brasileiro, compreendido no período de 1930 até os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (LULA e DILMA), com uma análise dos aspectos políticos e econômicos, de modo a criar subsídios para uma melhor relação com o Pronatec que se insere numa totalidade social manifesta na trajetória de formação do Estado brasileiro sob a influência do capitalismo.

Estado que consolidou uma distinção histórica para formação dos trabalhadores e da burguesia, e organizou a sociedade civil em forças contraditórias, levando as forças do capital a empreender estratégias de controle baseadas na obtenção de consenso.

A discussão que pretendemos desenvolver sobre o Pronatec, ao longo dessa dissertação, tem estreita relação com o entendimento de Estado em Gramsci<sup>2</sup>, como campo da luta de classes (trabalhadora/burguesa), em que a política do Estado se institui como estratégias de consentimento das classes dominadas, condição que assegura a manutenção das relações de produção e da divisão social do trabalho, garantindo a dominação da classe burguesa<sup>3</sup>.

É a partir da constituição histórica da luta de classes, da dominação das relações de produção, da divisão social do trabalho, que emerge conflitos de forças antagônicas e que se funda, materialmente, o Estado capitalista. Assim é possível compreender a maneira em que se organiza o Estado, na relação entre as frações das classes dominantes e das classes dominadas. O Estado cria medidas materiais (como programas de qualificação) para reprodução e manutenção da hegemonia no bloco do poder<sup>4</sup> e, assim, subordinam a classe dominada.

Dessa forma, a organização interna do Estado tem seu nível de contradições em maior ou menor escala, dependendo de correlação de forças nas formações sociais. Como nos advertem Neves e Pronko (2010, p.103), esta exacerbação das contradições, constitui-se “no resultado provisório das tentativas das classes sociais de resolução pelo Estado” das

---

<sup>2</sup> “O Estado, em sentido amplo, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da expressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) Como sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada na coerção. Nesse sentido, ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de caminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção” (COUTINHO, 2003, p. 127-128).

<sup>3</sup> Coutinho nos elucida que “o Estado brasileiro foi sempre dominado por interesses privados. Decerto, isso caracteriza o Estado capitalista em geral, não sendo uma singularidade de nossa formação estatal. (...) Sempre que há uma dominação burguesa com hegemonia, o que ocorre nos regimes liberal-democráticos, isso implica a necessidade de concessões da classe dominante às classes subalternas, dos governantes aos governados. Portanto, nesses casos, o Estado – ainda que, em última instância, defenda interesses privados – precisa ter também uma dimensão pública, já que é preciso satisfazer demandas das classes trabalhadoras para que possa haver o consenso necessário à sua legitimação”. (COUTINHO, 2006, p.185).

<sup>4</sup> Para Poulantzas (1980, p. 161), “os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas”.

contradições existentes. Nesse sentido, os anseios, lutas e “conquistas” de significativa parcela da sociedade são: “ora efeitos das lutas, ora tentativa de desativamento antecipado dessas lutas por parte do Estado”. (POULANTZAS, 1980, p. 213).

No Brasil de 1930, a burguesia foi protagonista da transição de uma economia semicolonial, para uma economia, ainda agrária, mas em forte expansão industrial urbana. O desenvolvimento capitalista brasileiro se regulou de início, pelos interesses que nasciam da correlação de forças da burguesia com a oligarquia, ao que resultou como sabiamente nos disse Florestan Fernandes (2008), em uma “modernização do arcaico”, reproduzindo o modo de produção capitalista. Inicialmente com uma industrialização de caráter nacional até alcançar a atual subordinação ao capital financeiro, com fortalecimento para manutenção da hegemonia burguesa e repressão, subordinação, exploração e conformação da classe trabalhadora.

Ao Estado capitalista, impõe-se a complexa tarefa de formar um certo ‘homem coletivo’, ou seja, conformar técnica e eticamente as massas populares à sociabilidade burguesa” (NEVES; SANT’ANA, 2005, p. 26), assumindo seu papel de Estado educador, ao que os autores, citando Gramsci (2000, p.23), esclarecem:

O Estado educador, como elemento de cultura ativa, deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si, sem que, por isso, esse autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico” (NEVES; SANT’ANA, 2005, p. 26).

De acordo com Neves (2005), após o período de ditadura militar -1964/1985 – o processo de participação política da sociedade civil se ampliou consideravelmente. Dada assertiva serve tanto para o bloco de forças em torno do projeto burguês de sociabilidade, quanto para o bloco de forças em torno do projeto dos trabalhadores. Os blocos de forças passaram então a disputar a hegemonia tanto na aparelhagem estatal quanto na sociedade civil.

O aparelho do Estado não se configura mais como espaço privilegiado da classe dominante – a burguesia –, para perpetuação e manutenção do poder. A inversão também ocorre na sociedade civil, que não se constitui mais como espaço característico da classe trabalhadora para transformação social. Desta maneira, acentua Neves (2005), que o Estado, em sentido estrito, e sociedade civil perderam seu caráter homogêneo e dicotômico. Estes espaços, principalmente em tempos de neoliberalismo, não pertencem mais ao interesse único

de uma classe, mas são arenas de disputas heterogêneas e conflituosas de ambas as classes: burguesa e trabalhadora. Assim, a história da burguesia brasileira (1930-1989) foi

ao mesmo tempo, a história da apropriação burguesa do Estado, para induzir o processo de modernização capitalista e desenvolver estratégias com vistas a sua legitimação social, quer seja ampliando de forma segmentada os direitos de cidadania, quer seja inviabilizando a organização autônoma da classe trabalhadora” (NEVES, 2005, p. 87).

Nesse viés, a atuação da burguesia não se reduz mais ao Estado estrito senso, mas expande suas disputas hegemônicas também ao espaço da sociedade civil. Acaba por representar os interesses de diversas frações da sociedade, contanto que seu status de classe dominante prevaleça e permaneça inalterável. No entanto, a classe trabalhadora nem sempre pacífica e subordinada aos interesses burgueses busca difundir e consolidar uma proposta contra hegemônica de sociabilidade.

Ainda que correlações de forças sejam estabelecidas no âmbito do Estado e da sociedade civil, desde 1990, o bloco de forças que representa a classe trabalhadora na disputa pela hegemonia brasileira vem sendo enfraquecido e adaptado aos interesses burgueses. A partir deste período, de acordo com Neves (2005) a história da política brasileira “tem sido a história de recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia da burguesia brasileira” (p. 89). Com segmentos minoritários e pontuais ao que tange a representatividade da luta da classe trabalhadora nas mais diversas áreas. No que se refere à educação foi um período de

difusão da ideologia da qualidade total, da transformação dos dirigentes em gestores educacionais, do começo do sucateamento da educação superior pública e da transformação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), de órgão contestador das políticas oficiais, nos anos finais da ditadura militar e nos anos de abertura política, em instrumento difusor das políticas neoliberais para a educação básica” (NEVES, 2005, p. 92).

Os anos de 1990 é o marco para introdução, aprofundamento e consolidação do desenvolvimento neoliberal no Brasil, com a reorganização política da burguesia que redefiniu as relações de poder ao superar a fase desenvolvimentista do país e recuperou sua hegemonia como classe dominante e dirigente. Assim encaminhou o Brasil para abertura ao projeto neoliberal, que teve como terreno preparatório para as ações neoliberais os governos de Fernando Collor e Itamar Franco (1990-1994), contudo se consolidou no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

A subordinação do Brasil aos interesses da agenda neoliberal tendeu a um “encolhimento ainda maior dos fundos públicos, acarretando maior redução das conquistas

sociais válidas para o conjunto da população, tanto aquela que trabalha quanto a que não encontra emprego” (ANTUNES, 2015, p. 51).

Entende-se que foi a partir de 1994, com o governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC-, que o processo neoliberal teve seu ápice no Brasil, com total sintonia com a burguesia nacional e internacional. Foi o momento das reformas nas mais diversas áreas sociais e, assim, “deu-se início a um processo de privatização de empresas e bancos estatais que fez com que parte significativa do patrimônio público brasileiro fosse entregue à iniciativa privada” (MELO; FALLEIROS, 2005, p. 177).

Essas estratégias eram justificadas diante da suposta constatação de que a crise do Estado era decorrente da forte burocracia e regulação estatal, com a apologia do mercado como regulador em substituição ao Estado. O mercado era eficiente e deveria regular os ditames sociais. É notória a transferência de responsabilidade pelas crises ao Estado protetor e regulador, isentando as relações de produção capitalista. O Estado em crise deveria ser reformado e afastado diretamente dos serviços sociais, permanecendo como regulador dos serviços.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva – LULA (2003-2010) – à presidência da república, como representante da classe trabalhadora, não rompeu com o projeto neoliberal no Brasil, em que predominou mais movimentos de continuidades que de rupturas com o neoliberalismo. Como continuidade da política neoliberal, manteve os acordos firmados entre o Brasil e os países de capitalismo central. Também é a partir desse governo (LULA), que tem sua continuidade com o governo Dilma Roussef que se destacaram os programas de absorção da classe trabalhadora para qualificação e requalificação da sua força de trabalho. Nesse sentido, criou-se a necessidade de políticas sociais compensatórias para classe trabalhadora, como o Pronatec, por exemplo.

O Pronatec responde de maneira satisfatória ao modelo de desenvolvimento que, ao “invés de subordinar o desenvolvimento à solução dos problemas fundamentais da população subordina as políticas sociais a padrões de desenvolvimento sob a hegemonia do capital financeiro” (RAMOS, 2014, p.12). Cooptando as demandas da classe trabalhadora, por meio da materialização das políticas sociais de Estado.

Esta contextualização partiu da necessidade de, antes de adentrarmos a análise específica do PRONATEC, compreendermos as correlações de forças histórico-sociais do país e as adequações a que é subordinada a classe trabalhadora para manutenção da ordem capitalista estabelecida.

No capítulo que segue será analisado o processo de implementação do Pronatec e seus desdobramentos para classe trabalhadora no que concerne a educação profissional. O ponto de partida será a Lei 12.513/11, compreendendo-a como um reflexo das lutas políticas da sociedade, bem como histórica, contraditória e dialética.

### 3 PRONATEC: tecendo compreensões, aproximações e relações

“Mudando” a toda hora sem mudar a realidade

(NOSELLA, 1989. p. 40)

O Pronatec, como política de qualificação profissional atual do país, será analisado e problematizado, para que possamos compreendê-lo para além de suas metas e objetivos estabelecidos.

Para compreensão da implementação do Pronatec, empreendemos uma análise de fontes documentais, compostos por documentos de caráter normativo relacionado ao Pronatec, dentre os quais, destacam-se: leis, decretos e resoluções, entre outros citados ao longo do texto. Outros documentos, de diferentes órgãos e instituições, também nos permitiram analisar e contextualizar o programa: Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); Relatório de Auditoria Anual de Contas da SETEC do ano de 2013, elaborado pela Controladoria Geral da União (CGU) em 2014.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é um programa executado pela União, instituído no governo Dilma Rousseff em outubro de 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”. (BRASIL, 2011, p. 1). Dos seis objetivos, três estão voltados para expansão e ampliação da formação e qualificação profissional, ao que se lê:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013). (BRASIL, 2011, p. 1).

Anteriormente a instituição do Pronatec, a Exposição de Motivos Interministerial nº 19, de 28.04.2011, com a proposta de Projeto de Lei, afirmou ser o objetivo central da proposta “oferecer oportunidade de formação profissional aos trabalhadores e jovens

estudantes brasileiros, criando condições favoráveis para sua inserção ao mercado de trabalho” (BRASIL, 2011, p. 1). Para assim enfrentar, segundo o documento, um dos maiores desafios para a continuidade do crescimento econômico do Brasil - “falta de mão-de-obra qualificada” (BRASIL, 2011). Os profissionais precisam se adaptar às mudanças constantes do mundo do trabalho o que produzirá “impactos positivos no desenvolvimento econômico do país, notadamente prejudicado pela ausência de mão-de-obra qualificada e apta a acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas e produtivas” (BRASIL, 2011, p. 2).

Ainda, conforme o documento, o crescimento econômico do país aumenta a demanda por qualificação entre os trabalhadores “cujo sucesso no trabalho depende cada vez mais de novas habilidades” (BRASIL, 2011, p. 2). E como alternativa para entender esse público, sugere a necessidade de expansão da qualificação profissional.

O documento reforça também que a oferta dos cursos FIC até então era tímida para atender o quantitativo da força de trabalho existente. Demanda que se acentua entre os brasileiros de menor renda que, na maioria dos casos, sequer chegaram a cursar e/ou concluir o ensino médio e àqueles beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, que não concluíram nem o ensino fundamental. Declaram que:

este Governo, ciente de seu papel, reconheceu a necessidade de enfrentamento do problema, anunciando como uma das primeiras medidas a serem adotadas a criação de um amplo programa de acesso à formação profissional. O PRONATEC nasce como estratégia não só para resolver a questão dos gargalos de mão-de-obra, mas também como instrumento de melhoria da qualidade da educação, especialmente para os estudantes do ensino médio, bem como de inclusão social (BRASIL, 2011, p. 2).

Os programas de educação profissional fazem uso da categoria inclusão com a prerrogativa de incluir os desempregados e a população em situação de risco social ao mundo do trabalho. Quando destacam a inclusão social do ponto de vista do mercado, não superam o âmbito da inclusão concedida, ou como denominou Kuenzer (2008): inclusão excludente, sempre subordinada à lógica da acumulação, ou seja, ao considerar a centralidade do trabalho na sociedade capitalista, subordinam-se as formas de inclusão concedidas às demandas da acumulação flexível, com suas várias estratégias de exclusão do mercado formal, em que os direitos trabalhistas antes assegurados são substituídos por estratégias precárias de inserção ao mundo do trabalho. Para a autora,

assim é que trabalhadores são desempregados e re-empregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou re-integrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado. É importante destacar que esta é

a lógica das novas relações entre capital e trabalho em tempos de mundialização do capital e reestruturação produtiva, viabilizadas por Estados de tipo neoliberal (KUENZER, 2005, p. 14).

Sob a ótica do mercado, os trabalhadores são excluídos de seus postos de trabalhos, considerados “seguros”, para serem incluídos em postos de trabalhos precarizados e sem nenhuma garantia trabalhista.

A formação parece encaminhar-se para um trabalho precarizado, emanado por um discurso de democracia e ampliação de oportunidades educacionais e sociais. Em realidade, o que se verifica é um crescente número de pessoas incluídas nos cursos do Pronatec, a partir de processos educativos também precarizados e aligeirados que certificam, mas não asseguram inclusão nem a permanência no mundo do trabalho.

A esta lógica de mercado, que Kuenzer denominou de exclusão includente, corresponde à outra lógica, no âmbito educacional, que se relacionam dialeticamente, como assinalado pela autora, como inclusão excludente, com suas estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar (propedêutica ou profissional), as quais se adaptam as demandas capitalistas, como bem menciona Kuenzer,

em resumo, do lado do mercado, um processo de exclusão includente, que tem garantido diferenciais de competitividade para os setores reestruturados através da combinação entre integração produtiva, investimento em tecnologia intensiva de capital e de gestão e consumo precarizado da força de trabalho. Do lado do sistema educacional e de educação profissional, um processo de inclusão que, dada a sua desqualificação, é excludente e, exatamente por isso, alimenta as cadeias produtivas com competências que são consumidas diversamente e, de modo geral, predatoriamente (KUENZER, 2007, p. 493).

Um contingente de trabalhadores precariamente “formados”, que têm sua força de trabalho direcionada também para postos de trabalhos precarizados e desestruturados. Por certo, ou são (re) colocados em péssimas condições de trabalho (subcontratação, trabalho temporário, trabalho terceirizado, entre outros), ou são excluídos desse processo, assegurando a lógica capitalista.

Compreendemos que o que define a inserção profissional ou não do trabalhador, não é a sua qualificação profissional, mas a demanda imposta e definida pelo sistema em certo contexto, com suas variações constantes. Em dado momento, o trabalhador pode se encontrar em uma situação de inclusão e, posteriormente de exclusão, que pode ser a curto ou longo prazo. Assim não é o tipo de qualificação profissional que determina a inclusão ou exclusão do trabalhador ao mundo do trabalho, como reconhece Kuenzer “estar incluído a partir de uma dada qualificação não assegura que não esteja excluído em outros momentos e vice-versa” (2007, p.404), mas sim as determinações do sistema produtivo.

Não pretendemos com isso desmerecer ou mesmo desqualificar a necessidade de formação profissional, principalmente se é de qualidade, mas demonstrar que ela não assegura nem determina a inclusão social, e sim as demandas do processo produtivo que, em determinado momento, pendem para um tipo de força de trabalho, mais ou menos escolarizadas, e em outro momento os excluem. Cabe, portanto, ao trabalhador se adaptar a instabilidade do sistema capital.

A Exposição de Motivos Interministerial acima citado nega esta relação de predomínio do capital, por certo se refere ao programa como capaz de suprir a mão-de-obra qualificada necessária para o desenvolvimento do país e como um instrumento de inclusão social para as camadas mais pobres da população. O Projeto de Lei proposto, expresso na Exposição de Motivos Interministerial nº 19, de 28.04.2011,

[...] representa medida de extremo impacto que contribuirá para a melhoria da qualidade da formação e qualificação profissional, representando uma política de inserção social a milhões de jovens e trabalhadores brasileiros, oferecendo a eles a oportunidade de participação no desenvolvimento do país (BRASIL, 2011, p. 4-5).

Com a vigência do Pronatec a partir de 2011, a educação profissional ofertada por meio do programa, ficou assim determinada: a) formação inicial e continuada ou qualificação profissional com duração mínima de 160 horas (BRASIL, 2011); b) educação profissional técnica de nível médio com duração mínima de 800 horas (SETEC, 2013).

Quanto ao público alvo destes cursos, têm-se os seguintes grupos:

- I- estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II - trabalhadores;
- III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e
- IV - estudantes que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral (BRASIL, 2011).

Como intuito de qualificar os grupos atendidos, a legislação, que institui o Pronatec, prevê que o programa também deve atender aos agricultores familiares, aos silvicultores, aos aquicultores, aos extrativistas e aos pescadores. O programa deve ainda contemplar a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, além de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda (BRASIL, 2011).

As especificidades do público-alvo atendido pelos cursos do Pronatec acabam por integrar um grupo social bem mais amplo que os determinados inicialmente, principalmente,

quando não há o preenchimento total das vagas ofertadas, e estas são direcionadas a comunidade em geral, sem um perfil previamente definido.

O Pronatec também marca presença em ações já existentes e relacionadas à educação profissional como: a) Programa Brasil Profissionalizado; b) Rede e-Tec Brasil; c) Expansão da Rede Federal de Educação Profissional; d) Acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais; e Bolsa-Formação (BRASIL, 2011). Dessas ações, apenas a Bolsa-Formação, surge com a criação do programa, os demais programas eram anteriores e foram incorporados pelo Pronatec. Também articula ações com o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e a oferta da bolsa-formação, nas modalidades: Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador.

Quanto à expansão física da rede, deixou de ser a principal estratégia de expansão da educação profissional e tornou-se parte do programa. No governo Dilma, a meta do governo para a educação profissional passou a ser a expansão do número de vagas em cursos técnicos, quando, no governo Lula, priorizou-se a expansão da infraestrutura física da rede federal.

Em conformidade com sua finalidade e com seus objetivos, as ações do Pronatec são, em grande parte, desenvolvidas para ampliação de vagas da educação profissional e para expansão das redes federais, estaduais e dos serviços nacionais de aprendizagem; expansão da educação profissional na modalidade de educação à distância; ampliação que deve estimular a participação de pessoas com deficiência, de povos indígenas, quilombolas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferências de renda (BRASIL, 2011).

Tais finalidades e objetivos serão cumpridos em regime de colaboração entre

[...] a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicada à educação profissional e tecnológica. (BRASIL, 2011, p.2).

A relação com a educação básica aparece no III objetivo do programa, com o intuito de “contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional (BRASIL, 2011, p. 1)”. Porém, não deixa claro como se desenvolverá essa articulação.

Ao estabelecer a educação profissional como tendo o caráter de complementaridade à educação básica, o MEC desarticulou o ensino acadêmico do profissional. Desdobra-se desta ação que a oportunidade mais rápida de profissionalização é destituída dos conteúdos considerados, pelo próprio MEC, como necessários à aquisição das competências requeridas para a formação de um cidadão. Além disso,

a certificação da qualificação profissional não permite aos seus portadores ingressarem no ensino superior, pois este acesso é reservado exclusivamente àqueles que concluíram o ensino médio (OLIVEIRA, 2003, p. 30-31).

O programa segue na contramão da integração entre o ensino médio e a educação profissional, predominando a modalidade concomitante e os cursos de curta duração, estes últimos recebendo maior destaque e investimento desde a implementação do programa.

Silva (2012), sinalizando a discussão da formação profissional de jovens e alunos trabalhadores a partir do Pronatec, considera que esse programa não propicia a elevação da escolarização dos trabalhadores, uma vez que as ações priorizam a oferta de cursos de curta duração. Dessa forma, "põe em curso a prática de treinar para o trabalho, sem compromisso com a realização da educação em todas as suas dimensões" (SILVA, 2012, p.13).

A criação do Pronatec alterou ações anteriormente desenvolvidas pelo governo federal à época de sua criação. Modificou os seguintes documentos legais: a) Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); b) Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio; c) Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o FIES; e d) Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

Tratando-se do financiamento público, o Pronatec destina boa parte do fundo público – o FAT – para reprodução do capital em instituições privadas de ensino para qualificação profissional. Nesse viés é criado junto com o Pronatec o Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação profissional, para promover a articulação e avaliação dos programas de formação e qualificação profissional na esfera pública, de acordo com o Decreto nº 7.855 de 2012. O Conselho Deliberativo do Pronatec é vinculado ao MEC, que representa a unidade central de governança do Programa, constituindo-se em seu principal elemento.

Em relação ao Pronatec Bolsa-Formação, o Conselho deve zelar para que as interações entre o responsável pela Bolsa-Formação (MEC) e seus administradores (parceiros demandantes e ofertantes) ocorram de forma eficaz e transparente. O Conselho Deliberativo deve atuar como guardião do objeto social do Pronatec, em geral, e do Pronatec Bolsa-Formação, em específico, e deve decidir de acordo com os interesses da política de educação profissional (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014, p.22).

Embora criado no âmbito do Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE é parceiro demandante do Pronatec desde 2011, em razão da qualificação dos beneficiários do seguro-desemprego, e em 2013 foi efetuado um acordo entre MTE e MEC

para possibilitar a qualificação de milhares de pessoas, por meio de formação técnica a partir de 2014. Com o acordo, o MTE passou a exercer papel predominante de demandante dos cursos de qualificação profissional, que eram executados pelo Pronatec por meio de repasse direto às instituições de formação técnica.

Os cursos do Pronatec, muitas vezes, são mecanismos de concessão para recebimento do seguro desemprego. Fato que se verifica com o Decreto 7.721, de 16 de abril de 2012, que exige a frequência em algum curso de formação profissional, caso o trabalhador tenha se beneficiado do seguro-desemprego pela segunda vez em 10 anos. Conforme o decreto:

Art. 1º O recebimento de assistência financeira pelo trabalhador segurado que solicitar o benefício do Programa de Seguro-Desemprego a partir da segunda vez dentro de um período de dez anos poderá ser condicionado à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, habilitado pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 18 da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com carga horária mínima de cento e sessenta horas. (Redação dada pelo Decreto nº 8.118, de 2013). (BRASIL, 2012, p. 1).

Contudo, uma não articulação entre o MTE e o MEC, no direcionamento dos trabalhadores aos cursos, muitas vezes desconectados da trajetória profissional do trabalhador, não contribuirá com a (re) inserção dos trabalhadores desempregados aos postos de trabalho.

Embora se articule com as políticas de transferência de renda e emprego, como consta no último objetivo do programa: “estimular a articulação entre política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda” (BRASIL, 2011, p. 1), cabe ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) “a realização do repasse dos recursos às redes ofertantes de educação profissional” (BRASIL, 2011, p. 18), sob a solicitação de descentralização da SETEC/MEC às instituições habilitadas.

Com relação ao MEC, este é responsável pelo planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação da política. O FNDE é responsável pelo financiamento das bolsas-formação. A análise da prestação de contas é realizada de forma compartilhada: o MEC executa a análise técnica; e o FNDE, a análise financeira da prestação de contas. O FNDE transfere recursos às redes não federais de educação e, em cumprimento às normas da contabilidade pública da União, transfere o orçamento às redes de ensino federais, via SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira).

Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, as redes de ensino estaduais, municipais e privadas recebem os recursos financeiros em conta específica, por ordem bancária, diferente das instituições federais de educação (Institutos Federais e Universidades Federais), que

recebem créditos orçamentários, na forma de “provisão” (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014).

Em síntese, a execução do Pronatec ocorre em 8 etapas: (1) pactuação entre demandantes e ofertantes, mediada e homologada pela SETEC; (2) transferências às redes ofertantes realizadas pelo FNDE; (3) oferta de turmas pela rede ofertante; (4) pré- matrícula realizada pela rede demandante ou diretamente pelo candidato à bolsa- formação no SISTEC; (5) matrícula realizada pela rede de ensino; (6) realização do curso e emissão dos certificados; (7) conciliação das vagas no momento da prestação de contas; e (8) monitoramento e avaliação realizada pela SETEC (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014).

A Lei que regulamenta o Pronatec sofreu algumas alterações desde 2011, bem como alterou algumas leis preexistentes. São muitos decretos, portarias e medidas provisórias que a alteraram, mas a ênfase na ampliação e democratização da educação profissional é bem aparente e será alvo de nossa próxima discussão.

### **3.1 Pronatec: ampliação e democratização da educação profissional**

O Pronatec reedita o caráter salvacionista que é dado à qualificação profissional e reforça o consenso desse tipo de educação, responsabilizando “a má qualificação dos trabalhadores pelos altos índices de desemprego” (OLIVEIRA, 2003, p.23).

Dessa forma, a qualificação profissional disponibilizada aos trabalhadores nega o acesso à educação básica formal, configurando-se, como elucida Cêa (2003, p, 252), em “[...] um aprisionamento dos mesmos ao trabalho simples, precário e desvalorizado nas relações de produção”. O que resta a grande massa de trabalhadores é uma formação superficial, para desenvolver atividades subalternas e precárias, quando muito, posto que os cursos não têm a competência de criar e/ou garantir empregos. Quiçá, com muita sorte, lhes seja vislumbrado o trabalho precário, simples e informal, o que, provavelmente seria alcançado, sem a constante e eterna qualificação profissional em evidência.

O programa se amplia permeando outros programas já existentes e a criação da Bolsa-Formação, com o discurso da expansão e democratização da educação profissional. Expansão acompanhada de uma qualificação precarizada, aligeirada e superficial para os trabalhadores. São ofertados muitos cursos em muitas instituições, porém, em sua maioria cursos de curta duração, em que lhes são conferidos certificados, com conhecimentos aligeirados e superficiais. Bezerra, ao problematizar o conhecimento na sociedade capitalista, esclarece-nos que

o valor do conhecimento na modernidade capitalista, é determinado pelo metabolismo do capital, a forma de conhecimento mais valiosa é o conhecimento produzido e apropriado profissionalmente. Consequentemente, a organização social do conhecimento, se orienta, teologicamente pelo conhecimento-profissional, conhecimento-mercadoria (2009, p. 54).

Os indivíduos, para se inserirem nas relações de produção, precisam se apropriar de alguma mercadoria, como um certificado institucional, assim personificam uma profissão por meio de uma certificação, que lhe confere um conhecimento particular.

O certificado profissional “simboliza a apropriação de conhecimentos demandados pelo capital [...]. A quantidade de profissionais determina o preço da venda da força de trabalho e os custos de produção dos empreendimentos capitalistas” (BEZERRA, 2009, p. 54).

Tratando-se do Pronatec, que tem sua formação concentrada nos cursos FIC, “consegue qualificar a força de trabalho desempregada, semiescolarizada e semidesqualificada; mantém-na ocupada em cursos de curta duração, reacendendo a esperança de um novo emprego” (PAZ, 2011, p. 84).

Mas essa qualificação não acompanham os avanços científico-tecnológicos que demandam qualificação da força de trabalho, ao mesmo tempo em que desemprega expressivamente um contingente de trabalhadores. Seja pela flexibilização do trabalhador, que assume diversas funções em seu local de trabalho e/ou pela introdução das novas tecnologias na produção, reduzindo drasticamente o quantitativo de trabalhadores e, excluindo, principalmente os trabalhadores que executam os trabalhos mais simples e com menos escolaridade.

Assim, para Neves (2005, p. 20) “a complexificação da divisão social do trabalho exige, pois, não só a expansão da escolaridade mínima, para além do nível fundamental de ensino, mas também a multiplicação dos campos do saber a serem aprofundados”.

A diferenciação educacional, que segue a lógica da divisão social e técnica do trabalho (educação profissional para os trabalhadores e propedêutica para a classe burguesa), define o caráter antidemocrático da escola, quando corresponde para cada classe social um tipo de educação que perpetua “o privilégio do exercício das funções intelectuais e diretivas” (KUENZER, 2000, p. 34), em detrimento de uma formação, sem expectativas de mudanças nas relações sociais, para classe trabalhadora.

A autora, ao tratar da expansão das escolas profissionais, compreende que este processo não representa um avanço democrático, mas sim como perpetuador das diferenças sociais.

Por permitir uma relativa mobilidade social pela qualificação profissional, cria-se uma falsa impressão de democratização, uma vez que a dificuldade de acesso aos níveis mais altos do sistema de ensino, a par da origem de classes, delimita como alternativa máxima a formação em cursos profissionais voltados para a aquisição apenas de formas operacionais (KUENZER, 2000, p. 34).

O tipo de educação básica e/ou profissional disponível aos jovens e trabalhadores, se não destrói imediatamente, o faz em doses homeopáticas, com relações sociais cada vez mais desiguais e desumanas e com tendências cada vez mais destrutivas para classe trabalhadora. Mesmo quando disfarçada pelo discurso da expansão, interiorização e democratização. Para Oliveira,

[...] uma maior democratização do processo educacional não se dá pelo aumento quantitativo da oferta de cursos profissionalizantes ou pela flexibilização dos requisitos para passar pelo processo de qualificação escolar. Como mostra Kuenzer (1997), a verdadeira democracia se estende pela possibilidade de os alunos – sejam oriundos de quaisquer classes sociais – desfrutarem de uma escola que articule igualmente o conhecimento prático e teórico, possibilitando assim, no futuro, aos setores populares, dispor de conhecimentos diversos que lhes permitam exercer, em melhores condições intelectuais, a sua cidadania (2003, p. 88).

O movimento de expansão do capital impossibilita cada vez mais aos trabalhadores qualquer garantia de manter seus empregos e/ou alcançar novos postos de trabalho, independente da sua formação básica e/ou qualificação profissional, predominando sobre a classe trabalhadora o seu lado mais perverso.

Não se pode assegurar uma relação causal estabelecida entre o aumento da qualificação dos trabalhadores, o maior acesso a empregos e a superação da condição de país subdesenvolvido do Brasil. Faz-se necessário esclarecer que a pobreza, o desemprego e a baixa escolaridade da população brasileira não são a causa do subdesenvolvimento do país, mas sim a relação subalterna que o Brasil conserva em relação às demais nações desenvolvidas, quanto das contradições do próprio modo de produção capitalista contemporâneo.

Uma das contradições, que podemos citar como exemplo, é a demanda crescente por trabalhadores mais qualificados frente aos processos de formação profissionais cada vez mais aligeirados e superficiais. Por um lado, os trabalhadores são impelidos na busca constante de novas oportunidades de qualificação profissional e, por outro, há o estímulo ao crescimento de vagas de qualificação profissional, criando um comércio de formação profissional.

Ainda que a qualificação profissional proporcione a uma parcela de trabalhadores a obtenção de um “emprego” ou aumentar sua remuneração, não acaba com o desemprego em

massa, pois ele não é decorrente da inadequação do trabalhador aos postos de trabalho, mas do modo de produção capitalista.

Historicamente, a inclusão de trabalhadores ao mundo do trabalho por meio da qualificação profissional se faz presente nos programas e políticas de qualificação profissional, com concepções sempre subordinadas às demandas do processo de acumulação. Por isso, as ações da política de educação profissional dirigidas à inclusão social são uma forma de inclusão excludente, como bem colocou Kuenzer (2007). Para a autora, no regime de acumulação flexível, os desempregados e populações em situação de risco social, ou a parcela de trabalhadores desempregados, conhecem dois processos que mantêm uma relação dialética entre si. Como afirma:

[...] do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, se estabelece um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas 'professadas' na direção da democratização, aumenta-se a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas se precarizam os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão nem permanência (KUENZER, 2007, 492-493).

Dessa forma, a não garantia de ingresso e/ou reingresso no emprego formal e estável significa “ser jogado numa grande multidão de desempregados que consegue sobreviver, quase que exclusivamente, em função do mercado informal” (OLIVEIRA, 2003, p. 71). O trabalhador precisa estar preparado para o “desemprego, o subemprego ou o trabalho autônomo” (RAMOS, 2012, p. 37).

A democratização e expansão proposta pelo Pronatec se apresentam ao trabalhador brasileiro, principalmente, com uma ampliação acompanhada da predominância de cursos básicos, de curta duração e que exigem pouca escolaridade. Como bem nos explica Frigotto (2001, p. 72), é “tempo de ampliação do desemprego, da precarização do trabalho e de uma situação de permanente angústia e insegurança aqueles que, para sobreviver, têm apenas sua força de trabalho para vender”.

Os cursos de qualificação profissional ofertados pelo Pronatec certificam o trabalhador para determinada especificidade, porém, dependendo dos cursos (Brincante de Rua, operador de áudio, confeccionador de bijuterias, artesão em bordado a mão, assistente de coreógrafo, desenhista de moda, costureiro, idiomas básico e intermediário, mestre de cerimônias, operador de telemarketing, operador de computador, artesão de bijoias, regente de banda,

artista circense, recepcionista em meios de hospedagem, operador de telemarketing, canto popular, florista, vitrinista, entre outros)<sup>5</sup>, pouco alteram a condição social dos trabalhadores.

Os cursos aqui listados são ofertados pela Escola Técnica de Artes – ETA/UFAL. Ao que se percebe, com a adesão ao Pronatec, a ETA estendeu seus cursos, antes voltados para o campo das artes, a outras áreas, como hospedagem, turismo, idiomas, eventos, computação, entre outros. Como *locus* desta pesquisa, a ETA e a sua relação com o Pronatec serão discutidos no tópico a seguir.

### **3.2 O Pronatec no contexto da ETA: algumas reflexões**

Em Alagoas, o programa do governo federal é coordenado pela Secretaria Estadual de Educação (SEE) e tem como parceiros o Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e instituições privadas de ensino superior. Tais instituições ofertam cursos técnicos e de curta duração, nas formas integral, concomitante e subsequente.

Embora o leque de instituições em parceria com o Pronatec para qualificação e formação do trabalhador seja amplo, a pesquisa parte da experiência de ações desenvolvidas na ETA/UFAL, por ser esta uma parceira pública na oferta dos cursos FIC desde o início da execução do programa em Alagoas/Maceió, em 2012.

A Escola Técnica de Artes vinculada à UFAL pertence ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes e foi criada por meio da Resolução nº65/2006 do Conselho Universitário da UFAL (CONSUNI/UFAL) em 06 de novembro de 2006. Tem como área de atuação o ensino médio subsequente, ensino profissional técnico e prestação de serviços para a comunidade escolar e geral no campo das Artes.

A Escola Técnica de Artes eleger como uma das suas principais metas a aproximação Escola-Comunidade como forma de estreitar as relações entre a formação técnica escolar e o mercado de trabalho. Além disso, realiza parcerias com os órgãos de cultura e entretenimento, elabora programas de apoio ao processo de aprendizagem, bem como presta serviços no campo das Artes e da Cultura.

Seu trabalho pedagógico fornece as competências, habilidades e atitudes que contribuam para a formação geral do educando na área de saber das Artes, de acordo com o

---

<sup>5</sup> Alguns cursos ofertados pelo Pronatec/ETA no período de 2011 a 2014.

Projeto Pedagógico de cada Curso, tanto para o mundo do trabalho como para o efetivo exercício da cidadania, com organização curricular própria e independente do Ensino Médio, conforme Decreto 5.154 de 2004, que dispõe sobre a oferta de Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Tem como missão promover o ensino das linguagens artísticas com qualidade técnica, no Teatro, Dança, Música e Artes Visuais e naquelas que vierem a ser criadas, formando um cidadão e uma cidadã com amplos conhecimentos artísticos, humanísticos, científicos e tecnológicos que garantam a competência profissional e o exercício efetivo da cidadania, desenvolvendo uma ação educativa no campo das Artes e da Cultura (ETA/UFAL, 2015) <sup>6</sup>.

A expansão da qualificação profissional por meio do Pronatec alcançou os espaços da ETA, que antes eram voltados para cursos de Artes, como explicitado em sua meta, missão e trabalho pedagógico.

Uma expansão da qualificação profissional, que faz uso das estruturas educacionais (públicas e privadas) existentes. Portanto, nada mais confortável que usar essas estruturas para “oferecer esta modalidade de educação do trabalhador, barata, aligeirada e ineficaz; contudo, a própria reestruturação produtiva já tem claro que sem uma boa formação básica não se faz educação profissional” (KUENZER, 2000, p. 80).

Diante da demanda social do Pronatec, a ETA precisou adaptar cursos, antes não existentes, ao seu currículo e projeto político pedagógico. Cursos não ligados diretamente as Artes e de curta duração (mínimo de 160 horas) no âmbito da Bolsa-Formação trabalhador.

Por certo, que o MEC necessita do espaço já construído, para consolidar sua ampliação na oferta de cursos. Conseqüentemente, para ETA, os recursos advindos desse programa são bem vindos, principalmente, em uma instituição pública, tão carente de apoio financeiro. O MEC determina e as instituições executam sem muito questionamento.

A ETA consolidou a expansão dos cursos de qualificação profissional de curta duração não apenas em Maceió, estendendo-se a outros municípios e em outros espaços educacionais, como escolas municipais e estaduais na oferta de seus cursos. Como parceiro ofertante, a ETA em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SEE) vem ofertando seus cursos em unidades remotas<sup>7</sup>.

Os cursos, voltados ou não para artes, segue o guia Pronatec de cursos FIC, determinado pelo MEC, podendo, a pedido da instituição e da autorização do MEC, em

---

<sup>6</sup> Informações disponíveis em: <http://www.etaufal.com/p/perfil.html>.

<sup>7</sup> São consideradas unidades remotas os locais utilizados pelos parceiros ofertantes para a oferta de cursos que não fazem parte da sua estrutura física permanente, visando expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional (BRASIL, 2015, p. 12).

encontros com representantes das instituições, sofrerem algumas adaptações, mas prevalece a oferta de cursos que constam no guia.

Este teve sua última atualização em 2013 e tem como parceiros demandantes: a Secretaria Estadual de Educação de Alagoas, Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Turismo, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Cultura, o Ministério da Justiça (sistema prisional) <sup>8</sup>.

Todos os cursos, ofertados pela ETA, são do âmbito da Bolsa-Formação trabalhador, com duração mínima de 160 horas e seguem o formato de cursos voltados para formação do trabalho simples, sem muita exigência do trabalhador, tanto em seu nível de escolaridade quanto na formação que lhe é ofertada. De acordo com a instituição, os cursos do Pronatec tiveram início em 2011, com cursos variados e presente em alguns municípios de Alagoas. A instituição nos forneceu um levantamento sobre os cursos ofertados de 2011 até 2014, em que consta o curso, a cidade, o número de matriculados e de concluintes.

#### Quadro 1 – Levantamento dos cursos do Pronatec ofertados pela ETA de 2011 a 2014

(continua)

Ano	Curso	Cidade	Matriculados	Concluintes
2011	Locutor e apresentador	Maceió	14	14
2011	Recepcionista de eventos	Maceió	25	25
2011	Vitrinista	Maceió	24	18
2011	Fotógrafo	Maceió	11	11
2012	Disc Jôquei	Maceió	24	13
2012	Fotógrafo	Maceió	26	17
2012	Maquiador	Maceió	24	16
2012	Mestre de Cerimônias	Maceió	40	23
2012	Operador de Telemarketing	Maceió	35	17
2012	Recepcionista de eventos	Maceió	27	15
2012	Vitrinista	Maceió	30	16
2012	Artesão em bordado à mão	São Miguel dos Campos	22	14
2012	Artesão em pintura de tecido	São Miguel dos Campos	18	17
2012	Artesão de Biojoias	Coruripe	25	25
2012	Vitrinista	São Miguel dos Campos	30	16
2012	Maquiador	São Miguel dos Campos	26	15
2013	Auxiliar de Cenotecnia	Maceió	28	28
2013	Cantor Popular	Maceió	28	22

<sup>8</sup> Informações fornecidas pela coordenação da ETA/UFAL.

**Quadro 1 – Levantamento dos cursos do Pronatec ofertados pela ETA de 2011 a 2014**

(continuação)

Ano	Curso	Cidade	Matriculados	Concluintes
2013	Cerimonialista e mestre de cerimônias	Maceió	25	26
2013	Costureiro	Maceió	26	25
2013	Desenhista de Moda	Maceió	28	19
2013	Disc Jôquei	Maceió	30	18
2013	Espanhol Básico M1	Maceió	23	21
2013	Espanhol Básico M2	Maceió	22	19
2013	Espanhol Básico N	Maceió	21	21
2013	Espanhol Intermediário	Maceió	14	14
2013	Inglês básico M	Maceió	28	28
2013	Inglês básico T1	Maceió	30	23
2013	Inglês básico T2	Maceió	22	22
2013	Inglês Intermediário	Maceió	25	15
2013	Músico de Banda M	Maceió	22	20
2013	Músico de Banda T1	Maceió	49	33
2013	Músico de Banda T2	Maceió	23	23
2013	Músico de Orquestra M1	Maceió	27	21
2013	Músico de Orquestra M2	Maceió	15	13
2013	Operador de áudio N1	Maceió	30	29
2013	Operador de áudio N2	Maceió	24	24
2013	Operador de Computador	Maceió	27	20
2013	Recepcionista em meios de hospedagem M1	Maceió	27	27
2013	Recepcionista em Meios de Hospedagem M1	Maceió	26	22
2013	Regente de Coral	Maceió	22	22
2013	Vitrinista	Maceió	28	25
2013	Músico de Banda	Santa Luzia do Norte	33	33
2013	Músico de Banda	Coqueiro Seco	15	11
2013	Músico de Banda N1	Arapiraca	29	29
2013	Músico de Banda N2	Arapiraca	23	22
2013	Artesão em Bordado à mão	São Miguel dos Campos	18	13
2013	Recepcionista em meios de hospedagem	Penedo	26	26
2013	Artesão de Biojoias T1	Coruripe	24	24
2013	Artesão de Biojoias T2	Coruripe	26	25
2013	Operador de Computador	Maceió	30	27
2013	Agente de Proteção Social Básica	Rio Largo	20	20
2013	Músico de Banda	São Miguel	19	13
2013	Assistente de Coreógrafo	São Miguel	26	25
2013	Brincante de Rua	São Miguel	25	25
2013	Inglês básico	São Miguel	28	28
2013	Operador de Computador II	Maceió	26	26

**Quadro 1 – Levantamento dos cursos do Pronatec ofertados pela ETA de 2011 a 2014**

(continuação)

Ano	Curso	Cidade	Matriculados	Concluintes
2013	Músico de Banda T1	Marechal Deodoro	14	14
2013	Músico de banda T2	Marechal Deodoro	21	21
2013	Músico de banda T3	Marechal Deodoro	22	14
2013	Operador de áudio	Ciridião Durval	14	13
2014	Agente de informações turísticas	Maceió	26	21
2014	Artista circense	Maceió	10	8
2014	Assistente de coreografia	Maceió	24	16
2014	Assistente de produção cultural	Maceió	20	20
2014	Auxiliar administrativo	Maceió	19	13
2014	Camareiro em meios de hospedagem	Maceió	26	23
2014	Cerimonialista e Mestre de cerimônias	Maceió	25	23
2014	Desenhista de moda	Maceió	20	15
2014	Espanhol Básico	Maceió	13	12
2014	Espanhol Intermediário	Maceió	13	13
2014	Inglês básico	Maceió	14	11
2014	LIBRAS	Maceió	20	20
2014	Músico de Banda	Maceió	22	19
2014	Operador de áudio	Maceió	19	17
2014	Operador de gravação de áudio	Maceió	20	18
2014	Regente de banda	Maceió	26	21
2014	Artesão de bijóias	Palmeira dos índios	32	22
2014	Artesão de bordado à mão	Palmeira dos índios	35	27
2014	Confeccionador de bijuterias	Palmeira dos índios	24	19
2014	Músico de Banda	Palmeira dos índios	26	22
2014	Locutor, apresentador e animador	Penedo	30	25
2014	Operador de Câmera	Penedo	24	22
2014	Recepcionista em meios de hospedagem	Penedo	28	24
2014	Confeccionador de bijuterias	Maceió	28	16
2014	Operador de Computador	Maceió	19	19
2014	Recepcionista em meios de hospedagem	Maceió	26	12
2014	Operador de Computador	Rio Largo	20	17
2014	Operador de Computador II	Maceió	24	17
2014	Florista	Maceió	30	25
2014	Auxiliar de cenotecnia	São Miguel	20	20
2014	Inglês básico	São Miguel	20	19
2014	Inglês intermediário	São Miguel	19	19

**Quadro 1 – Levantamento dos cursos do Pronatec ofertados pela ETA de 2011 a 2014**

(conclusão)

Ano	Curso	Cidade	Matriculados	Concluintes
2014	Modelista	São Miguel	30	30
2014	Operador de Computador	São Miguel	20	20
2014	LIBRAS II	Maceió	26	13
2014	Locutor e Apresentador	Maceió	26	19
2014	Operador de edição de áudio	Maceió	28	24
2014	Florista	Maceió	26	26
2014	Inglês básico	Rio Largo	16	16
2014	Artesão em bordado à mão	Barra de São Miguel	20	20
2014	Modelista	Barra de São Miguel	29	26
2014	Operador de Áudio	Cyriidão Durval	13	13
2014	Aquicultor	Penedo	26	23

Fonte: Escola Técnica de Artes – ETA//UFAL/2015

Os cursos são variados, assim como a localidade, o que caminha com a ideia de expansão, ampliação e interiorização resguardada pelo programa. O número de desistentes é pequeno em relação ao número de matriculados, fato visto como algo positivo. Contudo, são cursos FIC, ou seja, de curta duração, aligeirados e superficiais, sem integração/articulação com a educação básica. Um tipo de qualificação que certifica o trabalhador, mas não lhe confere um diploma em determinada área profissional.

Conforme relatório anual da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (2014), a formação inicial e continuada ou qualificação profissional (FIC), que não é condicionada ao nível de escolaridade, não faz jus a diploma, e sim a certificado de qualificação técnica. Cabe ao trabalhador a responsabilidade por sua continuidade ou não no processo escolar, seja de nível básico e/ou profissional.

Esses cursos (FIC) terão um espaço reservado para sua problematização a partir do próximo tópico, dado sua importância e abrangência para execução do Pronatec. A discussão que segue destaca uma das principais alternativas do Pronatec: a Bolsa-Formação Trabalhador com a oferta dos cursos FIC, como uma alternativa existente aos trabalhadores, principalmente aos de baixa escolaridade.

**3.3 Os cursos FIC em questão: compreendendo sua natureza e especificidade**

O Pronatec criou a Bolsa-Formação, por meio da qual são ofertados, gratuitamente, cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino

Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para jovens e trabalhadores. Esta iniciativa é a que mais se destaca e a que recebeu mais incentivos do governo federal, principalmente na modalidade Bolsa-Formação trabalhador com a oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Pode-se inferir que o Pronatec incorporou programas já existentes, trazendo como novidade e destaque, a Bolsa-Formação, destinada a estudantes e trabalhadores, que será discutida mais adiante, objetivando ampliação e democratização da educação profissional.

Com o Pronatec, os cursos FIC, em conformidade com a LDB, o decreto 5.154 e o Decreto nº 8.268/2014, fazem parte da educação profissional e tecnológica, para atender a parcela da sociedade em situações vulneráveis. Os cursos FIC atendem pessoas dos mais diversos níveis de escolaridade e com diferentes perfis: estudantes, mulheres, agricultores, trabalhadores rurais e urbanos, pessoas beneficiárias de programas de transferências de renda e do seguro-desemprego, entre outros.

A Bolsa-Formação Trabalhador teve sua implantação com o Pronatec em 2011, desde então possibilitou o acesso de milhares de pessoas aos cursos de formação inicial e continuada, com um número grandioso de 8 milhões de vagas em educação profissional (técnica e FIC) até 2014.

Muitos trabalhadores, para garantir o recebimento do seguro desemprego, participam de cursos de qualquer natureza, pois estão condicionados à comprovação da matrícula e da frequência aos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 horas, como requisito para garantia de recebimento do seguro-desemprego, correndo o risco de suspensão do benefício, caso se recuse a participar da formação ofertada (BRASIL, 2011).

A Bolsa-Formação permite um modelo de gestão flexível, descentralizado e colaborativo de prestação de serviços da educação profissional (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014). Flexível porque o regime de parceria entre órgãos/entes públicos (parceiros demandantes) e redes de ensino (parceiros ofertantes) dispensa a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres. Para firmar as parcerias, as redes de ensino firmam termo de adesão<sup>9</sup> (se rede pública não federal e os Sistemas Nacionais de

---

<sup>9</sup> O Termo de adesão, que se aplica aos SNA, às redes estaduais e municipais, tem a finalidade de formalizar a participação do ofertante (CGU, 2014).

Aprendizagem) ou termo de cooperação<sup>10</sup> (se rede federal) com a SETEC/MEC assumindo o compromisso de ofertar vagas gratuitas e de prestar contas das matrículas realizadas.

O modelo é descentralizado, porque envolve parcerias entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com as redes de ensino de todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal), públicas e privadas. O regime é colaborativo, porque envolve a participação voluntária de parceiros demandantes e ofertantes (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014).

O número de 8 milhões de novas vagas em educação profissional, divulgado pelo MEC até 2014, a partir do Pronatec foi bem expressivo. Porém, uma leitura mais atenta e crítica desses números, reais ou não, compreenderá que são advindos de outros programas anteriores e, em desenvolvimento pelo MEC, como: Programa Brasil Profissionalizado (2007), Rede e-Tec (2007), Acordo de Gratuidade do Sistema S (2008) e Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003). “Embora tudo que foi produzido até agora esteja sendo denominado de Pronatec, o que chega efetivamente com esse programa é a denominada Bolsa Formação” (MOVATE, 2014, p. 1).

---

<sup>10</sup> O Termo de Cooperação da Rede Federal, por sua vez, é o instrumento para descentralização dos créditos orçamentários (CGU, 2014).

O quadro abaixo expressa essa assertiva:

**Quadro 2 - Vagas ofertadas pelo Pronatec de 2011 a 2014**

<b>CURSOS TÉCNICOS</b>		<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>TOTAL</b>
Bolsa-Formação	Previsto	9.415	99.149	151.313	151.313	411.190
	<b>Realizado</b>	<b>0</b>	<b>101.541</b>	<b>304.966</b>		<b>406.507</b>
Brasil Profissionalizad	Previsto	33.295	90.563	172.321	233.781	529.960
	<b>Realizado</b>	<b>82.823</b>	<b>79.770</b>	<b>70.355</b>		<b>232.948</b>
E-TEC	Previsto	74.000	150.000	200.000	250.000	674.000
	<b>Realizado</b>	<b>75.364</b>	<b>134.341</b>	<b>137.012</b>		<b>346.717</b>
Acordo Sistema S	Previsto	56.416	76.119	110.545	161.389	404.469
	<b>Realizado</b>	<b>85.357</b>	<b>102.807</b>	<b>132.289</b>		<b>320.453</b>
Rede Federal de EPCT	Previsto	72.000	79.560	90.360	101.160	343.080
	<b>Realizado</b>	<b>117.621</b>	<b>119.274</b>	<b>121.958</b>		<b>358.853</b>
<b>CURSOS FIC</b>		<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>TOTAL</b>
Bolsa-Formação	Previsto	226.421	590.937	743.717	1.013.027	2.574.102
	<b>Realizado</b>	<b>22.876</b>	<b>531.101</b>	<b>1.243.047</b>		<b>1.797.024</b>
Acordo Sistema S	Previsto	421.723	570.020	821.965	1.194.266	3.007.974
	<b>Realizado</b>	<b>582.931</b>	<b>733.223</b>	<b>844.581</b>		<b>2.160.735</b>
<b>TOTAL DE VAGAS OFERTADAS TÉCNICO + FIC</b>		<b>966.972</b>	<b>1.802.057</b>	<b>2.854.208</b>	<b>3.104.936</b>	<b>5.922.869</b>

Fonte: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC/2014

Como uma das mais destacadas iniciativas do Pronatec, a Bolsa-Formação (Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec)<sup>11</sup> financia a oferta de cursos presenciais de Educação Profissional e Tecnológica - EPT e assistência estudantil plena (material didático, alimentação e transporte) para estudantes, trabalhadores e beneficiários dos programas de transferência de renda “com a finalidade de contribuir de forma direta para a ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica para grupos em situação de vulnerabilidade” (BRASIL, 2012, p. 2).

A Bolsa-Formação se divide em: Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador. Tanto a Bolsa-Formação estudante quanto a trabalhador poderão ser ofertadas por instituições de Educação Profissional e Tecnológica vinculadas à Rede Federal, aos Sistemas Nacionais de Aprendizagem, as Redes Públicas Estaduais e as Instituições de Ensino Superior.

A Bolsa-Formação Estudante destina-se a estudantes regularmente matriculados em instituições públicas de Ensino Médio. Eles serão beneficiados com Cursos Técnicos de duração mínima de 800 horas previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos editados pelo Ministério da Educação, realizados em concomitância e/ou subsequência com o Ensino Médio (BRASIL, 2011).

Já a Bolsa-Formação Trabalhador destina-se aos trabalhadores de diferentes perfis e beneficiários dos programas federais de transferência de renda. Eles receberão Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com duração mínima de 160 horas, também conhecidos como cursos de qualificação.

A Bolsa-Formação Trabalhador se estende a um leque amplo e diverso de beneficiários, não se restringindo a (re) qualificação do trabalhador. Entre os beneficiários encontram-se: trabalhadores, estudantes e/ou concluintes do ensino médio da rede pública, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas cadastradas no CadÚnico, população do campo, povos indígenas, comunidades quilombolas, pessoas com deficiência e adolescentes e jovens em medida socioeducativa.

Os grupos acima definidos em documentos oficiais do MEC: Manual de Gestão da Bolsa-Formação (2011), Documento Referência para a Bolsa-Formação Trabalhador no âmbito do Pronatec (2012) e a Lei nº 12.513 (2011), são grupos em situação de vulnerabilidade social e com baixa escolaridade, público predominante nesse tipo de

---

<sup>11</sup> Portaria atual que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec. Anteriormente era regida pela Portaria 168, de 7 de março de 2013 e que sofreu algumas alterações com a Portaria 114, de 7 de fevereiro de 2014.

formação, na modalidade Bolsa-Formação trabalhador, grupos que almejam inserção ao mundo do trabalho.

Tratando-se dos cursos de curta duração, no âmbito do Pronatec, predomina a modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, que qualifica por intermédio dos cursos FIC, com duração mínima de 160 horas, com o objetivo de promover o acesso dos trabalhadores à Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Em junho de 2013, o Projeto de Lei nº 6 de 2013 recomendou que a carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas fosse alterada para 200 (duzentas) horas, contudo essa proposta foi vetada oficialmente através da Mensagem nº 223, de 2013, sob as seguintes razões:

A ampliação da carga horária mínima implicaria impacto financeiro, sem, contudo, ser justificada pedagogicamente. A carga horária atual mostra-se adequada às exigências dos cursos oferecidos no âmbito do Pronatec. Além disso, a legislação atual não impede, quando necessário, o oferecimento de cursos com maior carga horária (BRASIL, 2013, p. 1).

Porém, de acordo com o relatório da Controladoria Geral da União (2014), 92 cursos FIC foram registrados no SISTEC com carga horária inferior a 160 horas e 77 com carga horária superior a 500 horas; 1.721 cursos apresentam registro no SISTEC de apenas um ou dois alunos matriculados e há cursos registrados no SISTEC que não estão no Guia Pronatec de Cursos FIC, como os cursos: Assistente Escolar, Auxiliar de Agenciamento de Viagens e Auxiliar de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança na Construção Civil.

Os cursos, em sua maioria, estão descritos no Guia Pronatec de Cursos FIC, publicado periodicamente pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2011), sem atualização desde 2013,

com o propósito de organizar a oferta, servindo como instrumento que estabelece um referencial comum às denominações dos cursos e sua distribuição em eixos tecnológicos” (BRASIL, 2012, p. 6).

O Guia Pronatec de Cursos FIC está em sua 3ª edição/2013. São 644 opções diferentes de cursos, distribuídos em 12 eixos tecnológicos: 1) Produção Industrial (75); 2) Recursos naturais (60); 3) Ambiente e Saúde (41); 4) Infraestrutura (124); 5) Produção Alimentícia (39); 6) Produção Cultura e Design (66); 7) Desenvolvimento Educacional e Social (34); 8) Informação e Comunicação (22); 9) Gestão e Negócios (28); 10) Turismo, Hospitalidade e Lazer (24); 11) Segurança (4); 12) Controle e Processos Industriais (127).

Os cursos acima mencionados exigem nível de escolaridade que variam do Ensino Fundamental I Incompleto até o Ensino Médio Completo. Dos 644 cursos, 117 exigem como

escolaridade mínima o Ensino Fundamental I Incompleto, 301 o Ensino Fundamental II Incompleto, 144 o Ensino Fundamental Completo, 31 o Ensino Médio Incompleto e 51 o Ensino Médio Completo. A exigência predominante não ultrapassa o Ensino Fundamental Completo, o que permite que um grande número de pessoas participe da qualificação profissional ofertada pelo Pronatec.

Os documentos da Lei do Pronatec reafirmam a importância da articulação entre a oferta dos cursos FIC e a elevação da escolaridade. Articulação que deve ocorrer em uma relação entre a Bolsa-Formação Trabalhador, o PROEJA-FIC<sup>12</sup>, a Rede Certific<sup>13</sup> e o Programa Brasil Alfabetizado<sup>14</sup> (BRASIL, 2012). Verifica-se como o Pronatec adentra outros programas já instituídos anteriormente e não resolve a questão da articulação entre educação profissional e básica nem quanto à elevação da escolaridade dos trabalhadores.

O Guia representa a orientação para 644 possibilidades de oferta de cursos de qualificação profissional, dentro de 12 eixos tecnológicos. A vinculação entre educação profissional e elevação de escolaridade não se materializa, pois os cursos acontecem independentemente dos estudantes estarem ou não em processos de escolarização. O guia apenas indica a escolaridade mínima exigida para cada curso, mas não esclarece como esses processos devem acontecer.

Cursos de curta duração que de acordo com o MEC (2011) visarão à capacitação, ao aperfeiçoamento, à especialização, à atualização e à inserção dos beneficiados em um ambiente propício à aprendizagem. Objetivando, segundo o MEC (2011), o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social que levarão em conta possíveis itinerários

---

<sup>12</sup> No dia 08 de abril de 2009, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação - MEC lançou o Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC convidando às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para que, em parceria com os municípios brasileiros, elaborassem propostas para implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental (PROEJA FIC). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/proeja/saiba-mais>

<sup>13</sup> A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programas CERTIFIC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/programas?id=15266>

<sup>14</sup> O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17457-programa-brasil-alfabetizado-novo>

formativos e a possibilidade de continuidade de estudos. Dentre os objetivos da Bolsa-Formação Trabalhador, encontram-se: I) Ampliar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio da educação de formação profissional inicial e continuada; II) Incentivar a elevação de escolaridade; III) Integrar ações entre órgãos da administração pública federal direta ou indireta e entes federados para a formação de trabalhadores (BRASIL, 2012, p.4).

Dos oito milhões de matrículas até 2014, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada, confere-se a este último maior visibilidade. Verifica-se, de acordo com o quadro abaixo, um maior quantitativo de oportunidades educacionais voltados para os cursos FIC, em detrimento dos cursos técnicos, uma vez que há 1.797.024 milhões de cursos FIC e 406.507 mil de cursos técnicos no período de 2011 a 2014.

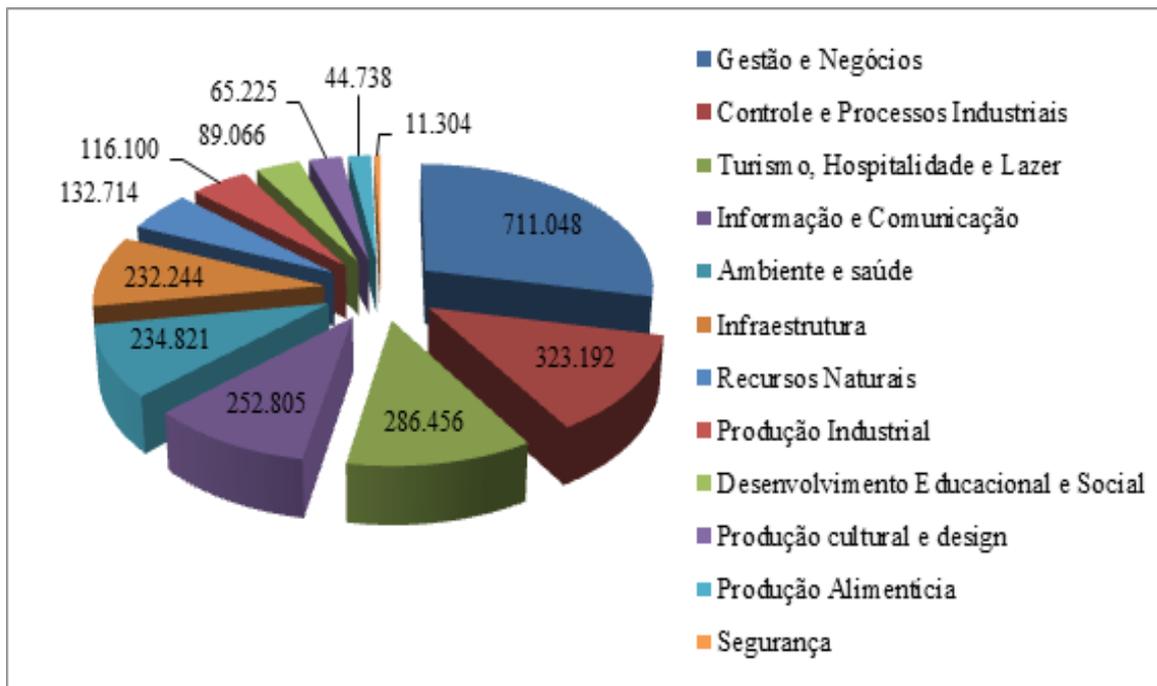
**Quadro 3 - Vagas ofertadas por meio do Pronatec de 2011 a 2014**

<b>CURSOS TÉCNICOS</b>		<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>TOTAL</b>
Bolsa- Formação	Previsto	9.415	99.149	151.313	151.313	411.190
	<b>Realizado</b>	<b>0</b>	<b>101.541</b>	<b>304.966</b>		<b>406.507</b>
<b>CURSOS FIC</b>						
Bolsa- Formação	Previsto	226.421	590.937	743.717	1.013.027	2.574.102
	<b>Realizado</b>	<b>22.876</b>	<b>531.101</b>	<b>1.243.047</b>		<b>1.797.024</b>

Fonte: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC/2014

Os cursos FIC envolvem uma infinidade e diversidade de cursos para qualificação profissional, com uma exigência mínima de escolaridade, o que possibilita a participação em massa da população trabalhadora e jovem do país. O gráfico abaixo, intitulado “Matrículas em cursos FIC distribuídas por eixo tecnológico de 2011 a 2014” apresenta os eixos tecnológicos que mais ofertaram cursos de 2011 até 2014.

**Gráfico 1 – Matrículas em cursos FIC distribuídas por eixo tecnológico de 2011 a 2014**



Fonte: Controladoria Geral da União - CGU/2014

Percebe-se que alguns eixos tecnológicos predominam em relação a outros, como o de Gestão e Negócios em relação ao de Produção Alimentícia, por exemplo. Contudo não foi possível ter acesso aos cursos específicos que fazem parte dos eixos tecnológicos em termos nacionais.

Dos cursos ofertados pela ETA, prevalecem os pertencentes ao Eixo Produção Cultural e Design, com 30 cursos diferentes, o eixo desenvolvimento educacional e social com 6 cursos diferentes, o eixo turismo, hospitalidade e lazer com 5 cursos diferentes, o eixo informação e comunicação com 2 cursos diferentes e os eixos recursos naturais e gestão e negócios com apenas 1 curso cada. Os demais eixos não foram contemplados nos cursos ofertados pela ETA nesse período.

Os cursos ofertados são aqueles com custo mínimo, aligeirados e restritos, que não exigem grandes tecnologias e grandes laboratórios nem formam o trabalhador para uma

profissão, pois seu formato curto, com conhecimentos e técnicas mínimas, apenas certificam o trabalhador, mas não o profissionalizam. Geralmente são cursos que, quando muito, lhes asseguram a perspectiva de inserção profissional precária e/ou trabalhos informais.

De acordo com o Parágrafo Único do capítulo III da Portaria nº 817, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec, os cursos admitem uma “certificação intermediária, oriunda da estrutura de um curso técnico, deverá ser equivalente a um curso FIC ou a uma ocupação prevista na Classificação Brasileira de Ocupações –CBO<sup>15</sup>” (BRASIL, 2015, p. 13).

Os cursos do Guia Pronatec de Cursos FIC não correspondem em sua totalidade aos cursos previstos na CBO. Ao que nos leva a questionar sobre os parâmetros para seleção e definição dos cursos FIC, que constam no Catálogo e ofertados pelas instituições. São cursos que exigem um nível de escolaridade baixo, e que foi denominado de não sistema invisível, em estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Considerado:

[...] um não-sistema por se tratar de uma coleção desconexa e heterogênea de instituições e cursos, enlaçados em tramas informais e paralelas, mas raramente orientadas por uma visão de conjunto do próprio segmento ou por políticas públicas. É invisível para fins de estatísticas oficiais e políticas públicas, ainda que suas principais agências operem há mais de 60 anos. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006, p. 183).

Constata-se que a formação inicial e continuada dos trabalhadores, embora amparada pela LDB/1996 e pelo Decreto 5.154 de 2004, tem pouca ou quase nenhum reconhecimento e legitimação social. Um tipo de formação que não está vinculada à elevação da escolaridade, dispõe de carga horária baixa (160 a 400 horas) e é quase sempre efetivada por quaisquer instituições. Um tipo de formação que se dedica “à formação de ocupações que são historicamente desprestigiadas na hierarquia social” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006, p. 77).

Cursos caracterizados por sua diversidade de oferta e pela quase ausência de integração com a educação básica e com a elevação da escolaridade, que não dispõe de normatizações, com um conjunto de cursos livres e flexíveis e que serão problematizados a seguir.

---

<sup>15</sup> A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/saibaMais.jsf>.

### 3.4 Cursos FIC e a formação dos trabalhadores e das trabalhadoras

A educação profissional ofertada pelos cursos FIC estimula a flexibilidade, individualidade, competitividade para um mundo do trabalho inseguro e incerto. Os FIC apresentam uma formação restrita para o trabalhador, desvinculada da Educação básica e que não consideram a formação integral do sujeito. “Essa perspectiva nega o valor e a importância da educação básica, dispensando requisitos de escolaridade” (KUENZER, 2000, p. 85). Reafirma assim a dualidade educacional, pois desvaloriza a educação básica “não a reconhecendo como fundamental para a formação científico-tecnológica sólida do trabalhador” (KUENZER, 2000, p. 88).

Como não existe emprego para todos, criam-se cursos de qualificação profissional que formam o trabalhador para uma atividade de sobrevivência, sob a categoria de trabalho. “Nesse sentido, as pessoas buscam os cursos de qualificação profissional para aprender uma atividade que as ajude sobreviver em tempos difíceis” (MORETTINI, 2002, p.81), como uma alternativa para aqueles em que a educação básica foi negada, restando-lhes como alternativa palpável a educação profissional sob esses moldes.

Os cursos FIC não elevam a escolaridade, são ofertados e executados independentemente dos sujeitos estarem ou não inseridos em uma instituição de ensino. O que determina a participação ou não dos sujeitos aos cursos é estarem inseridos nos critérios de público prioritário do programa, já anteriormente mencionados.

Mesmo para estudantes do ensino médio, os cursos não estabelecem articulação com a educação básica, até mesmo os cursos técnicos que possuem uma carga horária mínima de 800 horas acontecem de maneira concomitante e/ou subsequente, o que não determina a elevação da escolaridade. O que prevalece, como critério para elevação da escolaridade, é a aprovação e continuidade dos estudantes matriculados na educação básica.

Assim, os cursos ofertados pelo Pronatec, sejam FIC ou técnico não se relacionam ou dialogam com a educação básica do trabalhador e/ou estudante nem contribuem com a elevação da escolaridade. O que se pode talvez alcançar é uma iniciativa para trabalhadores e estudantes continuarem sua educação para além dos cursos FIC.

Na realidade, esse tipo de formação implica para os sujeitos uma:

[...] formação numa ótica individualista, fragmentária-sequer habilite o cidadão e lhe dê direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero empregável disponível no mercado de trabalho sob os designios do capital em sua nova configuração (FRIGOTTO, 2001, p.80).

Uma formação que, na maioria das vezes, tem como alternativa de sobrevivência para os trabalhadores o mundo do trabalho informal, ou a procura incerta e infinda por um emprego, pois, “[...] não há política de emprego, nem perspectiva de uma carreira, mas indivíduos empregáveis ou não requalificáveis” (FRIGOTTO, 2001, p. 77).

Aos trabalhadores são disponibilizados cursos de qualificação inicial ou requalificação profissional, que exigem requisitos mínimos de escolaridade. A baixa escolaridade é predominante, ao se verificar os critérios de exigência (no Guia Pronatec de Cursos FIC, 2013) para os cursos FIC, que vão desde o fundamental I incompleto até o médio completo, prevalecendo como critério de participação nos cursos, a escolaridade: Ensino fundamental incompleto e fundamental completo. Ou seja, o sujeito com o fundamental I incompleto, poderá participar de um curso FIC de até no máximo 400 horas (a depender do curso disponibilizado), sem alteração na sua escolaridade básica.

Essa exigência mínima é fruto de uma educação básica deficiente e desigual, o que acaba por refletir na educação profissional, assim não é possível educação profissional de qualidade sem o suporte de uma educação básica de qualidade. Vale ressaltar que a desigualdade social existente não se explica por meio da educação e/ou formação profissional, mas “pelas relações de poder e de força historicamente construídas” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 2).

Compreende-se que os cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, no âmbito da Bolsa-Formação Trabalhador – Pronatec, não estabelecem condições efetivas entre as políticas sociais e os espaços de formação do trabalhador, para que estes possam continuar seus estudos e elevar sua escolaridade, sequer possibilitam uma real qualificação para o trabalho. Constitui-se em uma modalidade da educação profissional, flexível, não sujeita a uma regulamentação do poder público, diferentemente de outras modalidades, como a de nível técnico, por exemplo.

Independente da sua condição: desempregado, empregado ou na informalidade, o trabalhador precisa se sujeitar às condições de trabalho que lhes são oferecidas, sejam elas favoráveis ou não, pois o que menos se deseja é a incerteza, ou a busca infinda por um emprego que não vem, agora “não se trata de uma sociedade da incerteza, mas fundamentalmente, de uma sociedade da insegurança” (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2005, p. 10).

A oferta de cursos FIC, direcionados majoritariamente à classe trabalhadora, inclui as instituições privadas na disputa por recursos públicos destinados à educação profissional.

Anteriormente, a instituição da Medida Provisória (MP) nº 593 de 2012, o Sistema

Nacional de Aprendizagem –SNA- eram as únicas instituições privadas participantes do programa, dividindo espaço a partir da MP com as instituições de ensino superior. Contudo, o Sistema S ainda concentra a oferta dos cursos de qualificação profissional, especialmente os de formação inicial e continuada – FIC, como veremos a seguir.

### **3.5 A educação profissional e os Sistemas S de ensino**

A massificação na qualificação profissional, principalmente, através dos cursos FIC (modalidade que mais se destacou na qualificação do trabalhador no Pronatec), aproxima-se do discurso dominante de que quanto mais trabalhadores qualificados, mais oportunidades de emprego, facilitando a sua inclusão ao mundo do trabalho. Discurso bem difundido, principalmente nas mídias televisivas, que afirmam: “emprego tem o que falta é gente qualificada”. Quando na verdade,

“[...] a democratização institucional da qualificação profissional não é capaz de mobilizar agentes e recursos que reinsiram os trabalhadores desempregados nas ocupações existentes ou que se oferecem no mercado formal de trabalho” (PAZ, 2011, p. 201).

Expansão, democratização e ampliação que, para além do alcance em massa dos trabalhadores, possibilita a participação real das mais variadas instituições e organização (pública, privada e organizações da sociedade civil) na execução da qualificação profissional, primordialmente privilegiando o setor privado. Assim:

Não será nunca redundante lembrar que a deficiência por parte do poder público em investir nas áreas sociais é consequência direta da captura do Estado por parte dos setores empresariais, os quais em nenhum momento deixaram de se aproveitar das benesses políticas e econômicas promovidas pelo setor público, que historicamente serviu como ponto de apoio, principalmente para viabilizar a acumulação do capital (OLIVEIRA, 2003, p. 20).

Com o Pronatec, os serviços nacionais ampliaram a sua participação na qualificação profissional do trabalhador, principalmente nos cursos de curta duração. Vê-se que, com significativa representação, a qualificação profissional fica a cargo de instituições privadas, com o uso de recursos público. Às instituições públicas resta um percentual bem modesto desse montante, que, contrariamente, beneficia majoritariamente o privado em detrimento do público.

De novembro de 2011 até maio de 2014, desde a promulgação da Lei do Pronatec, os valores transferidos ultrapassam 6,4 bilhões de reais. Dos 6,4 bilhões transferidos, o Sistema

S e a rede privada abarcaram quase 5 bilhões, em detrimento do rede pública, com uma significativa superioridade para o Sistema S, conforme quadro abaixo:

**Quadro 4 - Valores transferidos aos parceiros ofertantes, desde a implementação da Bolsa-Formação**

<b>Rede de Ensino</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Total por Rede de Ensino</b>
<b>SNA</b>	208.261.704,50	1.054.161.444,1	2.065.021.070,00	1.200.822.145,00	4.528.266.363,68
<b>Rede Federal</b>	39.827.005,00	338.789.930,90	742.501.736,80	193.924.454,25	1.315.043.126,95
<b>Rede Estadual</b>	-	92.648.000,00	228.482.150,00	83.393.000,00	404.523.150,00
<b>Rede Municipal</b>	-	-	14.681.000,00	3.380.000,00	18.061.000,00
<b>Rede Privada</b>	-	-	51.681.163,63	138.113.463,01	189.794.626,64
<b>Total anual</b>	248.088.709,50	1.485.599.375,0	3.102.367.120,43	1.619.633.062,26	6.455.688.267,27

Fonte: Controladoria Geral da União - CGU/2014

A CGU (Controladoria Geral da União) evidenciou que, até o momento, o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGP), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE não foi aberto para que os parceiros ofertantes realizassem a prestação de contas dos recursos recebidos. São R\$ 1.733.688.084,58 (1,7 bilhão de reais) transferidos em 2011 e 2012 sem prestação de contas.

Segundo os normativos do MEC e FNDE, “a prestação de contas dos recursos transferidos em 2011 e 2012 já deveriam ter sido prestados até outubro do ano seguinte ao da realização das transferências” (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014, p. 33).

Mesmo sem a cobrança, entrega e análise das prestações de contas, o FNDE continua a transferir recursos para as redes de ensino todos os anos que, desde o seu início, somam mais de 6 bilhões de reais. As transferências continuam sendo realizadas porque a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC alega que repactua semestralmente as vagas ofertadas pelas redes de ensino com base na conciliação das matrículas registradas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). “Contudo, a falta de prestação de contas não garante a comprovação da execução do objeto e da aplicação regular dos recursos” (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014, p.33).

Conforme o relatório da Controladoria Geral da União (2014), o número de matrículas realizadas é obtido no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SISTEC/MEC), “sistema que vem apresentando problemas de acesso e de confiabilidade de dados” (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014, p. 13). Observa-se que

[...] a SETEC não possui gerência sobre o suporte de informática do SISTEC - base oficial de dados do Pronatec Bolsa-Formação - e não consegue resolver os problemas de operacionalização do Sistema. O SISTEC emprega dados gerados internamente pela SETEC e informações de fontes externas (parceiros demandantes e ofertantes). Deveria, portanto, possibilitar esclarecimentos para o gerenciamento de riscos e tomada de decisão baseados em dados relacionados aos objetivos do Pronatec Bolsa-Formação. Contudo, as falhas do Sistema não garantem a comunicação eficaz em todos os níveis da organização (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014, p. 16).

As falhas observadas no sistema do SISTEC estão sem solução desde a implementação do “Pronatec Bolsa-Formação, o que diminuem o grau de confiabilidade e segurança dos dados lançados no Sistema” (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2014, p.46). Conforme o relatório da CGU (2014), a SETEC não cancela o registro de alunos desistentes. Estes continuam sendo contabilizados como se estivessem matriculados, e a instituição continua recebendo o valor da Bolsa-Formação. De acordo com a Lei 12.513/2011, o valor da

Bolsa-Formação está condicionado à comprovação da matrícula e da frequência do aluno no SISTEC, porém esta funcionalidade ainda não foi implementada ao SISTEC, o que permite o recebimento das instituições mesmo por alunos desistentes.

O público e o privado travam uma batalha na disputa pela qualificação profissional do trabalhador brasileiro, com vantagem acentuada para iniciativa privada, que se apropria, majoritariamente, da educação profissional do país.

A expansão da educação profissional, que conta com a participação da iniciativa privada e do Sistema S, vem sendo justificada por compreender que

as entidades do chamado “Sistema S” têm importantíssimo papel a desempenhar. Com grande capacidade instalada, capilaridade, infraestrutura e corpo docente de excelência – além da experiência de mais de 60 anos de tradição – os Serviços Nacionais de Aprendizagem têm prestando inestimável contribuição ao desenvolvimento tecnológico do País (BRASIL, 2011, p. 3).

Tal justificativa se manifesta na centralidade desse sistema, travestidos de parcerias público-privado. Os relatórios gerais do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de 2012 a 2014 confirmam a presença predominante da iniciativa privada na qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros. Isso com base nos relatórios gerais do SENAC e dos relatórios anuais do SENAI que demonstraram esse quantitativo expressivo.

Em 2012, em Alagoas, o SENAC foi responsável por 3.232 matrículas concluídas e 2.461 matrículas em processo com um total de 5.693. Nacionalmente, foram 131.241 matrículas concluídas e 81.391 matrículas em processo, somando 212.632 matrículas (SENAC, 2013).

Em 2013, os números se elevaram para 8.061 das matrículas concluídas e 4.839 das matrículas em processo, com um total de 12.900, em Alagoas. Tratando-se de Brasil, o quantitativo foi de 337.187 matrículas concluídas e 142.250 matrículas em processo, chegando a um total de 479.437 matrículas (SENAC, 2014).

Em 2014, os números em Alagoas sofreram uma redução no número de matrículas. As matrículas concluídas foram 7.441 e as matrículas em processo 963, com um total de 8.404. A aparente redução de matrículas em 2014 não significa que o SENAC esteja se afastando da qualificação profissional do trabalhador, ao contrário, o SENAC continua como um dos fortes parceiros do Pronatec, afirmação que se concretiza ao observamos os dados nacionais, que,

em 2014, somaram 511.180, sendo 387.222 de matrículas concluídas e 123.958 de matrículas em processo<sup>16</sup> (SENAC, 2015).

O SENAC, segundo maior ofertante em cumprimento à meta de 8 milhões de matrículas estabelecida pelo MEC para o programa até 2014, apenas perde para o SENAI, que segundo os relatórios anuais do SENAI (2012/2013/2014), é considerado o principal parceiro do Pronatec nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos de formação inicial continuada por três anos consecutivos, com 304.207 matrículas efetivadas em 2012.

O SENAI mantém a liderança entre os demais parceiros do programa: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte (SENAT) e redes estaduais e federais de ensino (CNI, 2013).

Em 2013, foram disponibilizadas pelo SENAI mais de 623 mil vagas em cursos de qualificação e cursos técnicos em mais de 1,6 mil municípios. Do total de vagas, 560.333 matrículas foram confirmadas. Em 2013, a maior parte das matrículas (89%) esteve concentrada nos cursos de Formação Inicial e Continuada (CNI, 2014).

Em 2014, foram realizadas 543.268 matrículas nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Técnicos. Ao todo, o SENAI atendeu 2.237 municípios, com 360 cursos FIC e 63 cursos técnicos (CNI, 2015).

A majoritariedade do Sistema S é ampliada com o Pronatec, como confirmam os dados acima. São mais recursos públicos destinados para estas instituições de qualificação, que, independente do Pronatec, têm suas verbas,

[...] oriundas de contribuição compulsória das empresas e do comércio. Esse dinheiro é recolhido na mesma guia do INSS e vai para a Previdência, mas, ao contrário dos tributos públicos, é devolvido para as Confederações Nacionais do Comércio e da Indústria no caso do Senac, Sesi, Senai e Sesc. Esse recurso é considerado público porque as empresas tratam essa contribuição com mais uma carga tributária e, por isso, embutem essa despesa no preço do produto (GRABOWSKI, 2010, p. 1).

Dessa forma, como afirma Dourado e Bueno,

processa-se uma falsa publicização do privado, que se apropria cada vez mais do espaço público no que concerne ao carreamento de recursos e à exploração de serviços, ao mesmo tempo em que aprofunda suas características mercadológicas alinhadas ao processo de modernização e reforma do Estado, configurado como sua minimização no tocante as políticas públicas (2001, p.55).

---

<sup>16</sup> De acordo com os relatórios gerais do Senac (2012/2013/2014), o total de matrículas concluídas e em processo inclui as iniciadas em anos anteriores.

O artigo 3º da Lei 12.513/2011 define as relações de colaboração entre os atores envolvidos na execução do Pronatec. Este artigo evidencia, sobremaneira, o repasse direto de recursos do fundo público à iniciativa privada. O artigo define a “participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem e de instituições de educação profissional e tecnológica habilitadas [públicas ou privadas]”, o que conferia ao Sistema S uma posição importante na execução do Programa, mediante repasse de recursos do fundo público.

Com a alteração desse artigo em 2012, pela Medida Provisória 593, foram inseridas, como participantes “voluntários”, as “instituições privadas de ensino superior”, ocasionado pela força e pressão política de grupos empresariais deste setor. Essas instituições, que, até 2012, atuavam exclusivamente no ensino superior, foram contempladas com um novo e potencial mercado: a educação profissional. Contudo, a inserção das instituições de ensino superior no âmbito do Pronatec não desfavorece ou diminui a importância do Sistema S nas ações do Programa, muito menos o repasse de recursos para este sistema.

Ao contrário, conforme se verifica na alteração do artigo 20 da Lei 12.513/11 realizada pela MP 593/12 e consolidada pela Lei 12.816/13, o Sistema S tem autonomia para criação e oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica podendo criar instituições de educação profissional técnica de nível médio, de formação inicial e continuada e de educação superior.

Para Ramos (2014, p. 11), o governo federal tem fortalecido a educação profissional no país. Entretanto, “todas as ações induzem para a expansão da educação profissional técnica de nível médio de forma concomitante ou subsequente em todas as redes e da formação inicial e continuada”. Conclui, afirmando que, “esta opção converge com outra, a saber: o incentivo à participação do empresariado da educação e a transferência de recursos públicos para o setor privado”.

Segundo o Art. 6º da referida Lei, a União, em cumprimento aos objetivos do Pronatec, fica autorizada a “transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem” (BRASIL, 2011, p. 4). A transferência de recursos refere-se aos valores das bolsas-formação, que, conforme reitera o parágrafo 1º do referido artigo, “dispensam a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos” (BRASIL, 2011, p. 4).

Dessa forma, o repasse de recursos públicos diretamente sem a necessidade de realização de convênios ou contrato foi facilitado pela Lei 12.513/11, ao reconhecer a

autonomia pedagógica, financeira e administrativa dos Sistemas S, em uma parceria que se consolida cada vez mais no Brasil.

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, SETEC, CGU e os relatórios do SENAI e do SENAC corroboram com esta assertiva, acerca do aumento da participação da iniciativa privada na oferta de qualificação profissional. Maior participação que implica maior apropriação dos recursos financeiros do Estado.

Um balanço realizado pela SETEC/MEC (2013) acerca do Pronatec no período de 2011 a 2013 registrou um total de 5.451.453 matrículas em cursos do Pronatec no Brasil, desse total 2.171.714 foram para Bolsa-Formação, sendo 1.779.245 cursos de formação inicial e continuada (FIC) e 392.469 cursos técnicos. A maior parte da responsabilidade na oferta e execução de curso no âmbito da Bolsa-Formação fica a cargo do Sistema S, como demonstra a tabela intitulada “Bolsa-Formação: Matrícula por ofertantes (2011 a 2013)”.

**Tabela 1- Bolsa-Formação: Matrícula por ofertantes (2011 a 2013)**

<b>Rede ofertante</b>	<b>%</b>
<b>Federal</b>	15
<b>Estadual</b>	5
<b>SENAT</b>	4
<b>SENAR</b>	3
<b>SENAI</b>	43
<b>SENAC</b>	30
<b>TOTAL</b>	100

Fonte: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC/2013

A tabela apresenta o aumento percentual anual de unidades de ensino que ofertaram cursos do Pronatec Bolsa-Formação de 2011 a 2014, confirmando a presença predominante do Sistema S.

No quadro intitulado “Evolução anual do número de unidades de ensino que ofertaram cursos do Pronatec Bolsa-Formação, 2011 a 2014”, é possível avaliar a evolução das redes ofertantes da qualificação profissional, como pode ser observado a seguir:

**Quadro 5 - Evolução anual do número de unidades de ensino que ofertaram cursos do Pronatec Bolsa-Formação, 2011 a 2014**

<b>Redes de</b>	<b>2011</b>	<b>201</b>	<b>201</b>	<b>201</b>	<b>Total</b>
Rede Estadual	-	321	316	496	652
Rede Federal	24	318	345	380	422
Rede Municipal	-	-	3	6	7
Rede Privada	-	-	193	530	602
SENAC	98	328	343	340	362
SENAI	124	448	457	473	488
SENAR	-	22	25	24	26
SENAT	-	47	117	112	124
<b>Total Geral</b>	<b>246</b>	<b>1.4</b>	<b>1.7</b>	<b>2.3</b>	<b>2.683</b>

Fonte: Controladoria Geral da União - CGU/2014

O quadro da CGU e a tabela da SETEC evidenciam uma predominância de oferta de qualificação pelo Sistema S na formação dos trabalhadores e futuros trabalhadores, em especial o SENAI e o SENAC, aspecto histórico que revela que a qualificação dos trabalhadores sempre esteve na tutela do empresariado, como ressaltado nas análises de Frigotto; Ciavatta e Ramos (2005, p. 4) “do ponto de vista da gestão, o Brasil é um caso singular de controle quase unidimensional da educação profissional, pelo patronato do Sistema S”.

Segundo dados do INEP, de 2012 a 2014, o crescimento do número de matrículas na educação profissional em termos nacionais foi de 607.336 em 2012, 665.108 em 2013 e 927.671 em 2014 na rede privada, na contramão do número de matrículas da rede pública que em 2012 foi de 456.319, diminuindo para 437.553 em 2013 e com um ínfimo acréscimo em 2014, que atingiu o número de 446.898. Sinalizamos que fazem parte da rede pública as três esferas: federal, estadual e municipal e juntas não conseguem superar as matrículas na rede privada de ensino.

Cabe destacar como ressalta Paz (2011, p. 37), “a temática da qualificação profissional não é algo recente na história, faz-se presente desde o século XIX e tem como um dos primeiros autores da tradição crítica Hodgskin – considerado um dos precursores de Marx”. Hodgskin compreendeu, já no século XIX, o valor da qualificação como agregadora de riquezas, pois, segundo ele: “os elementos materiais do capital circulante (roupas, alimentos e matéria-prima) não estariam preparados até que o trabalhador deles necessitasse”. Não constituiriam um estoque no sentido restrito do termo. Para Hodgskin, a única coisa que poderia ser estocada ou preparada previamente era a “*qualificação do trabalhador*” (HODGSKIN, 1986, p. 269).

Vale destacar que a Bolsa Formação do Pronatec é um recurso pago às instituições ofertantes de cursos de qualificação profissional ou técnico e tem como principais instituições ofertantes as do “Sistema S” (Senai, Senac, Senat, Senar).

O sistema S abarcou até 2013 80% das matrículas efetuadas na Bolsa-Formação Trabalhador, para execução dos cursos FIC, dado que revela como o Estado tem financiado as instituições privadas para ofertar a qualificação dos trabalhadores. Entretanto, o fato de a qualificação dos trabalhadores estar sob a tutela do Estado e dos capitalistas já foi amplamente problematizado por Hodgskin desde o século XIX. Esse autor brilhantemente percebeu o perigo da qualificação dos trabalhadores ser utilizada como ideologia e reprodução social das relações e formas sociais capitalistas. Ele advertia:

seria melhor para os trabalhadores ficarem privados de educação do que recebê-la de seus patrões e do Estado, porque a educação nesse sentido, não é melhor do que o adestramento dos animais que são subjugados pela canga [...] (1986, p. 294).

A preocupação apontada por Hodgskin se faz presente na contemporaneidade, tendo em vista que predomina sobre a formação dos trabalhadores a qualificação profissional ofertada pelo Sistema S de ensino, que contribui para manter e fortalecer um tipo de formação adequada à reprodução do capital, alicerçada nas demandas do mercado, porém com o uso de recursos públicos que mais beneficiam o empresariado que o trabalhador brasileiro (PAZ, 2011).

Em se tratando de Alagoas, os números do INEP apresentam a predominância do privado em detrimento do público. Em 2012, o total de matrículas da educação profissional foi de 9.409; 4.875 em 2013 e 15.927 em 2014. Com a oferta dos cursos majoritariamente a cargo da iniciativa privada, que, em 2012, atingiu um total de 7.688, em 2013, 3.199, chegando a 10.938 em 2014.

Para a esfera pública (em Alagoas, não se inclui a esfera municipal), os números foram de 1.721 em 2012; 1, 676 em 2013 e de 4.989 em 2014. Os dados revelam uma queda no ano de 2013 e uma elevação em 2014, tanto na instituição pública quanto na privada, porém com um alcance bem maior para instituição privada na oferta de educação profissional. Para uma melhor visualização do que foi problematizado, seguem as tabelas abaixo:

**Tabela 2- Matrículas educação profissional - 2012**

	<b>Alagoas</b>	<b>Brasil</b>
<b>Federal</b>	1.004	105.828
<b>Estadual</b>	717	330.174
<b>Municipal</b>	—	20.317
<b>Privada</b>	7.688	607.336
<b>Total</b>	9.409	1.063.655

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC – 2012

Os dados evidenciam a forte presença da rede privada de ensino na oferta de educação profissional, que, em Alagoas, não alcançou o quantitativo de 2.000 matrículas em 2012 (Federal e Estadual), ao contrário da rede privada que monopolizou quase 8.000 de um total de 9.409 de matrículas. Os dados nacionais confirmam o favorecimento à rede privada na oferta da educação profissional.

**Tabela 3 - Matrículas educação profissional – 2013**

	<b>Alagoas</b>	<b>Brasil</b>
<b>Federal</b>	1.078	110.670
<b>Estadual</b>	598	307.491
<b>Municipal</b>	—	19.392
<b>Privada</b>	3.199	665.108
<b>Total</b>	4.875	1.102.661

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC – 2013

Percebe-se que em 2013, embora com um decréscimo em Alagoas em todas as esferas (pública e privada), os números continuam a favorecer o privado em detrimento do público, o que mais uma vez é confirmado em números nacionais.

**Tabela 4 - Matrículas educação profissional – 2014**

	<b>Alagoas</b>	<b>Brasil</b>
<b>Federal</b>	1.064	110.554
<b>Estadual</b>	3.925	317.481
<b>Municipal</b>	—	18.863
<b>Privada</b>	10.938	927.671
<b>Total</b>	15.927	1.374.569

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC – 2014

Os dados de 2014 comprovam que a qualificação profissional do trabalhador e jovem brasileiro, está cada vez mais atrelada ao sistema privado de ensino. Em Alagoas esses números aumentaram, mas não acompanharam o mesmo ritmo do crescimento da rede privada, principalmente se comparado aos anos anteriores (2012/2013) e ao total ofertado. Dados que também se repetem em termos nacionais.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (Censo escolar 2012/2013/2014), a matrícula nacional da educação profissional é de 1.063.655 (2012); 1.102.661 (2013) e 1.374.569 (2014), o que corresponde a um percentual de 3,67% (2012 a 2013) e de 24,66% (2013 a 2014).

Em Alagoas, o total é de 9.409; 4.875 e 15.927, nos respectivos anos: 2012; 2013 e 2014. Mais uma vez houve um aumento significativo de 2013 a 2014, ultrapassando em Alagoas o percentual nacional, com um aumento de 227%, porém de 2012 a 2013, os números caíram 93%.

Em 2011, anteriormente ao Pronatec, às matrículas para educação profissional em Alagoas a cargo das instituições públicas somaram 1.711 e privada 2.959, com um total de 4.670. O mesmo ano, em termos de Brasil, totalizou 993.187, com 559.555 para rede privada e 433.632. Os dados apontam um crescimento nas matrículas da educação profissional, a partir da instituição do Pronatec, porém de maneira tímida na educação pública e bem expressiva na educação privada<sup>17</sup>.

Uma análise da oferta por modalidade de educação profissional evidencia que o maior número de matrículas foi registrado em cursos na modalidade subsequente, ou seja, foram atendidas pessoas que já concluíram o Ensino Médio. Pode-se afirmar que os cursos da educação profissional contribuíram, em grande parte, para a ampliação da formação daqueles que já possuem o ensino médio.

Constata-se um crescimento no quantitativo de matrículas na rede privada de educação profissional, porém não é possível afirmá-lo como resultado da instituição do Pronatec. Por outro lado, não houve alterações significativas dos números de matrícula na rede pública com a instituição do programa.

---

<sup>17</sup> O Relatório de Gestão 2013 da SETEC e os relatórios do Senac e Senai possibilitaram o acesso às informações sobre as vagas disponibilizadas pelo programa, bem como as instituições ofertantes e os parceiros demandantes. O Relatório de Gestão permitiu a sistematização no que se refere aos cursos FIC, o que não é possível com as sinopses estatísticas do INEP, já que de acordo com a portaria nº 197 de 7 de março de 2014, apenas as turmas e estudantes matriculados em cursos técnicos de nível médio ou em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional articulados à educação básica são obrigadas a responder anualmente o Censo Escolar da Educação Básica. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/abmes/legislacoes/visualizar/id/1533>.

Este fato nos permite compreender que apesar da superação da meta de vagas ofertadas no Pronatec (8 milhões), não há repercussões para o aumento do número de matrículas da educação profissional na rede pública. Aliás, no ano de 2013, a rede de educação profissional apresentou o seu menor crescimento em números absolutos. Fato, que não atingiu a rede privada de ensino profissional, com um crescimento em relação a 2012.

Diante dos dados, não é possível afirmar que a instituição do Pronatec tenha contribuído para tal cenário. A razão dessa afirmação deve-se ao fato de que a oferta de cursos do Pronatec, entre os anos de 2011 a 2014, esteve concentrada em cursos FIC, que não são contabilizados nas Sinopses Estatísticas do INEP como matrículas da educação profissional. Dessa forma, a expectativa de que o programa contribua para a formação da classe trabalhadora se dissipa por completo, principalmente quando se analisa o quantitativo de vagas articuladas à educação básica de ensino.

A instituição do Pronatec consolida e reafirma a relação público/privado proposta pelo Estado capitalista na democratização da qualificação profissional. A classe trabalhadora necessita de uma educação profissional pública e de boa qualidade, que se distancie da lógica capitalista perversa, que privatiza um considerável montante dos recursos públicos no que diz respeito à formação da classe trabalhadora.

Mesmo com ações para as redes públicas de educação profissional, os recursos aplicados ainda são mínimos em comparação aos investimentos em ações voltadas para instituições privadas, principalmente no Sistema S.

Ainda que o programa atenda os anseios da classe trabalhadora por oportunidades de qualificação profissional, ele também favorece aos interesses privados, visto que a maioria das vagas é ofertada pela iniciativa privada, que recebem recursos públicos para tanto. A oferta majoritária de cursos FIC atende mais aos interesses empresariais por qualificação da força de trabalho que os da classe trabalhadora.

Com base no que foi exposto, parte-se para o momento de contextualizar as entrevistas com as discussões já estabelecidas ao longo do trabalho. Esta relação será discutida e ampliada a partir do próximo capítulo, no qual buscaremos compreender e problematizar a materialidade histórica do Pronatec em Alagoas, especificamente no município de Maceió.

#### **4      COMPREENDENDO A MATERIALIDADE HISTÓRICA DO PRONATEC EM MACEIÓ: O QUE NOS REVELAM AS ENTREVISTAS COM OS SUJEITOS DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

A investigação se propôs a analisar a implementação do Pronatec em Maceió, tendo como recorte os cursos FIC, modalidade que predomina nos cursos do Pronatec, contudo esta não foi uma tarefa simples, especialmente por ser um programa ainda vigente no país no que diz respeito à qualificação profissional do trabalhador. A dinâmica do mundo contemporâneo transforma rapidamente a realidade, fato que dificulta uma “exatidão” do objeto de pesquisa – o Pronatec - ainda em curso na história.

O programa ainda em vigência passa por transformações contínuas e também exige análises contínuas, não sendo possível acompanhá-las. Porém, é inquestionável a relevância de estudos voltados para a formação profissional do trabalhador, pois permite compreender as implicações da implementação de um programa na correlação de forças entre as classes antagônicas, ainda que não seja possível analisar profundamente os seus impactos.

Para seguirmos com a análise da pesquisa, foram elaboradas entrevistas com pessoas que participam ou participaram dos cursos do Pronatec, quer seja na condição de aluno, professor ou coordenador dos cursos. Antes da análise dessas entrevistas, consideramos importante sintetizar e contextualizar algumas informações acerca dos sujeitos envolvidos nesse processo de investigação.

Os sujeitos entrevistados que contribuíram com a análise desta pesquisa foram divididos em três grupos: alunos egressos, professores e coordenadores. O quantitativo de entrevistados foi assim definido: 10 alunos egressos, 10 professores e 4 coordenadores.

Os alunos egressos tinham entre 25 e 60 anos de idade. Dos 10 alunos egressos, 4 concluíram o ensino médio, 4 concluíram o ensino fundamental e 2 estavam cursando o ensino fundamental II. Todos os entrevistados eram mulheres e, dentre elas, 5 estavam desempregadas, 1 trabalhava como autônoma, 3 como diaristas e 1 na área do curso que fez pelo Pronatec.

Dos 10 professores entrevistados, 5 possuem graduação, 3 especialização, 1 mestrado e 1 curso médio/técnico. Desse quantitativo, 4 são homens e 6 são mulheres, sendo 3 servidores efetivos da ETA/UFAL, 6 trabalham em instituições distintas como professores e uma é aposentada. Esta última só trabalha como professora pelo Pronatec quando surge a oportunidade de ministrar cursos.

Dos coordenadores participantes da pesquisa, 2 possuem especialização, 1 mestrado e 1 doutorado. Os entrevistados foram 2 homens e 2 mulheres, e todos são servidores efetivos da ETA/UFAL.

A partir deste capítulo, o conhecimento teórico apreendido ao longo da pesquisa apresenta seu caráter prático, ao buscar articular a reflexão teórica e a inserção empírica em um processo de produção do conhecimento (KUENZER, 1998), e assim enfrentar as questões concretas referentes à educação da classe trabalhadora.

Compreendemos, a partir da leitura e reflexão de Kuenzer (1998), que as categorias dividem-se em: categorias metodológicas e categorias de conteúdo. As categorias metodológicas são as que dialogam e se desenvolvem ao longo da pesquisa. São categorias dialéticas, como: práxis, totalidade, contradição e mediação e devem aparecer, embora nem sempre explicitadas, no desenvolvimento da pesquisa.

Essas categorias metodológicas (consideradas universais e concretas por Kuenzer), no entanto, não substituem a investigação do recorte do objeto e sua relação com a totalidade. Esses recortes da investigação nos encaminham para, como denominado por Kuenzer (1998), as categorias de conteúdo. Sinteticamente, a autora elucida que as categorias metodológicas definem a forma de investigação e as categorias de conteúdo da sua aplicação particular, sendo determinada pelo objetivo de cada pesquisa (KUENZER, 1998).

Por isso, cada categoria universal assumiu uma análise importante no presente estudo. Categorias consideradas fundamentais para a análise de uma investigação e que consideramos importante apresentar.

A primeira é a práxis. Esta nos mostra que o conhecimento novo será produzido por meio do crescente movimento do pensamento que vai do abstrato ao concreto em sua mediação com o empírico, pois, é através do efetivo movimento da teoria para a prática e desta para a teoria, na busca da superação da dimensão fenomênica e aparente do objeto, que se busca sua concretude. Assim,

a teoria já produzida e expressa na literatura será buscada permanentemente a partir das demandas de compreensão do empírico e tomada sempre como marco inicial e provisório, a ser reconstruída e transformada na sua relação com o objeto de investigação (KUENZER, 1998, p. 64).

A categoria totalidade implica na concepção da realidade enquanto um todo em um processo dinâmico de estruturação e de autocriação, para compreensão racional dos fatos a partir do lugar que ocupam na totalidade do real e das relações que ocorrem das partes para o todo e vice-versa. Coloca os conceitos em um movimento recíproco e de elucidação mútua,

alcançando níveis crescentes de concreticidade. Um trabalho iluminado por esta categoria “desenvolver-se-á não como acrescentamento linear de fatos desde um ponto de partida, mas através de idas e vindas, sempre crescentes em amplitude e profundidade” (KUENZER, 1998, p. 64/65).

A contradição, como uma categoria universal da pesquisa, busca apreender a todo o momento o movimento, a ligação e unidade resultante da relação dos contrários, que se opõem dialeticamente, em um constante incluindo-se/excluindo-se no/do outro. Assim,

o pensamento deverá mover-se durante o transcurso da investigação, entre os pólos dialeticamente relacionados, buscando compreender onde e como se incluem/excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade (KUENZER, 1998, p. 65).

A quarta e última categoria elencada por Kuenzer é a mediação, que reconhece a necessidade de se operar uma cisão no todo, ou seja, isolar os fatos que foram pesquisados, tornando-os relativamente independentes. Cisão como um recurso para delimitação e análise da investigação, pois, no contexto do real nada é isolado. Isso seria privar de sentido e conteúdo uma explicação. Por isso, a necessidade de trabalhar com a categoria mediação, de modo que, “cindindo o todo ao buscar a determinação mais simples do objeto de investigação pode estudar o conjunto das relações que estabelece com os demais fenômenos e com a totalidade” (KUENZER, 1998, p. 65).

A compreensão das categorias universais nos encaminhou para definirmos as categorias de conteúdo. Categorias que surgiram a partir da análise das entrevistas e sua relação com o aporte teórico e documental.

A sistematização das entrevistas, que foram gravadas e transcritas, promoveu uma melhor análise dos dados e a definição das categorias, bem como nos possibilitou explorar aspectos relevantes acerca das expectativas e avaliações que os sujeitos entrevistados (coordenadores, professores e alunos egressos) têm sobre os cursos do Pronatec, contribuindo com a finalidade desta pesquisa que é analisar a implementação do Pronatec em Maceió com um olhar voltado aos cursos de Formação Inicial e Continuada na Escola Técnica de Artes, no período compreendido entre 2012 a 2014.

As entrevistas foram agrupadas de acordo com o papel de cada entrevistado dentro dos cursos do Pronatec na ETA/UFAL: alunos egressos, professores e coordenadores, sendo assim possível inferir sobre a implementação do programa a partir das falas e narrativas dos sujeitos entrevistados. Para uma melhor triangulação: teoria, dados e pesquisador, recorreremos à transcrição de alguns trechos que fazem parte da entrevista realizada.

O percurso metodológico para análise dos dados teve como referencial a análise de conteúdo desenvolvido por Bardin (2011), que ocorre predominantemente em três fases: a) pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos dados, inferência e interpretação. Esta técnica desenvolvida por Bardin foi trabalhada no capítulo que trata da metodologia da pesquisa.

Os aspectos teóricos e metodológicos discutidos em capítulos anteriores permitiram fundamentar a análise das entrevistas.

Com base nessas análises, elencamos como categorias de conteúdos: expectativas iniciais dos cursos; avaliação dos cursos; aspectos significativos dos cursos; aspectos de melhoria dos cursos e (re) inserção profissional a partir dos cursos do Pronatec.

Para uma melhor análise e interpretação dessas categorias com o objeto de pesquisa, dividimos cada categoria em subcapítulos, ao que segue.

#### **4.1 Expectativas iniciais dos alunos com relação ao Pronatec: o que revela seus depoimentos**

Esta categoria expressa o que esperavam os alunos que participaram dos cursos do Pronatec na ETA/UFAL, estes foram direcionados para os cursos com expectativas diversas. Dentre os sujeitos entrevistados, 60% não possuíam o ensino médio.

O desejo e entusiasmo por qualificação profissional por meio dos cursos do Pronatec acompanha a expectativa de inserção profissional e/ou conseguir um emprego formal ou informal, que gerará uma renda (extra ou não) para sobrevivência individual e/ou familiar.

Ser qualificado profissionalmente implica na visão dos jovens a porta de entrada para melhoria das condições de suas vidas, fato que seria concretizado com a possibilidade de adentrarem ao mundo do trabalho ao término do curso.

Assim, a busca por qualificação profissional entre os trabalhadores jovens, adultos e desempregados cresce, consideravelmente. Estes acreditam que, a partir da re/qualificação profissional, as chances de adentrarem ao mundo do trabalho se elevam substancialmente, porém o desemprego e/ou trabalho precarizado não se restringe a maior ou menor quantidade de qualificação profissional do trabalhador, pois, se assim fosse, aqueles bem qualificados jamais se encontrariam em situação de desemprego.

Por certo, que se a qualificação profissional ofertada pelo Estado for capaz de inserir a classe trabalhadora ao mundo do trabalho, não será com o tipo de curso (cursos FIC) que predomina no Pronatec, com seu caráter simplista, superficial, aligeirado e empobrecido para

uma grande parcela da sociedade, ou seja, a classe trabalhadora (jovem ou não), que se constitui na clientela por excelência desses cursos de qualificação profissional (KUENZER, 1991).

Esse formato aligeirado foi percebido pelos alunos do Pronatec. Alguns se sentiram frustrados no decorrer do curso e com a sua conclusão. Para eles, os cursos não lhes permitiram um conhecimento amplo, sendo muito restrito e pouco reconhecido no mercado de trabalho. São cursos de curta duração e que não efetivamente inserem os sujeitos no mundo do trabalho.

Vejamos o depoimento de alguns alunos ao responderem sobre suas expectativas iniciais:

*“Me interessei pelo curso para tentar arrumar um emprego e aprender uma profissão”* (ALUNO EGRESSO B).

*“Para conseguir uma fonte de renda e ajudar minha família”* (ALUNO EGRESSO E).

Essas narrativas colocam a qualificação profissional como fator decisivo para obtenção de emprego e/ou como fonte de renda na perspectiva dos alunos, porém, ao perceberem o formato aligeirado e superficial que os cursos possuem, muitos alunos ficam desacreditados da possibilidade de se inserirem no mundo do trabalho a partir da qualificação ofertada.

A qualificação profissional, nesses moldes, apresenta-se como uma alternativa para uma grande parcela da população. Nessa perspectiva, a procura por qualificação profissional, principalmente entre jovens e adultos é cada vez mais crescente, por entender que esta formação lhes permitirá mais oportunidades no mundo do trabalho. Qualificação cada vez mais estabelecida como exigência para justificar a ausência de emprego para uma grande parcela da população brasileira, como reforçado por OLIVEIRA e PAZ (2012).

A ausência de empregos para todos é justificada pela falta de qualificação profissional do trabalhador, que incorpora tal assertiva e participam massivamente dos cursos ofertados, sendo formados, em grande parte, para atividades de sobrevivência, ou seja, o trabalho informal e precário. Dessa forma, excluem, desse discurso, as relações de exploração entre capital e trabalho como o real motivo da desigualdade social existente (OLIVEIRA, 2003).

Este modelo de qualificação profissional não resolve a questão do desemprego, que, embora insira, em algum momento, uma parcela dos trabalhadores desempregados, continua a desempregar e/ou subempregar tantos outros, vivenciando o que Antunes (2015) denominou de subproletarização intensificada, com o decréscimo dos empregos em tempo integral e um acréscimo dos empregos parciais, temporários, subcontratados e precários.

A grande parcela dos trabalhadores que faz parte dos cursos de qualificação profissional fica aprisionada ao trabalho simples e precário que lhes é ofertado. Trabalho, que possivelmente seria alcançado, independentemente da qualificação superficial que lhes vem sendo ofertada. A qualificação profissional, nessa perspectiva, encaminha para uma conformação da classe trabalhadora ao trabalho subalterno, precário e informal. Este tipo de formação não altera ou melhora as condições materiais da vida do trabalhador.

A probabilidade de inserção profissional diante da qualificação vai se esvaindo à medida que participam dos cursos de curta duração, embora essa percepção seja evidente, ainda assim os cursos de qualificação profissional têm sua relevância, principalmente para os trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade e com nível de escolaridade baixo, condição que os deixa em uma situação de desvantagem diante daqueles com níveis de escolaridade do ensino médio em diante, como podemos perceber nessa fala:

*“Quando chegamos para fazer os cursos, nos sentimos animados, com o passar do tempo percebemos que são muito rápidos, não explicam tudo, nem muda nossa escolaridade. Isso não nos ajuda para conseguir emprego” (ALUNO EGRESSO H).*

Não podemos esperar que uma qualificação nos moldes do Estado capitalista altere substancialmente as condições de vida e trabalho do trabalhador brasileiro. Apesar do discurso otimista da qualificação profissional, os próprios apologistas desse tipo de disseminação sabem que a educação (básica ou não) não é garantia de emprego para a população. Querem, no entanto, conter e conformar uma população que, aparentemente, não enxergam o poder que tem em suas mãos.

Com a oferta dos cursos de qualificação profissional, o Estado transmite a ideia de estar oferecendo as mesmas oportunidades de acesso à educação para todos, quando, na verdade, o número crescente de escolas profissionais tende a eternizar as diferenças existentes, sejam elas educacionais e/ou econômicas. Causa a impressão de possuir um caráter democrático quando reforça e eterniza as diferenças sociais, com uma suposta condição de igualdade de oportunidades em relação aos diferentes estratos sociais da classe trabalhadora e da classe burguesa.

Para compreender o Pronatec, é necessário inseri-lo em um contexto de fortes e intensas investidas da classe dominante, com o intuito de adaptar o Estado brasileiro às necessidades das relações de produção e dominação capitalista para a formação dos trabalhadores. Transformações que se inserem em um processo largo de reforma do Estado brasileiro para adequá-lo ao modo de produção capitalista a partir dos anos de 1990, bem como as novas formas de manutenção da hegemonia burguesa e seus efeitos para a formação

destinada à classe trabalhadora em que prevalece o interesse privado em detrimento do coletivo com mecanismos de conformação da classe trabalhadora (NEVES, 2005).

A luta hegemônica se fortalece ao ampliar os direitos sociais (trabalho, moradia, saúde, alimentação, educação, entre outros), por meio de políticas governamentais e assim conseguem o consenso ativo de grande parcela da população, que, mesmo sem perceber, aderem ao projeto burguês de sociedade (NEVES; SANTÁNA, 2005). Ameaçados com as condições de desemprego, acabam por permitir a viabilização das políticas neoliberais de superexploração da força de trabalho.

Dessa forma, a burguesia assume, ao que Neves (2005) denominou de equilíbrio instável conseguido entre interesses antagônicos, mas sob a predominância da burguesia. Não existe uma estabilidade garantida, esta pode ser interrompida diante do agravamento da precarização das condições de trabalho e de vida da população, constituindo-se em uma proposta contra-hegemônica.

Assim, as contradições presentes no Pronatec são expressões típicas do próprio modo de produção capitalista, que, embora oferte a formação aos trabalhadores, o faz de modo a garantir o mínimo de conteúdos necessários para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho. Por se tratar de trabalho/emprego precários e simples, o tipo de formação também segue o mesmo molde, característico da maioria dos cursos do Pronatec, especialmente os FIC.

Os cursos de curta duração ofertados pelo ETA no âmbito do Pronatec estão voltados para um ensino técnico e pragmático, que submete o trabalhador à exploração do capital, cumprindo a função de eternizar a estratificação das classes, sob princípios democráticos, como nos esclareceu Gramsci (2001)<sup>18</sup>. Dessa forma não se apresenta como a educação que deveria ser ofertada à classe trabalhadora.

Sua luta e defesa eram em prol da escola unitária<sup>19</sup>, fundamentada na emancipação humana e comprometida com a classe trabalhadora, contrário à escola profissionalizante que obedece à lógica do capital e solidifica o abismo entre as frações de classes (burguesa e

---

<sup>18</sup> Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada o como democrático, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas. (GRAMSCI, 2001).

<sup>19</sup> Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI, 1991).

trabalhadora). Por isso sua reivindicação se direciona para as exigências da classe trabalhadora, com uma escola formativa e não mecanicista, ou seja, uma escola livre e comum para os trabalhadores e seus descendentes. A proposta gramsciana de escola unitária rompe com o modelo de escola atual, ainda que não deva aguardar a superação da sociedade capitalista para sua efetivação.

#### **4.2 Avaliação dos cursos do Pronatec: como os alunos analisam a qualificação ofertada na ETA/UFAL**

Esta categoria dialoga com a anterior ao se propor problematizar a avaliação que os alunos egressos fazem acerca dos cursos do Pronatec. Suas avaliações não se restringiram a conclusão do curso, mas a todo seu processo, como nos sugerem suas narrativas ao avaliarem os cursos, vejamos:

*“As amizades que fiz ao longo do curso e que até hoje carrego. A atenção dos professores comigo e com meus colegas”* (ALUNO EGRESSO A).

*“Os profissionais eram muito bons, eles tinham boa formação e sabiam explicar bem o conteúdo”* (ALUNO EGRESSO C).

*“A certificação que conseguir quando terminei o curso, talvez agora fique mais fácil arrumar um emprego”* (ALUNO EGRESSO I).

Percebe-se como critério de avaliação, pelos alunos egressos, a ênfase nas relações interpessoais ao longo do curso e a competência profissional dos professores. Os trabalhadores consideravam os professores bem preparados e qualificados, pois conseguiam transmitir o conhecimento e os incentivava durante o curso.

Esse tipo de avaliação se distancia do verdadeiro sentido que os cursos de qualificação profissional deveriam ter que seria o aprimoramento técnico, sem negar a educação básica e de boa qualidade.

Percebemos também que vários cursos são ocupados efetivamente por mulheres (nossos entrevistados, na categoria alunos egressos eram todas mulheres), ou seja, aquelas consideradas como mais “fáceis” de conseguir emprego, que se submetem a qualquer tipo de emprego, com pouca exigência quanto ao tipo de trabalho, condições de trabalho e rendimento.

A questão da duração do curso, da qualificação profissional e da inserção profissional também vêm à tona com esta categoria, como expresso abaixo:

*“A qualificação profissional, apesar de rápida, foi importante para aumentar minhas chances de conseguir um emprego”* (ALUNO EGRESSO J).

*“Esperava bem mais do curso, fica faltando aprender muita coisa por causa do tempo curto”* (ALUNO EGRESSO H).

*“Apesar de rápido, foi um curso bom. Aprendi coisas que não conhecia”* (ALUNO EGRESSO J).

Os cursos de qualificação profissional, mesmo os de curta duração, reacendem a chama de um emprego por parte dos trabalhadores. Eles vislumbram uma certificação para aumentar sua chance de conseguir um emprego, embora reconheçam que a carga horária do curso seja curta, o que não os coloca em grau de competitividade com trabalhadores com cursos mais longos, como os técnicos, por exemplo.

Os trabalhadores, diante dessa conjuntura, permanecem presos a uma formação simples e precária que não apenas lhes nega a educação básica, mas os encaminham para atividades laborais com o mesmo caráter de precariedade e totalmente desvalorizadas nas relações de produção capitalistas (CÊA, 2003).

Qualificação profissional, que tende a manter ocupada em cursos de curta duração (cursos que predominam no Pronatec) a classe trabalhadora semiescolarizada e semidesqualificada, na esperança constante de um novo ou melhor emprego (PAZ, 2011). Destarte é mais uma formação, sem expectativas de mudanças concretas nas relações de produção, para classe trabalhadora brasileira.

Os cursos são muitos e diversos, porém, em sua maioria, são cursos que certificam os trabalhadores, mas não lhes oportunizam adentrar ao mundo do trabalho, muito menos de concorrer com aqueles mais privilegiados da sociedade, a classe burguesa.

Os cursos estão voltados para formação do trabalho simples, sem muita exigência do trabalhador, tanto em seu nível de escolaridade quanto na formação que lhe é ofertada. São cursos fragmentados que transformam o trabalhador em um mero empregável que tem sua força de trabalho disponível, na busca infinda por emprego, definindo um caminho alternativo para uma grande parcela dos trabalhadores (FRIGOTTO, 2001).

Os cursos são aqueles com custo mínimo para o Estado, aligeirados e restritos, que não exigem grandes tecnologias nem laboratórios sofisticados e fazem uso de instalações físicas anteriormente existentes, bem como dispensam requisitos de escolaridade elevados, já que o trabalhador que nem ao menos tenha concluído o ensino fundamental I pode participar de diversos cursos ofertados pelo Pronatec em sua modalidade FIC.

Esses cursos não formam o trabalhador para uma profissão, pois seu formato curto, com conhecimentos e técnicas mínimas, apenas certifica o trabalhador, sem o profissionalizar. Apresenta-se como uma alternativa para o trabalhador de Alagoas, sem superar os mecanismos de aligeiramento e simplificação da formação, que tem como destaque acentuado os cursos FIC em instituições públicas e privadas na qual a ETA/UFAL está inserida. Essa instituição teve que adaptar seus cursos aos do Pronatec com duração mínima de 160 horas no âmbito da Bolsa-Formação trabalhador. Distanciando-se de seu objetivo inicial, que era voltado para cursos ligados diretamente às Artes.

Em contrapartida, o MEC utiliza os espaços públicos já existentes, sem precisar de grandes investimentos públicos para execução dos cursos. Os cursos acontecem tanto no espaço da ETA/UFAL em Maceió, como em outros espaços e lugares ao firmarem parceria com a ETA/UFAL, como a Secretaria Estadual de Educação (SEE). As unidades remotas se localizam em outros municípios de Alagoas: Rio Largo, Messias, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos, entre outros. Os cursos acontecem em escolas municipais e estaduais, bem como em outros espaços cedidos pelos parceiros, como em centros comunitários e de assistência social.

Com pouca ou quase nenhum reconhecimento e legitimação social, os cursos de curta duração exigem requisitos mínimos de escolaridade e de conhecimentos técnicos e caminham com uma proposta de qualificação constante e permanente da população economicamente ativa do país, distinguindo-se do sistema educacional regular. E, como nos afirma Neves (2008), representa uma terminalidade precoce da educação da classe trabalhadora, que não atinge patamares educacionais superiores, principalmente com a implementação de cursos de curta duração, que certificam em curto prazo um grande quantitativo de pessoas com requisitos mínimos de escolaridade, para executarem tarefas simples na produção capitalista.

Funciona, na medida em que concede aos segmentos da classe trabalhadora certos alcances materiais, como oportunidade de formação precária, perspectiva de emprego e consumo de alguns bens. Assim, desorganiza a luta de classes e conserva as frações da burguesia, que compõem o bloco no poder. Nesse sentido, unifica um projeto em longo prazo para perpetuação da burguesia, mantendo sua posição hegemônica, como também assegura uma aparente permanência dos interesses gerais da classe trabalhadora.

### 4.3 Aspectos mais significativos dos cursos do Pronatec: pontos relevantes nos cursos ofertados pela ETA/UFAL

Esta categoria expressa o que de significativo os cursos do Pronatec trouxeram para a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Dialogamos com os três grupos de entrevistados: os alunos egressos, os professores e os coordenadores. Ressaltamos que, do quantitativo de professores entrevistado (dez), o número de mulheres (60%) continua sendo superior ao dos homens (40%), o que nos regozija, por perceber a presença da mulher neste contexto e com formação de nível superior. Tratando-se dos coordenadores, duas eram mulheres, com um percentual de 50% de um total de quatro coordenadores. As duas são servidoras efetivas da UFAL e uma delas, também, coordenadora geral do programa na ETA/UFAL.

Entre os alunos egressos, pesa como significativo nos cursos do Pronatec as amizades construídas ao longo do curso, o aperfeiçoamento profissional, as chances de entrar no mercado de trabalho, a certificação profissional. A respeito disso, vejamos o que dizem os alunos egressos:

*“Aumentou minha autoestima e me ajudou com a minha depressão. Fiz amizades que carrego até hoje”* (ALUNO EGRESSO A).

*“O curso é uma oportunidade de aperfeiçoamento profissional”* (ALUNO EGRESSO F).

*“O certificado que consegui a partir dos cursos, e que acredito que facilitará minha entrada no mercado de trabalho”* (ALUNO EGRESSO I).

O certificado, tão relevante na concepção dos alunos egressos, especialmente para obtenção de um emprego, esconde seu caráter fetichista, ao conceder valor à força de trabalho, determinar uma profissão e conferir certo conhecimento, quando por certo se converte em capital variável apropriado pelo próprio capital, este sim o verdadeiro proprietário do certificado, que negocia e determina o valor da força de trabalho (BEZERRA, 2009).

A ideia de que certificação é sinônimo de melhores chances de emprego ainda está arraigada na vida de muitos trabalhadores e presente no discurso governamental ao enfatizar a qualificação profissional.

É como se existisse uma relação linear, que, na verdade, é um fetichismo, que atribui ao certificado a aptidão para o emprego. Nessa perspectiva, quantos mais certificados, mais chances de emprego e assim a busca incessante por qualificação profissional.

É um conjunto de estratégias que apenas conferem certificação simples, e que se constitui em uma aparente inclusão, que justifica sua falta como incompetência do trabalhador, para assegurar sua exclusão ao mundo do trabalho e de formas dignas de existência.

Reincide mais uma vez a importância dada à qualificação profissional como requisito para inserção ou reinserção profissional. Relacionando com a fala dos professores, fica evidente que algumas respostas se encontram consoante entre ambos, como a certificação profissional, a qualificação profissional, a oportunidade de conseguir um emprego. Alguns fragmentos das narrativas dos professores apontam para isso:

*“Considero importante à certificação que o curso oferece para essas pessoas”*  
(PROFESSOR A)

*“A qualificação profissional para essas pessoas é uma oportunidade de mudança de vida para elas”* (PROFESSOR D).

*“As chances de conseguir um emprego aumentam”* (PROFESSOR G).

Outros aspectos também foram considerados pelos professores como significativos, entre eles: a formação inicial ofertada, o caráter democrático do programa, a gratuidade dos cursos, a ampliação do programa e a renda extra a partir da qualificação. Elencamos alguns depoimentos, que seguem:

*“O curso é uma formação inicial para os músicos que já tocam e que não têm nenhuma certificação. Assim aprendem técnicas que não conheciam e conseguem um certificado”* (PROFESSOR B).

*“O curso é democrático, pois atende um público variado. Há muita oportunidade para as pessoas com os mais diversos níveis de escolaridade e cursos diversos também”*  
(PROFESSOR C).

*“Muitas pessoas já foram beneficiadas com esses cursos. A oportunidade que os alunos têm de frequentar um curso técnico, mesmo de curta duração, que eles não teriam nunca a oportunidade de participar, porque não poderiam pagar”* (PROFESSOR E).

*“Uma oportunidade para as pessoas fazerem um curso técnico, pois o Pronatec não se restringe a alguns locais, ele é amplo e democrático. Atinge um grande número de pessoas e locais. É algo que nunca vi acontecer com outros programas de qualificação profissional. Ele vai até onde nunca imaginamos”* (PROFESSOR H).

*“Os cursos trazem aperfeiçoamento e qualificação para os trabalhadores. Eles aprendem técnicas iniciais. Uma forma de renda extra, de ganhar dinheiro, poder arrumar emprego ou trabalhar por conta própria”* (PROFESSOR D).

*“Sem o Pronatec eles não teriam acesso a esses cursos, que normalmente são caros. Apesar de todas as dificuldades é um momento de aprendizagem e de ter uma renda mesmo que informal”* (PROFESSOR F).

Os coordenadores apontaram, para além dos já mencionados pelos demais (alunos egressos e professores), outros aspectos que consideram importantes, como: o estímulo para trabalhar por conta própria e a elevação da autoestima, ao que se verifica nos trechos dos depoimentos abaixo:

*“As pessoas aprendem uma profissão e são estimulados a investirem o conhecimento adquirido em algo rentável. Também contribui na elevação da autoestima dessas pessoas, elas se sentem úteis”* (COORDENADOR C).

*“Renda extra para os trabalhadores. Se o aluno for interessado o curso ajuda muito, tanto para arrumar um emprego, como para abrir o próprio negócio, seja formal ou informalmente”* (COORDENADOR D).

Corroborando com as narrativas dos outros entrevistados (alunos egressos e professores), pontuamos alguns fragmentos dos coordenadores, que destacaram a democratização do programa, o aperfeiçoamento profissional, a perspectiva de inserção profissional e as relações pessoais, como pontos mais significativos. Alguns recortes abaixo caminham nessa direção. Vejamos:

*“Um programa democratizador, que permite que toda população participe. Considero a democratização como o principal aspecto desse programa”* (COORDENADOR A).

*“Aperfeiçoamento de uma técnica que a pessoa já executa, acrescentando desse jeito um conhecimento mais técnico a algo que a pessoa já sabe”* (COORDENADOR B).

*“Com o curso alguns alunos conseguem arrumar emprego, como por exemplo, um aluno que fez o curso de locutor e trabalha em uma loja do comércio como locutor”* (COORDENADOR B).

*“Uma forma de renda para as mulheres dona de casa e melhora a autoestima delas”* (COORDENADOR C).

O discurso da democracia é explicado pela predominância de cursos de curta duração presente em muitos locais e instituições (públicas e privadas), ou seja, com a sua ampliação. Contudo, segue a lógica da diferenciação educacional, o que define o caráter nada democrático dos cursos de qualificação ofertados, principalmente, quando define o tipo de educação que será ofertada a cada classe social (KUENZER, 2000), perpetuando as diferenças sociais. Cria-se uma falsa impressão de democratização, quando, na verdade, dificulta o

acesso da classe trabalhadora a outros níveis de ensino (médio e superior) e limita sua formação a cursos de qualificação profissional, especialmente os de curta duração, muitas vezes como única alternativa.

A democratização vem disfarçada e embutida do discurso da expansão e interiorização. Porém, a democratização do ensino, seja geral ou profissional, não implica aumento quantitativo na oferta das vagas dos cursos, tampouco pela flexibilização dos requisitos para o público atendido, e sim pela possibilidade de todos (independente da classe social a que pertence) participarem em igualdade do conhecimento teórico e prático da escola, para que possam exercer em melhores condições a sua cidadania (OLIVEIRA 2003).

Muitos relacionam a ampliação e democratização da qualificação profissional diretamente ao aumento do quantitativo de vagas na educação profissional. O amplo leque de público alvo do programa não significa democracia, já que muitos participam dos cursos por receio de serem punidos com a suspensão de algum benefício, como o seguro-desemprego, por exemplo.

A ampliação de cursos de qualificação profissional, com a predominância de cursos de curta duração, não soluciona a questão do desemprego para o trabalhador brasileiro. Constitui-se em uma formação fragmentária, reducionista e individualista, que conserva a expansão, ampliação e perpetuação do capitalismo.

Essa democracia falaciosa expande o desemprego, precariza o trabalho e coloca o trabalhador em uma permanente situação de angústia e insegurança em busca de sua sobrevivência, pois tem apenas sua força de trabalho para vender (FRIGOTTO, 2001).

Compreende-se, assim, que a “democratização” da oferta de cursos para qualificação profissional não diminui as diferenças sociais e econômicas do trabalhador, já que uma educação que é distribuída desigualmente, não diminui as desigualdades sociais, ao contrário, aumenta, sendo produtiva ao capital, (KUENZER, 1991). Dessa forma, o Pronatec cumpre com sua finalidade de ampliação e democratização associada à precarização da formação do trabalhador.

Por certo, o Pronatec se amplia permeando outros programas já existentes e a criação da Bolsa-Formação, com a falácia da ampliação e democratização da educação profissional, que vêm acompanhadas de uma qualificação precarizada, aligeirada e superficial para a classe trabalhadora.

O programa ganhou credibilidade desde o primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff (2011), com ações direcionadas para educação profissional, principalmente com a ampliação do acesso da classe trabalhadora, visto que o programa foi responsável pela oferta

de mais de 8 milhões de vagas entre os anos de 2011 a 2014. Mas, a maioria dos cursos destinados ao programa concentra-se em cursos FIC. Modalidade de cursos de curta duração da educação profissional, que não causa impactos no aumento do número de matrículas da educação profissional, como não demanda investimento e criação de infraestrutura física para execução das suas atividades formativas.

O Pronatec compõe, sobremaneira, um movimento contraditório de interesses de frações de classes, e permite à burguesia, como classe dominante pertencente ao bloco no poder, a manutenção da sua hegemonia restrita do Estado capitalista brasileiro dependente. Para classe trabalhadora, resta-lhe uma adesão (não sem alguns entraves históricos) ao projeto desenvolvimentista em subordinação ao capital financeiro internacional. As políticas sociais do Estado capitalista não superam as contradições da correlação de forças existentes entre capital e trabalho, na verdade, legitimam o sistema capitalista e cooperam com certo equilíbrio de forças, que interessa principalmente ao bloco do poder (burguesia).

Por meio de suas políticas governamentais, o Estado desenvolve atividades de conformação, que tendem a manter a hegemonia da classe dominante, ao mesmo tempo em que desorganiza as lutas da classe trabalhadora. As estratégias de conformação giram em torno da promessa de emprego a partir da qualificação profissional, ainda que sejam empregos simples e precários e oferecem oportunidade de qualificação e requalificação ao trabalhador. Essas estratégias conseguem promover o consenso entre frações da classe trabalhadora ao permitir um acesso, mesmo que restrito e precário, ao mundo do trabalho.

#### **4.4 Aspectos que precisam melhorar nos cursos do Pronatec: a ETA/UFAL como contexto**

Esta categoria questiona aspectos de melhoria nos cursos do Pronatec. Tais aspectos foram pontuados pelos alunos egressos, professores e coordenadores.

Os três grupos entrevistados concordaram que o material didático é limitado, e o espaço físico muitas vezes é improvisado. Vejamos algumas falas que avaliam a qualidade do material:

*“O material que eles dão para gente é muito fraco, deveria ser melhor a qualidade desse material”* (ALUNO EGRESSO B).

*“O material didático deveria ser padronizado pelo governo federal, de forma nacional, assim teria uma melhor qualidade, tipo livros mesmo”* (PROFESSOR D).

*“Material didático fragilizado, com apostilas xerocadas em preto e branco”* (COORDENADOR A).

O material didático foi questionado por todos os segmentos de entrevistados (aluno egresso, professor e coordenador). Embora não tenhamos tido a oportunidade de analisar criteriosamente esses materiais, são percebíveis queixas voltadas para a qualidade gráfica do material, que não valoriza as cores e não segue um padrão nacional.

Para os professores e coordenadores, especialmente, os materiais deveriam vir em formato de livros e serem distribuídos pelo governo federal. Como os recursos são mínimos, a instituição só consegue imprimir os materiais, elaborados pela equipe pedagógica, em preto e em papel comum. As apostilas são fornecidas aos alunos ao longo do curso. E mais uma vez a qualificação profissional dirigida aos trabalhadores se concentra nos moldes superficiais e sem uma boa qualidade.

Quanto ao espaço físico:

*“O local é muito apertado e o curso é muito rápido, nem dá tempo de aprender direito”* (ALUNO EGRESSO G).

*“O espaço físico, alguns lugares não são apropriados para uma aula. Um espaço apertado, não ventilado, sem água. Já tive que levar um ventilador e comprar água algumas vezes. Alguns espaços são improvisados”* (PROFESSOR G).

*“Estrutura física que na maioria das vezes é improvisada. Nem ao menos tem uma sala certa para que o curso ocorra”* (COORDENADOR B).

Uma qualificação profissional, que faz uso das estruturas educacionais (públicas e privadas) existentes, configurando-se em uma forma rentável de usar estruturas já existentes na oferta de cursos de qualificação profissional ao trabalhador, sob o discurso da ampliação, sem investimentos na estrutura física das instituições.

A ETA/UFAL é um caso concreto de uso de instalações já existentes para atender a um contingente de trabalhadores, o que se percebe é que as escolas profissionais, principalmente as públicas, muitas vezes, não se encontram em condições de atender com qualidade nem ao menos sua demanda existente e anterior ao programa. Mas, para atrair recursos públicos, improvisam suas instalações e horários, e como sempre quem paga a conta é o trabalhador brasileiro.

Seu foco na formação, antes somente voltado para as Artes, com o Pronatec sofreu um novo formato, ampliando-se para as qualificações profissionais mais diversas e não se restringindo ao espaço da ETA/UFAL em Maceió, adentrando escolas e outros espaços sociais em parceria com outros municípios alagoanos.

Reforçamos que a ETA/UFAL é a Escola Técnica de Artes e faz parte da UFAL como escola técnica. Pela primeira vez fez parte do rol das instituições parceiras na oferta de cursos de qualificação profissional, contudo, foi preciso ampliar seu leque de cursos, estendendo-se para além dos de Artes, atuando na área de qualificação profissional dos trabalhadores, sem necessariamente ser seu foco de atuação. A participação e adesão às políticas de qualificação promovidas pelo Estado capitalista se justificam, em grande parte, pela carência de recursos e financiamentos públicos tão escassos para a educação pública, sendo uma questão de sobrevivência e necessidade.

Acrescentemos a essas questões, algumas narrativas que reforçam questões reincidentes em outro momento da entrevista. Para os alunos egressos a carga horária curta e a falta de estágio dos cursos é um aspecto que prejudica a qualificação profissional, bem como a inserção profissional. Sua insatisfação se manifesta em seus depoimentos:

*“O curso passa muito rápido, quando você vê já acabou. As disciplinas também são muito rápidas por conta da carga horária curta do curso”* (ALUNO EGRESSO H).

*“O curso deveria ter pelo menos seis meses e também oferecer estágio”* (ALUNO EGRESSO F).

Os cursos de curta duração, centrais nesta pesquisa, são sempre lembrados com insatisfação diante de seu formato aligeirado, simplista e superficial. Aliado a isso, encontra-se o fato deste não exigir estágio em sua formação, típico de um curso de curta duração, mas que para os alunos egressos faria total diferença no momento de participar de uma seleção de emprego. Seu formato caminha em sintonia com as prerrogativas do Estado capitalista, que não investe na qualificação de qualidade do trabalhador, por isso cursos mais rápidos, que legalmente não exigem estágios, diminuindo assim os gastos públicos.

Os professores questionaram como fragilidade do programa a falta de continuidade na formação profissional, e a forma como é feito o direcionamento do público-alvo foi levantada pelos professores e coordenadores. Observemos:

*“Os cursos deveriam ter continuidade. Pelo que percebo a formação para aí, sendo muito pouco para o aprendizado”* (PROFESSOR B).

*“Os parceiros demandantes não sabem direcionar o público alvo para os cursos certos, o que acarreta evasão ou falta de interesse, alguns só permanecendo por causa da bolsa. Não sabem se as pessoas se identificam com os cursos, enviam e pronto, principalmente os beneficiários do seguro-desemprego”* (PROFESSOR C).

*“Público alvo que às vezes não se identifica com o curso e só faz ou pela bolsa do programa ou para garantir o seguro-desemprego, como o caso de um pedreiro que foi*

*direcionado para um curso de Libras pelo SINE, pois na época era o único curso disponível*” (COORDENADOR A).

Alguns professores questionam o fato dos cursos do Pronatec, embora denominados de formação inicial e continuada, apenas formarem inicialmente o trabalhador. Não existe, na maioria dos cursos, uma continuidade do curso feito inicialmente. Assim, o próximo curso feito pelo trabalhador no âmbito do Pronatec, quase sempre não se relaciona continuamente com o anterior.

O público-alvo se constitui em uma preocupação, principalmente para coordenação do programa na ETA/UFAL, que recebe dos parceiros demandantes os trabalhadores que participarão dos cursos. Muitos são encaminhados por estarem recebendo o seguro-desemprego, como determina a lei e em nada se identificam com o curso, mas como requisito para recebimento do benefício se sujeitam aos cursos ofertados e disponíveis no momento.

As melhorias pontuadas sinalizam as fragilidades do programa e seu atendimento à classe trabalhadora, que se qualifica com materiais didáticos deficientes e em espaços improvisados com cursos de curta duração. O tipo de formação para classe trabalhadora parece se manifestar nesses moldes de qualificação profissional para conformação da maioria da população mais carente por educação e trabalho dignos.

#### **4.5 (Re) inserção profissional a partir dos cursos do Pronatec: uma possibilidade vislumbrada**

A categoria (re) inserção profissional surgiu principalmente por sua recorrência nos depoimentos dos sujeitos entrevistados. Dos 10 alunos egressos entrevistados, apenas uma não tinha intenção de conseguir um emprego, pois já era aposentada, como bem afirmou:

*“Na verdade não fiz o curso para arrumar emprego. Sou aposentada e o curso é como uma terapia para mim”* (ALUNO EGRESSO A).

Outra fez o curso do Pronatec, porque soube que teria uma seleção para auxiliar administrativo pela prefeitura da cidade onde mora. Fez o curso, passou na seleção e até o momento da entrevista estava trabalhando na área. Segundo ela:

*“Consegui um trabalho como auxiliar administrativo na prefeitura de Marechal Deodoro. Só que é serviço prestado, não é nada certo, nem concurso público também”* (ALUNO EGRESSO J).

Os alunos egressos que se encontravam desempregados não conseguiram emprego, outros permaneceram na mesma situação ocupacional em que se encontravam quando do início e término do curso. Vejamos suas afirmações:

*“Trabalho no comércio. Nada a vê com o curso que fiz”* (ALUNO EGRESSO I).

*“Trabalho por conta própria. Tenho um mercadinho em casa”* (ALUNO EGRESSO J).

*“Ainda estou sem trabalhar”* (ALUNO EGRESSO F).

*“Trabalho na mesma coisa de antes. Sou manicure e pedicure”* (ALUNO EGRESSO B).

Diante das narrativas dos alunos, é perceptível que os cursos não se configuram em algo com um diferencial em potencial para se inserir no mundo do trabalho, mas como uma probabilidade a ser vislumbrada.

Para os trabalhadores, o que importa é que possam desempenhar atividades remuneradas para sobreviver, principalmente em tempos difíceis. Por certo que estes cursos, como nenhum outro, garantem emprego, pois a falta de emprego não é fruto da não qualificação dos trabalhadores, mas do próprio modo de produção capitalista, que em sua maioria, quando insere profissionalmente o faz de maneira precária, não necessitando da eterna qualificação profissional. Esta compreensão de qualificação profissional para inserção justifica o desemprego, desviando da exploração capitalista os reais motivos da desigualdade social existente (OLIVEIRA, 2003).

Assim não se compartilha da ideia de que exista uma relação recíproca e imediata entre formação escolar e formação profissional com a obtenção inequívoca de emprego ou de aumento da produtividade e economia do país. Nem que cabe ao desempenho individual do trabalhador se adequar rapidamente e o quanto antes às transformações tecnológicas que impactam o sistema produtivo, para serem inseridos no mercado de trabalho.

O movimento de expansão do capital impossibilita cada vez menos aos trabalhadores qualquer garantia de manter seus empregos e/ou alcançar novos postos de trabalho, independente da sua formação básica e/ou qualificação profissional, predominando sobre a classe trabalhadora o seu lado mais perverso. Prepara, na verdade, o trabalhador para o desemprego, a informalidade e o trabalho autônomo (RAMOS, 2012).

Mas, as narrativas dos entrevistados corroboram com o discurso da inserção profissional. Para os professores, os cursos são uma oportunidade de contribuir com a inserção profissional dos trabalhadores, esses afirmam:

*“O curso fornece a formação profissional do trabalhador, sendo uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho”* (PROFESSOR G).

*“Uma oportunidade de aprender e trabalhar, principalmente para essa população carente que não tem muita perspectiva de trabalho. Um curso do Pronatec é uma porta de entrada para quem quer ter uma profissão e arrumar um emprego. São cursos que em grande parte preparam para o trabalho autônomo”* (PROFESSOR D).

A compreensão dos coordenadores tende para mesma direção dos professores, quando dizem que:

*“O curso aumenta as chances de arrumar um emprego e também como uma forma de ter uma renda ou somar a uma renda fixa”* (COORDENADOR B).

A proposta do programa aparentemente atende aos interesses da classe trabalhadora, quando, na verdade, demonstra um favorecimento aos anseios da classe dominante ao proporcionar uma formação aligeirada e superficial aos trabalhadores, com ampla transferência de recursos públicos para o setor privado, contribuindo com o desmonte da educação pública de ensino profissional.

Uma prática que promove a inclusão excludente de grande parcela da população brasileira, pois o Estado deixa de lado a universalização do acesso à educação nos mais diversos níveis e passa a adotar a política de ampliação do acesso a grupos definidos (KUENZER, 2007).

O trabalhador, para não ser excluído do mundo do trabalho, consente sua exploração, e o acesso a esse mundo se concretiza pelo permanente retorno aos cursos de qualificação profissional ofertados pelo Estado capitalista.

Nesta perspectiva, o Pronatec funciona como uma maneira de dissimular a falta de acesso real ao trabalho em prol da manutenção da lógica capitalista, principalmente por meio da superexploração do trabalho. A oferta generalizada de cursos rápidos de qualificação profissional não melhora as condições de inserção profissional ao mundo do trabalho daqueles que se encontram em situação de risco social e que geralmente possuem níveis de escolaridade baixos.

O discurso da qualificação para reinserção profissional não é válido para uma sociedade que exclui os mais necessitados e menos escolarizados. Embora, mesmo diante desse modelo excludente, não se deve negar a educação geral ou profissional a esta população, que pode encontrar nela uma forma de luta para construir um novo tipo de sociedade.

Assim, como nos elucida Kuenzer (2005), é através dos processos de inclusão excludente, que a educação se articula dialeticamente com os processos de exclusão includente existentes no mundo do trabalho, fornecendo ao capital a força de trabalho disciplinada técnica e socialmente, na medida das suas necessidades.

Ou seja, no mercado de trabalho, encontram-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, em que o trabalhador tinha direitos assegurados e condições de trabalho melhores, e que vêm sendo acompanhadas e substituídas por estratégias de inclusão no mundo do trabalho de forma precária e com baixos salários, através de empresas terceirizadas ou na informalidade.

Compreendemos, então, que a implementação do Pronatec reforça uma formação profissional cada vez mais aligeirada, massiva e simples, que conforma os trabalhadores, tornando-os disponíveis e submetidos às mais diversas formas de exploração: baixa remuneração, prolongadas horas de trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas, informalidade, precariedade, terceirização e desemprego e estimula a geração de trabalho autônomo e renda extra, diante da incapacidade de gerar emprego, típico de produção capitalista.

Os argumentos reunidos e analisados neste capítulo dialogam com as demais discussões que fizemos ao longo da pesquisa. Assim nos é possível afirmar que a implementação do Pronatec, no período entre 2012 a 2014, vem sendo marcada pelas contradições históricas, políticas e econômicas que permeiam os programas de qualificação profissional no Brasil e também em Maceió, que tem como uma de suas expressões a ETA/UFAL e seus cursos de curta duração.

Essas categorias nos possibilitaram o diálogo e a problematização de formas concretas e dialéticas, com a implementação do Pronatec em Maceió. Percebeu-se que algumas narrativas dos entrevistados foram recorrentes no processo de entrevista. Aspectos similares foram retomados em vários momentos, a saber: a importância atribuída à qualificação profissional, a inserção profissional a partir da qualificação profissional, os cursos de curta duração, a democratização e a ampliação do programa, entre outros.

A implementação do Pronatec reforça a nossa hipótese inicial quando compreendemos que os cursos de curta duração vêm acompanhados de mecanismos de aligeiramento e superficialidade, em um contexto que eleva a importância da qualificação profissional como requisito para inserção profissional, sem, contudo, conseguir diminuir as diferenças sociais e econômicas enfrentadas diariamente pelo trabalhador, que sequer tem uma educação básica de boa qualidade, e se encontra distante de uma educação profissional significativa. Atinge

espaços antes não vislumbrados, como a ETA/UFAL, para execução de seus cursos, sendo produtiva para o capital.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que desenvolvemos teve a intenção de analisar a implementação do Pronatec em Maceió com um olhar voltado aos cursos de Formação Inicial e Continuada na Escola Técnica de Artes – UFAL, no período compreendido de 2012 a 2014, buscando compreender de maneira crítica os pressupostos que norteiam este programa de qualificação profissional, e as contradições que marcam a correlação de forças no modo de produção capitalista brasileiro.

A implementação do Pronatec, com seus cursos de curta duração, alterou o cenário da qualificação/formação profissional em âmbito nacional e local, como podemos perceber diante de seu destaque midiático, os espaços alcançados e os números de matrículas divulgados, configurando-se em uma alternativa, quiçá a única para qualificação do trabalhador, porém essa formação acompanha mecanismos de aligeiramento e simplificação, principalmente pela oferta massiva de cursos de curta duração, os cursos FIC por meio da Bolsa-Formação Trabalhador.

O Pronatec aproveitou estruturas já existentes para oferta de seus cursos, como no caso da ETA/UFAL que, além de ceder seus espaços físicos, teve que adaptar e alterar o caráter dos seus cursos, antes direcionados para linguagens artísticas. Os cursos ofertados utilizam as estruturas existentes de instituições (públicas e privadas) e seguem um formato de cursos simples, que não exige do trabalhador determinado nível de escolaridade, nem o eleva.

Dessa forma, não se estabelece uma integração entre educação profissional e elevação de escolaridade, pois os cursos FIC ocorrem independentemente dos estudantes estarem ou não em processos de escolarização. Dispensam requisitos de escolaridade básica (nível médio) para participação do trabalhador em seus cursos e negam a importância da educação para a formação do trabalhador. Exige-se o mínimo de escolaridade (fundamental I incompleto) para que o trabalhador frequente seus cursos que, em sua maioria, são de curta duração.

São cursos, que mais conformam e aumentam as diferenças sociais e econômicas do trabalhador que provocam mudanças reais nas relações sociais de trabalho e educação, pois uma educação que é distribuída desigualmente aumenta as disparidades sociais, sem se constituir em oportunidade de acesso ao mundo do trabalho, sendo produtivo para o capital.

E, embora esses cursos se apresentem, muitas vezes, como a única alternativa para qualificação da classe trabalhadora (clientela predominante nesses tipos de cursos), essa oferta

de acesso à qualificação profissional para essa parcela da sociedade, corresponde a mecanismos de aligeiramento, simplificação e empobrecimento da formação profissional, que alcançou espaços antes não ocupados, como a ETA/UFAL, alterando seu caráter de cursos voltados para as Artes.

A ETA/UFAL, como instituição pública, implementou o programa desde 2011, o que propicia o recebimento de recursos, sempre tão bem-vindos em instituições públicas. Em contrapartida, precisa se adaptar aos moldes do programa, principalmente ao integrar em seu currículo cursos além dos seus objetivos e metas.

Contudo, o financiamento em instituições públicas é ínfimo se comparados com os incentivos direcionados às instituições privadas, como o Sistema S, por exemplo, que se apropria majoritariamente da educação profissional do trabalhador no país.

O Estado, com recursos públicos, financia em maior quantitativo as instituições privadas para formação do trabalhador, em uma batalha entre o público e o privado, em que este último sempre sai na vantagem. E mais uma vez, o Pronatec reafirma e consolida a relação público/privado proposta pelo Estado capitalista no que se refere à qualificação profissional da classe trabalhadora. A expressividade e a prevalência da iniciativa privada na oferta de educação profissional explicitam-se com maior impetuosidade principalmente quando observamos a quantidade de cursos oferecidos por essas instituições de ensino, que dispara na frente quando comparados com as instituições públicas. Observa-se, assim, a iniciativa privada preponderante no que diz respeito à formação do trabalhador, principalmente no formato FIC.

Os cursos FIC, posto como modalidade da educação profissional, acentuam o caráter dualista da educação no Brasil (profissional e propedêutica) e pode ser compreendido como horizonte único, terminal e precoce para uma grande parcela dos trabalhadores brasileiros, que sem expectativa de melhoria de emprego e educação se submetem a qualquer tipo de curso para quem sabe, em um futuro próximo ou não, conseguirem uma atividade que lhes garanta ao menos sua sobrevivência.

O Pronatec acentua de maneira sutil, natural e crescente a dualidade estrutural, econômica e educacional presente na sociedade de classes, em que prevalece a desigualdade e a exploração do trabalhador, com o aumento do trabalho informal, simplista e fragmentado em detrimento do trabalho integral e formal.

A luta dos trabalhadores parece se encaminhar pelo direito de ao menos serem explorados pelo capital, contanto que se encontrem inseridos em qualquer atividade laboral: formal ou informal, parcial ou total, assegurados ou não. Diante do cenário atual, o que vale é

uma renda que garanta sua sobrevivência e dos seus, independente da exploração a que são submetidos pelo capital.

Nesses moldes, os cursos de qualificação profissional, especialmente os FIC, formam para o trabalho informal, precário e autônomo, pois é fato que não existem empregos para todos e nada mais “justo” que a classe trabalhadora pague essa conta, recaindo sobre si as piores condições de trabalho e educação. Por certo, que a qualificação profissional não garante mudança de trabalho e educação, principalmente sob os moldes dos cursos FIC, que preparam para o trabalho incerto e em nada alteram a escolarização do trabalhador.

O Estado capitalista compreende esta realidade e, para obtenção do consenso entre as classes sociais, cria programas de qualificação profissional para reprodução e hegemonia da classe do poder e assim “resolve” as contradições existentes entre as frações de classe: dominante e dominada, estabelecendo o consenso ativo, principalmente com a promessa de inclusão social, que mais exclui os trabalhadores de seus trabalhos considerados seguros, para inseri-los em formas de trabalho desestruturados. Inclusão que não significa qualificação, mas que é determinada pelas demandas do sistema produtivo.

A qualificação profissional, ao formar para o mundo do trabalho, não assume um compromisso de inserção ou reinserção profissional nem de elevação da escolaridade. Na verdade, qualifica precariamente uma população desempregada e semiescolarizada que mantém acesa a chama da esperança por um emprego sob quaisquer condições e, desse modo, perpetuam-se, por meio do Pronatec, as diferenças sociais típicas do sistema capitalista.

E, mesmo que alguns trabalhadores se insiram no mundo do trabalho (precário ou não), ainda assim o desemprego em massa existirá. E, se por caso, a qualificação profissional ofertada pelo Estado fosse capaz de inserir a classe trabalhadora ao mundo do trabalho, essa façanha não será alcançada por meio de cursos de curta duração, que predomina no Pronatec, com seu caráter simplista, superficial, aligeirado e empobrecido direcionado à classe trabalhadora (jovem ou não).

A ausência de qualificação profissional do trabalhador não pode justificar o desemprego em massa que aflige a população. Deve-se, sim, considerar a relação de exploração entre capital e trabalho como perpetuador das diferenças existentes, educacionais e/ou econômicas.

A oferta em massa da qualificação profissional causa a impressão de democratização do ensino profissionalizante, com a ideia de oportunidades iguais para os desiguais, porém uma educação dual e desigual não representa condição de igualdade para quem não tem

condições de vida igualitária. A qualificação ofertada pelos cursos FIC (simples, restrita e aligeirada) tende a encaminhar para trabalhos com as mesmas características precárias.

Prevalece a lógica da diferenciação educacional, com aspectos nada democráticos, principalmente quando determina o tipo de educação que será ofertada a cada classe social: educação profissional para classe trabalhadora e educação propedêutica para classe burguesa. Um discurso falacioso de democratização, que dificulta o acesso da classe trabalhadora a outros níveis de ensino e limita sua formação a cursos de qualificação profissional, sem opções de escolha, na verdade, muitas vezes como única alternativa, que não enfrenta a questão do desemprego.

O Pronatec, como um programa de qualificação profissional do Estado capitalista, não supera a correlação de forças existentes entre capital e trabalho, e sim legitima o sistema capitalista e fornece um equilíbrio de forças, que mais interessa aos anseios do bloco do poder, e só aparentemente atende aos interesses da classe trabalhadora.

Diferentemente do discurso que coloca a educação como responsável pela inserção no mundo do trabalho, é preciso compreender que a educação isoladamente não origina emprego nem renda. Nos moldes ofertados, contribui para manutenção desigual da sociedade de classe. Esse posicionamento crítico a respeito da educação não implica negar a necessidade e a importância da educação básica e profissional para a vida do trabalhador, que vive em um contexto que lhe exige constantemente mais e mais qualificação.

É preciso mudanças econômicas efetivas, para ir além da implementação de programas de qualificação profissional, e superar a condição de sociedade do desemprego e da informalidade enfrentada pela classe trabalhadora. O Pronatec, como programa de qualificação profissional através de cursos técnicos e FIC, não promove políticas de emprego e renda para os indivíduos que se qualificam por meio de seus cursos. O que consegue, timidamente, é amenizar a situação de miséria social ao criar expectativas de inserção em alguma atividade que assegure a subsistência do trabalhador, quer seja formal ou informalmente.

Porém, as contradições, as quais fazem parte do sistema capitalista, continuarão a existir nesse sistema que se alimenta e sobrevive da desigualdade social, da acumulação de riquezas por alguns e da exploração do trabalhador.

Destarte, esperamos que esta investigação contribua com o aprofundamento de estudos referentes à qualificação profissional do trabalhador, com problematização de seus impactos na/para formação do trabalhador brasileiro, com seus mecanismos de aligeiramento,

simplificação e precarização tão peculiar nos cursos de qualificação profissional, especialmente na modalidade FIC.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio 1991.

\_\_\_\_\_. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53-60, maio 1992.

ALVES, R. **Ao professor com o meu carinho**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ARRUDA, M. A articulação trabalho-educação visando uma democracia integral. In: GOMES, C.M. (Org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Autores Associados, 1989.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, C. **Conhecimento, Riqueza e Política: um estudo sob a ótica da teoria social de Marx e da filosofia da práxis de Gramsci**. Maceió: EDUFAL, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: Pronatec. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. **Exposição de Motivos Interministerial nº 19**, de 28 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=500080>> Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Manual de Gestão da Bolsa Formação**. Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Manual de Operação do Sistec: Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador**. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Documento Referência para a Bolsa-Formação Trabalhador no âmbito do Pronatec**. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.855**, de 5 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, criado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº593**, de 5 de 2012, Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.816**, de 5 de junho de 2013. Altera as Leis nos 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 168**, de 7 de março de 2013. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, e dá outras providências. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. **Mensagem nº 223**, de 5 de junho de 2013. Veto ao Projeto de Lei de Conversão nº 6 de 2013. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e tecnológica**. Pronatec 2011/2013. Brasília: SETEC/MEC, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Guia Pronatec de cursos FIC**. 3ª edição. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Disponível em: <[http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei\\_12513.pdf](http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 11 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 30 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)> Acesso em: 25 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 817**, de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília: SETEC/MEC, 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)> Acesso em: 25 maio 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007.../2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007.../2008/Lei/L11741.htm)> Acesso em: 25 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.268**, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm#art1)>. Acesso em: 25 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.721**, de 16 de abril de 2012. Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 6**, de 12 de março de 2013. Altera a Resolução nº 04, de 16 de março de 2012, que estabelece critérios e procedimentos para a descentralização de créditos orçamentários às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Brasília, DF, 2013.

BRITTO JÚNIOR, A. F.; FRERE JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

CAMARA, G. L. **Os programas sociais de combate à pobreza na Argentina e no Brasil. Uma abordagem da Filosofia da Libertação**. 2014. 223 f. Tese. (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014..

CÂMARA, R.H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia, Brasília**, p. 179-191, 2013.

CÊA, G. S. **A qualificação profissional entre fios invisíveis: uma análise crítica do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR**. 2003. 290 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC, São Paulo, 2003.

COUTINHO, C. N.: O conceito de sociedade civil. In: COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas**. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU. **Relatório de Auditoria Anual de Contas**. Brasília, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. **Relatório anual, 2012**: SESI, SENAI, IEL. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual, 2013**: SESI, SENAI, IEL. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual, 2014**: SESI, SENAI, IEL. Brasília, 2015.

DESLANDES, S. F. Trabalho de campo: O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria.Cecília. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

DIÓGENES, E.M.N; ANDRADE, F.A. Globalização, neoliberalismo, Estado e o mercado educacional. In: AGUIAR, Socorro de Oliveira Cavalcante; SANTOS, Inalda Maria (Org.). **História e política da educação: teoria e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2015.

DOURADO, L. F.; BUENO, M. S. S. **O público e o privado na educação**. In: POLÍTICA e gestão da educação (1991-1997). n. 5. Brasília: Inep, 2001.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. In: COLÓQUIO A PESQUISA EM TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS, 1, 2009, Belém, PA. Anais... Belém, PA: UFPA, 2009. p. 1-16. Disponível em: [http://www.gepeto.ced.ufsc.br/downloads/Produo%20Acadmica/Trabalhos%20em%20Eventos/trab\\_evento\\_olinda\\_apontamentos\\_p\\_o\\_trab\\_c\\_docs\\_de\\_politica\\_educacional.pdf](http://www.gepeto.ced.ufsc.br/downloads/Produo%20Acadmica/Trabalhos%20em%20Eventos/trab_evento_olinda_apontamentos_p_o_trab_c_docs_de_politica_educacional.pdf). Acesso em: 10 jan. 2014.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FRANZON, F. **O papel dos estrategistas na prática estratégica: diversificação de cursos de uma instituição federal de ensino**. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Administração, Fundação Universidade Regional de Blumenau, SC, 2012.

FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. In: GOMES et al (orgs.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. In: São Paulo. Autores Associados, 1989.

\_\_\_\_\_. Educação e Trabalho: Bases para debater a Educação Profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n.1, p. 71-87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 9 dez. 2013.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **Educação profissional e desenvolvimento**. Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e profissional, com o patrocínio da UNESCO, Berlim, 2005, p. 1-14.

GOMES, C. Processo de Trabalho e Processo de Conhecimento. In: GOMES et al (orgs.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1989.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GRABOWSKI, G. **Um balanço da gratuidade no Sistema S**. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010. Entrevista concedida a Raquel Júnia.

Disponível em:

<<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=383&Destques=1>>. Acesso em: 16 nov 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HODGSKIN, T. **A defesa do trabalho contra as pretensões do capital**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Coleção os economistas).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 1º trimestre de 2015**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=149](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149)>. Acesso em: 20 jun 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopses Estatísticas de Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 11 nov 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios**. In: Brasil: o estado de uma nação. Brasília: IPEA, 2006, p. 121-228.

KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. INEP, Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. Teóricos-metodológicos da Relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**. Perspectivas de Final de Século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís; LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer\\_1.pdf](http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2016.

KUENZER, A.Z. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível?. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 491-508, Nov. 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, K. Revolução que a indústria moderna realiza na manufatura, no artesanato e no trabalho a domicílio. In: MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política: volume I.** 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MELO, M, P; FALLEIROS, I. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias da legitimação social. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria.Cecília. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 33. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MORETTINI, M.T. Um “olhar” sobre os cursos de qualificação profissional em MS. **Intermeio: revista do Mestrado em Educação,** Campo Grande, v.8, n.15, p. 74-87, 2002.

MOURA, D.H. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1990 e 2000: limites e possibilidades. In: OLIVEIRA, Ramon de. (org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate.** Campinas, SP, 2012.

MOVATE: Movimento de Valorização e Articulação dos Trabalhadores em Educação do MEC. **PRONATEC: o que fica com os “FIC”?** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.movate.org/2014/04/pronatec-o-que-fica-com-os-fic.html>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

NEVES, L. M. Introdução: A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. Ensino médio, ensino técnico e educação profissional: delimitando campos. In: NEVES, M. L. W (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI.** Campinas: SP. Autores Associados, 2008.

NEVES, L. M. W; SANT’ANA, R. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, Marcela A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, Marcela A. **A atualidade das ideias de Nicos Poulantzas no entendimento das políticas sociais no século XXI.** *Geminal: marxismo e educação em debate*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 97-111, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geminal/article/view/4277>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

NOSELLA, P. Trabalho e Educação. In: GOMES et al. (orgs.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1989.

OLIVEIRA, R. A **(des)qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, R.; PAZ, S. A educação tecnológica e profissional como programa/política de Estado: análise da política nacional de qualificação profissional do Brasil. In: OLIVEIRA, Ramon de. (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

OLIVEIRA, Guilherme Brandt de. **A implementação de um curso de Ensino Médio Integrado na Modalidade EJA: o Contexto da Prática do Câmpus Restinga (IFRS)**. 2013. 132 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PAZ, S. A **“nova” política pública de qualificação profissional no Brasil: contribuições para uma análise**. 2011. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2011.

PINTO, L. T. C. **Educação profissional no Brasil (2003-2012): uma análise da categoria trabalho e empregabilidade presentes no PROEJA, e-TEC e PRONATEC**. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2013.

POULANZTAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.  
RAMOS, M. A educação tecnológica como política de Estado. In: OLIVEIRA, Ramon de. (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

RAMOS, Marise N. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008. Disponível em <[http://www.nre.seed.pr.gov.br/wenceslaubraz/arquivos/File/curriculo\\_integrado.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/wenceslaubraz/arquivos/File/curriculo_integrado.pdf)> Acesso em 25 jun. 2014.

RODRIGUES, J. Ainda educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.3, n.2, p. 259-282, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SERVIÇO NACIONAL DE AAPRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC. **Relatório geral, 2012**. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório geral, 2013**. Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório geral, 2014**. Rio de Janeiro, 2015.

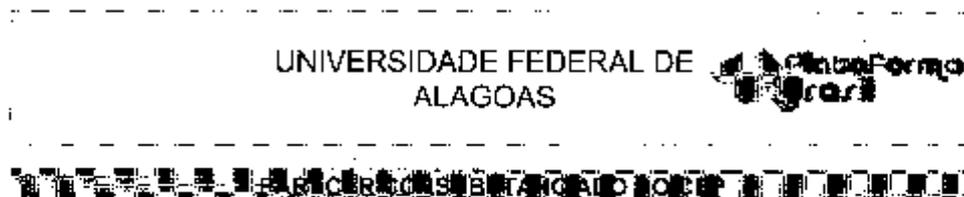
SILVA, Roberto Bittencourt. A Educação Técnica Profissional e a Lei do Pronatec. **Democratizar**, v. VI, n. 1, jan./jul. 2012.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R.F.; GARCIA, R.M.C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise dos documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, 2005.

TROGIANI, Caio de Resende et al. **Desafios para implementação do programa PRONATEC/OSASCO Sem miséria**: proposta de plano de ação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) - Escola de Administração Pública de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - Documentos Comitê de Ética

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** O Pronatec em Maceió: uma análise dos cursos de Formação Inicial e Continuada na Escola Técnica de Artes e UFAL

**Pesquisador:** Fernanda Valéria do Nascimento Borba

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 47599015.5.0000.5013

**Instituição Proponente:** Centro de Educação

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.269.761

**Apresentação do Projeto:**

O projeto de pesquisa pretende realizar um estudo de caso sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec – em Maceió, com uma análise dos cursos de Formação Inicial e Continuada na Escola Técnica de Artes – UFAL, a partir das expectativas, interpretações e olhares dos diversos sujeitos envolvidos no programa (coordenadores, professores e alunos egressos), no período compreendido entre 2012 a

2014. O programa a ser analisado parte de uma política pública governamental criado no Governo Dilma Rousseff em 2011 e tem como objetivo "expandir, interiorizar e demonstizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e intensificar o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país" (BRASIL, 2011, p.1). Assim, o Programa ampliou a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em todo o país, destinado aos que se encontra em situação de vulnerabilidade, com ações que visam minimizar as precárias condições sociais e econômicas desses indivíduos. A pesquisa se insere no campo das discussões da relação trabalho e educação, fundamentando-se em autores que produziram e produzem literatura a respeito: ARROYO (1989); CIAVATTA (2000, 2002); FRIGOTTO (2001; 2006; 2007; 2010); KUENZER (1991; 2000); RAMOS (2001; 2012); SHIROMA (2007); NOSELLA (1989); dentre outros autores. Para compreensão do Pronatec em Maceió, a

Endereço: Campus A - C Sítio da Cidade Universitária  
 Bairro: Tabuleiro dos Martins CEP: 57.072-900  
 UF: AL Município: MACEIO  
 Telefone: (32)3214-1341 Fax: (32)3214-1700 E-mail: comtedeeticafufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALAGOAS



Contribuição do Pesquisador: R\$ 260,76

Investigação considerará a ação da Escola Técnica de Artes – UFAL, na oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada no âmbito federal, no que diz respeito à qualificação profissional dos trabalhadores de Maceió, no período de 2012 a 2014.

Como procedimentos metodológicos a investigação utilizará análise documental e bibliográfica por meio de registro e análise de documentos e dados (planilhas, estatísticas, tabelas, orçamentos, contratos, convênios, editais, relatórios, ações, projetos, entre outros) fornecidos pela instituição pesquisada. Documentos oficiais (Leis, Decretos, pareceres, Normas, entre outros) e produções acadêmicas (dissertações, teses, monografias e artigos) acerca do objeto de estudo – o Pronatec, além de entrevista semiestruturada com os coordenadores, professores e alunos egressos do Pronatec na ETA.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Analisar os cursos de Formação Inicial e Continuada na Escola Técnica de Artes – UFAL vinculado ao Pronatec, a partir das expectativas, compreensões, interpretações e olhares dos sujeitos (coordenadores, professores e alunos egressos) inseridos no programa, no período compreendido de 2012 a 2014.

Objetivo Secundário:

Compreender a importância da ação da ETA na oferta dos cursos FIC, vinculado ao Pronatec, para os trabalhadores; Identificar o alcance da formação ofertada pela ETA a partir do número de matriculados e concluintes dos cursos FIC; Inferir sobre as diferentes expectativas e interpretações que os sujeitos (coordenadores, professores e alunos egressos) apresentam com relação aos cursos FIC ofertados pela ETA no âmbito do Pronatec; Realizar estudo dos documentos oficiais do programa e das entrevistas com os sujeitos, revelando as contradições e perspectivas políticas, ideológicas e educacionais do programa.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

A investigação não tem como intencionalidade gerar risco aos sujeitos; entretanto, os sujeitos podem curar a coleta de dados, por meio da entrevista sentir que a pesquisa possa oferecer riscos a sua saúde física e mental a partir das seguintes dúvidas que serão esclarecidas quanto à:

Endereço: Campus A - CS Símbolos Unidade Universitária  
Bairro: Tabuleiro das Marlinhas CEP: 57.072-900  
UF: AL Município: MACEIO  
Telefone: (62)3214-1041 Fax: (62)3214-1700 E-mail: comiteteccica/30@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALAGOAS



Continuação do Parecer 1.289/01

publicação dos resultados da pesquisa; constrangimento em dar respostas que indiquem alguma crítica à política investigada, utilização dos dados resultantes das entrevistas para outros fins, além do acadêmico. Diante dessas possibilidades, a pesquisadora tomará as providências necessárias para que os/as entrevistados/as se sintam seguros/as em participar como sujeitos da investigação, visto que se garantirá: o completo sigilo da identidade e das suas respostas; a liberdade para responder o que, como e se quiser às perguntas feitas, de forma livre e espontânea; o

compromisso do uso exclusivamente acadêmico dos dados e informações coletados nas entrevistas.

Portanto, a pesquisa demandará todo esforço para que não haja qualquer tipo de constrangimento ou risco aos participantes da investigação. E

caso, algo neste sentido ocorra, as pessoas participantes deste processo têm o total consentimento de cessar da pesquisa a qualquer momento.

**Benefícios:**

Espera-se que a investigação contribua com a compreensão referente aos cursos de Formação Inicial e Continuada na Escola Técnica de Artes em

Maceió, que fazem parte de um programa de formação/qualificação do trabalhador, colaborando com a discussão sobre a política pública de educação e emprego no contexto da sociedade alagoana, estendendo a possibilidade de uma relação e compreensão mais ampla, de âmbito nacional. Também pretende cooperar com estudantes, profissionais e pesquisadores do campo da educação, do trabalho e das políticas públicas em geral, para a ampliação do conhecimento sobre a implicação da formação e qualificação do trabalhador brasileiro e alagoano.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Considera-se a metodologia adequada para a proposta do estudo.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados:

Informações Básicas do Projeto PB\_INFORMAÇÕES BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_561628.pdf

Folha de Rosto Folha de rosto.rtf

TCLE - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE.pdf

Declarações Diversas declaraçãodenomas.pdf

Declarações Diversas Autoriz.Institucional.pdf

Endereço: Campus A - C. Síncro Cidreira Universitária  
Bairro: Jardim dos Marinheiros CEP: 57.072-900  
UF: AL Município: MACEIO  
Telefone: (82)3214-1011 Fax: (82)3214-1700 E-mail: combaceetca@ufal.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALAGOAS**



Continuação do Parecer: 1.260.761

Outros Instrumento C alunosegressos.docx

Outros Instrumento B instrutores.prof.docx

Outros Instrumento A coordenadores.docx

Projeto Detalhado Projeto detalhado.docx

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Protocolo atende à resolução 466/12.

**Considerações Finais e critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Arquivo	Documento	Data	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_551628.pdf	27/07/2015 13:17:27	Aceito
Outros	Instrumento C alunosegressos.docx	27/07/2015 13:15:16	Aceito
Outros	Instrumento B instrutores.prof.docx	27/07/2015 13:14:49	Aceito
Outros	Instrumento A coordenadores.docx	27/07/2015 13:14:23	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investidor	Projeto detalhado.docx	27/07/2015 13:13:05	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	27/07/2015 13:12:17	Aceito
Outros	declaração de normas.pdf	27/07/2015 13:11:08	Aceito
Folha de Rosto	Folha de rosto.pdf	27/07/2015 13:10:05	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_551628.pdf	13/07/2015 14:38:52	Aceito
Outros	Autoriz.institucional.pdf	13/07/2015 14:34:07	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Campus A - Círculo Cidade Universitária  
Bairro: Tabuleiro dos Martins CEP: 57072-900  
UF: AL Município: MACEIÓ  
Telefone: (32)3214-1041 Fax: (32)3214-1700 E-mail: contato@ca.usf.br@gmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALAGOAS**



Continuação do Parecer: 1.260.761

Outros Instrumento C alunosegressos.docx

Outros Instrumento B instrutores.prof.docx

Outros Instrumento A coordenadores.docx

Projeto Detalhado Projeto detalhado.docx

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Protocolo atende à resolução 466/12.

**Considerações Finais e critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Arquivo	Documento	Data	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_551628.odf	27/07/2015 13:17:27	Aceito
Outros	Instrumento C alunosegressos.docx	27/07/2015 13:15:16	Aceito
Outros	Instrumento B instrutores.prof.docx	27/07/2015 13:14:49	Aceito
Outros	Instrumento A coordenadores.docx	27/07/2015 13:14:23	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investidor	Projeto detalhado.docx	27/07/2015 13:13:05	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	27/07/2015 13:12:17	Aceito
Outros	declaração de normas.pdf	27/07/2015 13:11:08	Aceito
Folha de Rosto	Folha de rosto.pdf	27/07/2015 13:10:05	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_551628.odf	13/07/2015 14:38:52	Aceito
Outros	Autoriz.institucional.pdf	13/07/2015 14:34:07	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Campus A - Círculo Cidade Universitária  
Bairro: Tabuleiro dos Martins CEP: 57.072-900  
UF: AL Município: MACEIÓ  
Telefone: (32)3214-1041 Fax: (32)3214-1700 E-mail: contato@ca.usf.br@gmail.com

**APÊNDICE B - Roteiros de Entrevistas**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**ENTIDADE EXECUTORA:** \_\_\_\_\_

**CURSO:** \_\_\_\_\_

**Instrumento A – Coordenadores****CARACTERIZAÇÃO**

Formação: \_\_\_\_\_

Função e tempo de trabalho na ETA: \_\_\_\_\_

Função e tempo de trabalho no Pronatec: \_\_\_\_\_

Cursos que foram ofertados de 2012 a 2014? \_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

1. Mencione aspectos que considera mais interessantes nos cursos do Pronatec?
2. Cite aspectos que deveriam melhorar nos cursos?
3. Cite aspectos mais significativos que o curso trouxe para a vida dos trabalhadores?
4. Recomendaria o curso do Pronatec para outros trabalhadores? Por quê?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**Instrumento B – Instrutores/Professores**

**CARACTERIZAÇÃO**

**ENTIDADE EXECUTORA:** \_\_\_\_\_

**CARGO:** \_\_\_\_\_

**FORMAÇÃO:** \_\_\_\_\_

Como começou a trabalhar nos cursos do Pronatec?

Função e tempo de trabalho no Pronatec?

Trabalha em mais algum local? Onde?

**QUESTÕES**

1. Mencione aspectos que considera mais interessantes nos cursos do Pronatec?
2. Cite aspectos que deveriam melhorar nos cursos?
3. Cite aspectos mais significativos que o curso trouxe para vida dos trabalhadores?
4. Recomendaria o curso do Pronatec para outros trabalhadores? Por quê?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

**Instrumento C – Alunos egressos**

**CARACTERIZAÇÃO**

Idade: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Como ficou sabendo do Pronatec? \_\_\_\_\_

Está trabalhando? \_\_\_\_\_

Fez qual curso? \_\_\_\_\_

**QUESTÕES**

1. Qual era a sua expectativa ao fazer o curso?
2. Mencione aspectos mais interessantes no curso que fez?
3. Cite aspectos que deveria melhorar no curso?
4. Cite aspectos mais significativos que o curso trouxe para sua vida?
5. Faria outro curso do Pronatec? Por quê?
6. Na sua opinião o curso atendeu a sua perspectiva inicial de fazer o curso?
7. O curso contribui para sua inserção e/ou reinserção no mundo do trabalho?